

# REVISTA FLORESTAN

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Ano 04, N. 6, julho de 2017

ISSN 2357-8300



## **Dossiê** **Experimentações** **Etnográficas**

**Revista Florestan | ano 4 | n. 6 • Julho de 2017**  
**Universidade Federal de São Carlos**  
**ISSN: 2357-8300**

[www.revistaflorestan.ufscar.br](http://www.revistaflorestan.ufscar.br)  
[florestan.ufscar@gmail.com](mailto:florestan.ufscar@gmail.com)

A Revista Florestan é uma publicação semestral dos discentes de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

**CAPA**

Ion Fernández de las Heras

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA**

Barbara Moraes  
Renan Alcantara

**COMITÊ EDITORIAL 2017**

**COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA**

Barbara Moraes  
Karina de Camargo

**EDITORES DE ÁREA**

Ana Luíza Soares  
Juliana Pereira  
Luciana Moretti  
Luísa Tui  
Ricardo Palácio

**ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ**

Profa. Catarina Morawska

# SUMÁRIO



## 04 Editorial

DOSSIÊ:

### EXPERIMENTAÇÕES ETNOGRÁFICAS

**06** Experimentações Etnográficas: experiências de pesquisa em antropologia na graduação da UFSCar

*Catarina Morawska*

**18** Cartografando mobilizações conceituais na Funai de Altamira: esboço de um experimento etnográfico

*Joaquim Pereira de Almeida Neto*

**32** Auditorias no Sistema Único de Saúde: entre manuais e prontuários no hospital Nestor Goulart Reis

*Juliana Ramos Boldrin*

**49** Eles na pele delas: dilemas acerca do aplicativo Lulu

*Iana Lopes Alvarez*

**70** Políticas do Desejo: um experimento etnográfico com homossexuais e transexuais na favela do Heliópolis

*Gislene de Oliveira Rodrigues*

**86** Figuras potentes para uma escrita-ciborgue na antropologia

*Jesser R. de Oliveira Ramos*

**107** O homem e o mundo: possíveis caminhos da percepção sensorial

*Ana Lúcia Oliveira*

### ARTIGOS

**123** De que rural estamos falando?

*Carla Julião da Silva*

**145** MST e os limites das políticas públicas no Estado burguês

*Rafael de Almeida Andrade*

### RESENHAS

**162** O movimento punk na cidade do Rio: impressões metodológicas da etnografia urbana

*Henrique Almeida Forini*

**172** África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial

*Vinicius Venancio de Sousa*

# EDITORIAL



A Revista Florestan é um periódico acadêmico organizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e cujo objetivo é incentivar a publicação de resultados de pesquisas de iniciação científica, artigos, trabalhos de fim de curso e resenhas de obras por estudantes graduandos ou recém-graduados de todas as áreas das Ciências Sociais. Para além das três grandes áreas que tradicionalmente compõem as Ciências Sociais, a saber, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, neste periódico outras duas áreas afins são também contempladas: Economia e História.

Nesta edição apresentamos o *Dossiê: Experimentações Etnográficas*, organizado pela Profa. Catarina Morawska do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar, que atualmente coordena o Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E) e participou da fundação do Laboratório de Produções Acadêmicas em Ciências Sociais (LAPA). Este é o primeiro dossiê composto apenas por trabalhos de alunos de graduação em Ciências Sociais da UFSCar, o que nos mostra as reflexões criativas e de alto nível que vêm sendo encorajadas pela Profa. Catarina Morawska ao longo dos últimos quatro anos em seus cursos na graduação e em seu grupo de pesquisa.

A segunda parte da edição é composta por artigos e resenhas de tema livre enviados à revista também por alunos de graduação. As temáticas variadas dos artigos mantêm a proposta deste periódico em se constituir como um espaço de discussões para as diversas interfaces entre as Ciências Sociais, História, Economia e demais áreas, propondo reflexões interessantes à formação crítica dos alunos e aos debates contemporâneos que atravessam as disciplinas.

*Desejamos uma boa leitura a todas (os)!*

# DOSSIÊ



## EXPERIMENTAÇÕES ETNOGRÁFICAS



# EXPERIMENTAÇÕES ETNOGRÁFICAS: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA NA GRADUAÇÃO DA UFSCAR

**Catarina Morawska**

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar.

Coordenadora do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E).

E-mail: morawska-vianna@ufscar.br

## RESUMO

A apresentação do dossiê aborda a importância da formação de pesquisadores em ciências sociais como uma via de atuação política pautada pela técnica acadêmica. Especificamente na área de antropologia, defende-se a ideia de experimentações etnográficas como uma possibilidade criativa de se relacionar corpos bibliográficos e material de campo. Está aqui

em questão a crítica ao lugar da teoria nos textos antropológicos. O objetivo do dossiê é tornar público como se pode estimular pesquisas inovadoras e sofisticadas em nível de graduação, e como isso tem sido levado a cabo pelo Laboratório de Experimentações Etnográficas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

## INTRODUÇÃO

Os quatro últimos anos, meus primeiros como professora de uma universidade pública, foram de intenso aprendizado sobre o ensino das ciências sociais na graduação. O incômodo dos - e sobretudo das - estudantes com o curso era uma constante: *por que só lemos homens brancos?; por que reafirmar um conhecimento elitista quando deveríamos valorizar outras formas de saber?; por que aceitar a autoridade em sala de aula que silencia os estudantes e dá muitas vezes vazão a atitudes machistas, racistas, homofóbicas?; por que a militância é desvalorizada?; para quê, afinal, serve o curso?.* Todas essas perguntas indicavam uma universidade diferente da que conhecera quando aluna de graduação na década de 1990. A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) parecia a mim uma universidade renovada, mais heterogênea, efeito de políticas de ações afirmativas e permanência estudantil que nos últimos anos garantiram a presença de negros, indígenas, filhas e filhos de trabalhadores, muitas vezes a primeira geração da família no ensino superior. O desconforto que expressavam em sala de aula, nos corredores, em reuniões de orientação, criava um ambiente extremamente interessante e profícuo para repensar, mas também reafirmar, o curso de bacharelado em ciências sociais e a importância daquilo a que se propõe: formar pesquisadores em alto nível.

Isso, evidentemente, trazia desafios muito particulares, e as suas justas e pertinentes questões geravam tantas outras cruciais para levar adiante o esforço de formação de pesquisadores. Como aproveitar o *momentum* que as políticas afirmativas haviam criado, ao permitir a presença daqueles em geral excluídos da universidade, para de fato revisar as ementas das disciplinas, e mais amplamente para repensar método e teoria? Ao mesmo tempo, como insistir na importância da produção do conhecimento científico e demonstrar às e aos jovens estudantes que fazer pesquisa em alto nível é também fazer política? O argumento defendido com maestria por Isabelle Stengers (2002) estava sempre à mão para eventuais discussões sobre o assunto: a produção de conhecimento científico depende sempre das relações fora

do laboratório, com a imprensa, agências de financiamento, grupos de pressão, e, portanto, não está nunca descolada do jogo político.

O conhecimento militante, é claro, anda muitas vezes lado a lado com a produção advinda de laboratórios e centros de pesquisa. Trata-se aqui não de ranquear um em relação ao outro, mas reconhecer uma diferença de forma: há aquele conhecimento aprendido nas universidades que, revestido da autoridade que o método científico lhe confere, circula por certos circuitos e produz fatos, dados, verdade e, portanto, efeitos importantes no mundo; e há aquele feito nas redes de militância, cuja legitimidade é dada pela experiência e vivência daqueles em torno da causa pela qual militam, e que em geral circula por outros circuitos, na internet, em Conselhos de Direitos, no Congresso Nacional, na imprensa, gerando também importantes - e até mais evidentes - efeitos no mundo.

Os atuais ataques à presença das ciências sociais nas escolas, sob a alegação de serem “ideológicas”, têm como estratégia justamente borrar essas fronteiras. Coalizões entre a forma-militância e a forma-academia são sempre possíveis e desejáveis, mas como uma aliança forjada na diferença, entre formas distintas. É preciso, mais do que nunca, defender o conhecimento acadêmico em ciências sociais como particular e necessário, para assim mantê-lo como mais uma voz ativa e legítima no debate nacional. Criar uma resposta para as persistentes desigualdades sociais, assim como para os crescentes desastres ambientais causados por um modelo corporativo que supõe a possibilidade de desenvolvimento ilimitado, implica, como lembra Stengers (2015), ser capaz de repercutir, de constituir “‘caixas de ressonância’ tais que o que ocorre com alguns leve os outros a pensar e agir, mas também que o que alguns realizam, aprendem, fazem existir, se torne outros tantos recursos e possibilidades experimentais para os outros” (p. 148).

Para fazer da universidade uma tal caixa de ressonância, isto é, para fazer política por meio da forma-academia, é necessária a familiarização com certa técnica: a delimitação de um objeto de pesquisa relevante (ou que possa se tornar relevante) para o debate político; a mobilização da bibliografia pertinente em relação ao objeto de pesquisa; a definição do método investigativo; a execução rigorosa da pesquisa (a partir do método estabelecido); a elaboração de reflexões que sejam precisas conceitualmente, relacionando os problemas específicos apresentados no campo pesquisado com os debates mais amplos da área disciplinar em questão. Tudo isso implica apreender certa forma particular de produção de conhecimento, que assume em geral, ainda que não exclusivamente, o formato de projetos de pesquisa, relatórios, artigos, resenhas, monografias, livros. Como todo estudante logo aprende,

é um ofício nada fácil, que envolve minúcia, perícia e muitas horas de dedicação.

Assim, no já mencionado contexto da UFSCar que incitava a possibilidade de repensar método e teoria, e com o intuito de reafirmar a importância política do conhecimento acadêmico em ciências sociais e levar adiante o projeto de formação de jovens pesquisadores na área específica em que atuo, a antropologia, foi criado em 2013, num esforço conjunto com estudantes de graduação e pós-graduação, o Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E). Ligado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar, o LE-E vem promovendo debates teórico-metodológicos sobre o fazer etnográfico, encorajando assim experimentações com materiais etnográficos e bibliográficos dos mais diversos. O objetivo é operar torções de perspectivas, descrições inesperadas, comparações não convencionais. Por meio de um trabalho cuidadoso de identificação de conceitos, metáforas e modelos advindos, de um lado, da literatura especializada, e de outro, do mundo dos nossos sujeitos de pesquisa, buscamos adotar estratégias descritivas que permitam colocar tais tropos em relação para compreender de maneira original os elementos alvo da descrição.

Algumas das questões e incômodos dos estudantes apontados no início desta apresentação marcam nossas experimentações em um aspecto crucial: o cuidado e a atenção ao lugar da teoria nas reflexões. Advogamos pela primazia dos conceitos, metáforas e modelos dos nossos interlocutores no campo como base para formar imagens no texto etnográfico que sejam fiéis ao mundo estudado ou a aquilo que ali importa. Isso não é exatamente o mesmo do que falar a partir da perspectiva nativa, uma assertiva demasiadamente utilizada e que muitas vezes tende a esconder nas etnografias os modelos antropológicos que as embasam. Não se deve enganar: fala-se sempre a partir da antropologia. No nosso caso, falamos especificamente a partir de um modelo procedimental inspirado em grande medida, mas não exclusivamente, por antropólogas como Marilyn Strathern, Anna Tsing, Annemarie Mol, Annelise Riles, Ciméa Barbato Bevilaqua, Ana Claudia Marques, e por autoras como Judith Butler, Isabelle Stengers, Donna Haraway, bell hooks, Audre Lorde, Clarice Lispector, que pensam a (ou fazem da sua) escrita um agenciamento estético-político. Estamos sempre atentas às conexões que os diferentes materiais que temos em nossa frente tornam possíveis, sejam eles bibliográficos ou de campo. São por isso parciais, momentâneas, uma espécie de bricolagem que dá forma ao texto a depender do que se apresenta. Colocamos em relação, por meio de comparações e analogias, corpos de conhecimento distintos para assim realçar, eliciar, fazer ver as tantas assimetrias do mundo. Em suma, trata-se de um esforço extremamente técnico que procura efetivar

efeitos que são ao mesmo tempo estéticos e políticos. Técnica, política e estética estão todas entremeadas.

É em consonância com esse modelo procedimental de escrita etnográfica que foram confeccionados os textos deste dossiê, que reúne os primeiros exercícios de pesquisa em antropologia por estudantes em nível de graduação. São textos exploratórios, que levam adiante a proposta do LE-E, e que, assim como é marca do laboratório, definem-se não por um eixo temático, mas por certa criatividade procedimental. Temos, assim, seis trabalhos que apresentam temas dos mais diversos: Joaquim Pereira de Almeida Neto aborda conceitos como “autonomia” e “empoderamento” mobilizados pelos funcionários da Funai de Altamira; Juliana Boldrin trata dos procedimentos de auditoria no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de um hospital de internação compulsória de pacientes com tuberculose multiresistente no interior de São Paulo; Iana Lopes Alvarez desenvolve uma etnografia sobre o *Lulu*, aplicativo de relacionamento em que mulheres classificavam homens, ativo por dois meses em 2013 e logo desativado por ordem judicial; Gislene de Oliveira Rodrigues discorre sobre a multiplicidade de pontos de vista entre homossexuais e transexuais na favela de Heliópolis, em São Paulo; Jesser de Oliveira Ramos descreve a tecnologia estético-política presente no trabalho de Donna Haraway; e, por fim, Ana Lúcia de Oliveira aproxima a idéia de percepção sensorial de Aldous Huxley a debates na área de antropologia ecológica.

No processo de escrita dos artigos, que acompanhei seja como orientadora seja como professora em sala de aula, duas inquietações pareciam atravessar igualmente a todas as autoras e autores. A primeira, ainda que nunca expressa explicitamente, era como impedir que a academia matasse o que as/os movia. Pois todas carregavam certa sensibilidade e disposição que as direcionavam a algum assunto ou tema que lhes era precioso, como, por exemplo, a luta contra o machismo, homofobia e racismo, ou mesmo a relação com outros seres não humanos. Para elas, contudo, as diferentes bibliografias mobilizadas - antropologia do desenvolvimento, antropologia médica, estudos de gênero, estudos sobre periferia, teoria feminista, antropologia ecológica - pareciam engessar as possibilidades criativas de reflexão. Como algumas tinham também feito trabalho de campo, uma segunda inquietação se colocava: como não submeter o material de campo à agenda da literatura? Ou, como fazer com que a reflexão acadêmica não matasse o que importava para as pessoas sobre as quais se escrevia?

As respostas a essas inquietações variavam caso a caso, mas em geral as soluções apresentadas na forma de experimentações etnográficas questionavam o

lugar da teoria na reflexão antropológica: ao tatear possibilidades reflexivas abertas por diferentes modelos teóricos, como faz Joaquim Almeida Neto; ao explicitamente (e provisoriamente) se aliar a autores particulares como no caso de Juliana Boldrin e Jesser Ramos; ao desviar da literatura que trata de seus objetos de pesquisa, como nos artigos de Iana Alvarez e Gislene Rodrigues; e ao agenciar encontros entre corpos de literatura acadêmicos e não acadêmicos no caso de Ana Lúcia Oliveira.

Como um exercício de leitura, sugiro às pessoas que porventura visitarem o dossiê uma atenção especial para a especificidade de cada experimentação aqui disposta, isto é, a maneira como cada autora e autor conecta e relaciona corpos bibliográficos e etnográficos, a estratégia argumentativa adotada e a imagem que, como consequência, forma-se em cada texto. Algumas pistas abaixo.

## AGENCIAMENTOS

Os dois primeiros artigos baseiam-se em trabalho de campo em contextos institucionais: Almeida Neto na FUNAI em Altamira, no Pará; Boldrin no hospital Nestor Goulart Reis, em Américo Brasiliense, no estado de São Paulo. O primeiro atenta para as mobilizações conceituais dentro do escritório; a segunda para os documentos que circulam nas salas e corredores do hospital. Qual a estratégia adotada em cada texto?

Almeida Neto declara logo de início que o que ali se apresenta é um exercício de organização do material de campo. É um texto que experimenta possibilidades reflexivas a partir da aliança com dois autores distintos. Após breve descrição do campo, o autor opera uma primeira tentativa de dar sentido à sua experiência, ao usar a noção de “descrição densa” de Clifford Geertz, que a princípio parecia útil evocar, pois assim como os seus interlocutores de pesquisa, também o etnógrafo desvendava significados à medida que acessava um sistema simbólico compartilhado. Logo, contudo, tal aliança é preterida por outra, dessa vez com Gregory Bateson e sua ideia de “forma que comunica”. Se a primeira imagem estabelece um modelo que coloca par a par o sujeito de pesquisa e o etnógrafo em campo – ambos operando interpretações de sistemas simbólicos -, a segunda ajuda o autor a pensar a escrita etnográfica. Pois, como ele bem aponta, tanto em emails, relatórios, reuniões de funcionários da Funai quanto em seus próprios diários de campo, há um processo constante de transmissão de informação que depende das redundâncias surgidas a partir da iteração de determinadas formas. Em suma, interlocutores de pesquisa e pesquisador operavam a partir do mesmo procedimento comunicativo.

De um lado, temos um modelo de interpretação da cultura; de outro um

modelo que permite a cartografia de conceitos como “autonomia” e “empoderamento” que, ao serem iterados, tornam-se redundantes e disseminam-se por meio de enunciações subseqüentes. Vale ressaltar que é o próprio contexto institucional etnografado que demanda um modelo teórico distinto daquele adotado inicialmente. O efeito é produtivo, já que atentar para como conceitos atrelados entre si adquirem finalidades específicas em projetos de desenvolvimento da Funai constitui, de fato, uma abordagem mais frutífera para uma etnografia de instituições do que a interpretação de uma suposta “cultura do escritório” a que o primeiro modelo levaria.

Se a cartografia nocional defendida por Almeida Neto direciona o olhar para instâncias de enunciação em instituições de modo a averiguar conceitos atrelados entre si, a proposta de Juliana Boldrin nos desvia a atenção para a superfície material onde tal redundância toma corpo, isto é, para a concatenação de documentos e seus efeitos num contexto institucional como o de um hospital. Junto com Strathern (2000), Boldrin afirma que apenas certas práticas sociais, em geral associadas à ideia de boa gestão e otimização de atividades, assumem uma forma persuasiva e convincente para aqueles que vão realizar a auditoria, um argumento que ressoa o de Bateson mobilizado por Almeida Neto. No final das contas, Boldrin e Almeida Neto se encontram naquilo que é comum a ambos contextos etnográficos: está-se diante de certas formas que são reconhecíveis, redundantes, e que se inscrevem em papéis de todo tipo.

Para sua experimentação, Boldrin tem, de um lado, o material de campo realizado no hospital Nestor Goulart Reis, incluindo aí os prontuários médicos e documentos sobre auditoria na saúde pública, e, de outro, a produção bibliográfica sobre cultura de auditoria. Para discorrer sobre o material de campo, a autora se coloca junto da literatura, apresentando por isso um argumento extremamente sintonizado com as discussões mais recentes da área. Dessa maneira, o que marca propriamente a sua experimentação não é tanto o distanciamento em relação à bibliografia, mas a forma do argumento, organizado a partir das fases de realização da auditoria no SUS. Sua etnografia é pautada pelo ritmo da concatenação dos papéis, e é por ele que vamos seguindo suas reflexões. Trata-se de uma estratégia que implica imitar uma temporalidade familiar aos interlocutores de pesquisa, um procedimento não dissimilar ao adotado por Marilyn Strathern (2006) em seu “Gênero da Dádiva”, ao propor imitar o contínuo sequenciamento melanésio de ocultamento e revelação de relações. Como a antropóloga britânica acaba por admitir, imitar a temporalidade melanésia é impossível, já que para tanto é preciso tempo real. Não acompanhamos em Boldrin, portanto, um processo de auditoria, já que para isso seria preciso tempo

real; mas a própria forma que o argumento toma faz jus ao que é importante para os auditores – as fases do processo e a maneira como um documento sequencia o outro. Com isso, a autora nos faz ver os efeitos desse processo, não apenas na prática cotidiana dos profissionais, mas também *a posteriori*, em relação aos recursos que chegam anualmente e às mudanças operacionais da instituição.

Os dois textos seguintes nos convidam a repensar de forma crítica a posição que a literatura especializada assume em nossos trabalhos, já que ambas as autoras nos propõem um desvio. No caso de Iana Lopes Alvarez, um desvio da literatura sobre gênero, sexualidade e tecnologia, e no caso de Gislene de Oliveira Rodrigues, um desvio da literatura sobre periferia e violência. Trata-se de um movimento argumentativo ousado e ao mesmo tempo arriscado, pois desviar de debates hegemônicos carrega sempre o risco de tirar o próprio texto de circuitos de discussão acadêmica. Como se verá, as vantagens para uma reflexão criativa podem valer o risco.

Alvarez inicia seu artigo de maneira clássica, com uma revisão bibliográfica da literatura que aborda discussões sobre comunidade virtual, identidade, mercado de relacionamentos, desejo e subjetividade, temas que poderiam, a princípio, informá-la sobre o seu objeto de pesquisa - o aplicativo *Lulu* de classificação de homens por mulheres. Logo em seguida, a autora propõe um desvio da literatura porque o seu experimento comparativo, que colocou lado a lado os debates entre blogueiras a favor e contra o aplicativo *Lulu* e entre juristas em processos judiciais, ressaltou algo distinto: noções de sociedade que aparecem entre aquelas e estes.

E, assim, nos vemos diante de um argumento cuidadosamente desenhado: primeiro, uma revisão bibliográfica e a proposta de um desvio; logo depois, uma descrição etnográfica das classificações de homens no aplicativo, ativo por apenas dois meses e desativado por ordem judicial; em seguida, o debate entre feministas; finalmente, o debate entre juristas. A maneira como as partes do texto são ordenadas, e portanto a comparação que daí emerge, nos faz ver algo muito diferente de um argumento que, por exemplo, focasse apenas no debate entre blogueiras. Nesse caso, teríamos uma intersecção entre dois corpos de discussão - da literatura feminista e das próprias blogueiras -, sobretudo em torno de temas como a objetificação de homens como forma de exposição de uma ordem machista ou a disputa pelo direito de fala no espaço público. Contudo, ao fazer o movimento de incluir os juristas na comparação, algo novo aparece. Percebe-se que há noções muito específicas de sociedade em questão. Tanto para blogueiras favoráveis quanto desfavoráveis ao aplicativo está em jogo uma lógica da diferença e dominação que é própria da sociedade machista. Entre juristas, ao contrário, o aplicativo é visto como gerador de conflito entre duas partes

com iguais direitos, isto é, a sociedade é pensada como integrada entre diferentes partes generificadas. O argumento jurídico prevalecente foi o de que o aplicativo teria contribuído para provocar um dano moral coletivo com a ofensa a um direito metaindividual e, portanto, deveria ser desativado. Um passo adiante e chegaríamos ao ponto de partida, uma leitura feminista da própria discussão jurídica: tal decisão apenas poderia ser fruto de uma sociedade machista, pois em nome do equilíbrio da coletividade total (a sociedade), move-se novamente a balança de poder em favor de uma coletividade parcial (tida em termos de “indivíduos homogêneos”), os homens.

Se em Alvarez a comparação é o que leva a um desvio da literatura, no trabalho de Rodrigues o desvio é operado pela percepção de um descompasso entre o que se apresentava na literatura sobre periferia, geralmente focada em violência e crime, e aquilo que a autora via em campo entre homossexuais e transexuais em Heliópolis. Inspirada em trabalhos de pesquisadores da UFSCar como Marcos Vinicius Guidotti, Karina Biondi e Adalton Marques, Rodrigues propõe uma ficção na forma de um diálogo entre uma travesti de meia idade e uma jovem lésbica. O intuito é realçar a multiplicidade que aparecia em campo – de origem, idade, corpos, discursos, comportamento –, ao invés de homogeneizar as diferenças por alguma categoria mais ampla como LGBT. Com o foco no desejo, o diálogo afinal nos faz ver distintos pontos de vista sobre o “saber se comportar”, e como conformações de gays e lésbicas ao “jeito deles” - dos manos - implica um lugar de aceitação ou rejeição no bairro, isto é, se serão bem aceitos “até a página dois” ou se, ao contrário, poderão como “erva daninha” ocupar todo o bairro.

Desejo é também gancho para Rodrigues tratar da escrita etnográfica. A autora empresta a noção de produção desejante de Deleuze e Guattari (1972) para argumentar que os fluxos de desejo passam tanto por seus interlocutores de pesquisa quanto por ela como etnógrafa, e o encontro possibilitado pelo momento etnográfico (STRATHERN, 2014) permite a criação de circuitos interconectados e posicionados. A própria etnografia emerge, assim, como um desses circuitos, e nesse processo, abre-se a possibilidade de não homogeneizar a multiplicidade do mundo, mas fazer proliferar as suas diferenças na superfície do texto etnográfico.

Esta discussão também fica evidente no artigo seguinte de Jesser de Oliveira Ramos, que aborda a chamada “escrita-ciborgue” de Donna Haraway. Tanto o trabalho de Ramos quanto o de Ana Lidia de Oliveira sobre Aldous Huxley e a antropologia ecológica - os dois últimos textos do dossiê - são bibliográficos, resenhas experimentais de certo tipo.

Jesser Ramos constata na obra de Donna Haraway uma tecnologia político-

-analítica que denomina “escrita-ciborgue”, na qual a autora lança mão de figuras inesperadas, como cães e o chthulucene, figuras alegóricas de outros-inapropriados que fazem ver os dualismos natureza/cultura, político/técnico e ciência/sociedade, ao mesmo tempo em que sugerem outras possibilidades de existência, para além da dominação paternalista que esses dualismos implicam. O ciborgue, por sua vez, é alegoria para uma ciência feminista que, como argumenta o autor, é corpórea, política, parcial, situada e articulada. Ramos nos lembra como Strathern (2004) evoca a imagem do ciborgue para pensar a escrita etnográfica a partir de conexões parciais, afetada por tropos nativos. Se para Haraway o ciborgue possibilita o surgimento de imagens inesperadas e, assim, a aliança provisória com figuras excluídas, queer, sujas e opacas, para Strathern o ciborgue serve como tropo para criar textos etnográficos que estabeleçam conexões parciais (e provisórias) com as imagens que os Hagens lhe tornavam visíveis.

Assim como Rodrigues defende que a antropologia se faz a partir de circuitos conectados por fluxos desejantes entre etnógrafa e campo, também Ramos nos lembra que tais circuitos não apenas fazem jus às diferenças existentes no mundo, como também permitem a proliferação de diferenças no próprio fazer antropológico. Dessa maneira, como uma ciência feminista, a antropologia se torna uma possibilidade estética e uma tecnologia política que provocam ruídos nas imagens convencionais da ciência masculinista. É interessante notar como o próprio texto de Ramos replica o tom em geral encontrado nas obras de Haraway, uma estratégia feminista poderosa para reafirmar uma posição de fala em geral silenciada. Trata-se de um tom incisivo, forte, com o uso de adjetivos como sujo, opaco, queer, localizado, corpóreo, político, responsável.

Se no caso de Ramos o tom da escrita realça seu alinhamento com a proposta de Haraway, no caso de Ana Lidia de Oliveira é o próprio procedimento textual que se mostra fiel às ideias de Huxley, autor cuja obra ensaística “As Portas da Percepção” é seu ponto de partida. Oliveira cria em seu texto um circuito interconectado e posicionado, como quer Rodrigues, ou uma escrita-ciborgue, como prefere Ramos, que conecta as “portas da percepção” de Huxley com a “abertura do corpo para o mundo” da antropologia ecológica. Seu próprio texto é, portanto, um agenciamento, uma mediação, como prefere chamar, entre trabalhos de autores vindos de áreas diversas do conhecimento, ressaltando para nós a limitação das fronteiras disciplinares.

Oliveira nos mostra como tanto Huxley quanto autores da antropologia ecológica colocam em questão a centralidade do homem frente ao mundo,

argumentando a favor do par homem-mundo, em que corpos são tidos como abertos, permeáveis, fluidos – um mundo em que a matéria, sempre em movimento, tende a vazar. Ao operar esse próprio movimento no argumento, Oliveira nos faz pensar como também os textos podem vazar e criar assim uma tensão criativa entre a especulação teórica e a experiência vivida. Se os corpos – e os textos – estão abertos para o mundo, Oliveira nos chama a acreditar na infinidade do mundo e na sua potencial criatividade.

O dossiê não poderia terminar de maneira melhor. Pois foi na criatividade que as quatro autoras e dois autores apostaram ao dar os seus primeiros passos em pesquisa, todas as quais usufruíram, como é bom lembrar, de fundamentais bolsas de agências financiadoras, sejam elas FAPESP, Capes, Cnpq, ProEx/UFSCar. Como fruto desse processo, os textos que aqui se apresentam se revestem de hesitação, o contrário da arrogância acadêmica para a qual a academia nos leva e logo vicia. Longe de se pretenderem a palavra final sobre os assuntos de que tratam, os textos deste dossiê estão aqui para vazar. Vazar em direção a interlocutores de pesquisa, a professores, a auditores do ensino superior, a militantes e, sobretudo, a colegas graduandos. Que assim possam inspirá-los a se tornarem também pesquisadores-autores de alto nível e, como necessária caixa de ressonância nesses tempos que correm, a repercutirem com força o conhecimento das ciências sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Joana M. Varela e Manuel M. Carrilho. Assírio & Alvim: Lisboa, Portugal, 1972.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **No Tempo das Catástrofes**. São Paulo: Cosac Naif, 2015.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: \_\_\_\_\_. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Pp. 345-405.

\_\_\_\_\_. **O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. Introduction: new accountabilities. In: STRATHERN, M. (ed.). **Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy**. London;

New York: Routledge, 2000. Pp 1-18.

\_\_\_\_\_. **Partial Connections.** Walnut Creek: Altamira Press, Rowman & Littlefield Publishers, [1991] 2004.

# CARTOGRAFANDO MOBILIZAÇÕES CONCEITUAIS NA FUNAI DE ALTAMIRA: ESBOÇO DE UM EXPERIMENTO ETNOGRÁFICO

Joaquim Pereira de Almeida Neto

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisador do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E) da UFSCar.

E-mail: joaquim.almeidaneto@usp.br

## RESUMO

A partir da tentativa de solução de problemas suscitados pela realização de uma pesquisa de campo no Escritório da Funai de Altamira - problemas relativos à própria realização da observação participante, à produção de dados e à posterior organização do material de campo -, estabeleço, em caráter experimental, duas alianças conceituais. A primeira aliança é estabelecida com a *descrição densa* de Clifford Geertz e a segunda com a *forma que comunica* trabalhada por

Gregory Bateson. Alguns dos efeitos e das consequências analíticas de cada uma dessas alianças são apresentados e discutidos e é a partir disso que, preterindo o vínculo com a *descrição densa*, procuro estender analiticamente a aliança com a *forma que comunica*. Tal extensão abre a possibilidade de realização de uma cartografia de um conjunto conceitual intensamente mobilizado pela FUNAI de Altamira com finalidades específicas.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, criada em 1967, é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro responsável pela coordenação e pela execução da política indigenista do Governo Federal. É um órgão vinculado ao Ministério da Justiça que tem como principal missão “proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil”<sup>2</sup>. Além de identificar, delimitar, demarcar e regularizar terras indígenas, a Funai também é responsável pelo monitoramento das terras indígenas já identificadas e pela promoção das políticas de desenvolvimento voltadas aos povos indígenas. Além da sede da instituição, localizado em Brasília, a Funai conta com 37 Coordenações Regionais espalhados pelo território brasileiro. Uma dessas Coordenações Regionais, a que é o foco de análise neste projeto, é a Centro-Leste do Pará, localizada na cidade de Altamira, Estado do Pará, Região Norte do Brasil. Esta Coordenação Regional, que é informalmente chamada de Escritório da Funai de Altamira, atua junto a nove povos indígenas - Arara, Juruna, Assurini, Araweté, Parakanã, Xikrin, Kayapó, Xipaya e Kuruaya - e é a responsável pelo monitoramento e pela fiscalização das Terras Indígenas localizadas na região do Médio Xingu e também pela implementação da política de proteção aos povos isolados e recém-contatados<sup>3</sup>.

Esse escritório da Funai estava, no início de 2015, instalado provisoriamente nas dependências de uma antiga galeria comercial situada na travessa Agrário Cavalcanti, no centro da cidade de Altamira. Havia um grande corredor que dava acesso às salas através de grandes portas de vidro. Eram um pouco mais de uma

1 Este texto faz parte das reflexões provenientes de uma iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) entre os meses de setembro de 2014 e dezembro de 2016. Processo 2014/12748-2.

2 Informação disponível no site institucional da Funai: <http://www.funai.gov.br> (acesso em 19 de fevereiro de 2017).

3 São 14 Terras Indígenas (Apyterewa, Arara, Arara da Volta Grande do Xingu, Araweté Igarapé Ipixuna, Cachoeira Seca, Juruna do Km 17, Kararaô, Koatinemo, Kuruáya, Paquiçamba, Trincheira Bacaja, Xipaya e Zo'É) que abrangem nove municípios do Estado do Pará: Altamira, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Anapu, São Félix do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Placas e Uruará.

dezena de salas divididas pela Coordenação Regional Centro-Leste do Pará, pela Frente de Proteção Etnoambiental, pelas Coordenações Técnicas Regionais e também pelas instâncias administrativas, pelo núcleo de gestão de pessoal da Funai e pela Procuradoria da Funai em Altamira.

Cheguei a essa instituição com várias cópias de meu projeto de pesquisa debaixo do braço e com o intuito de atentar para a relação estabelecida entre funcionários da Funai e os indígenas lá atendidos. Essa era a minha bagagem, bagagem que não apenas me ajudaria a situar-me diante das pessoas que estavam me recebendo - ou seja, a mostrar, quando fosse perguntado, o que de fato eu estava fazendo lá - mas também a situar-me diante de meus interesses de pesquisa, a guiar, mesmo que a princípio e também de forma provisória, para onde meu olhar e minha atenção seriam dirigidos. Portanto, posso dizer, que aquele objetivo bastante vago, de se atentar para a relação entre a Funai e os povos indígenas apresentado no projeto de pesquisa já trazia em si, ainda que nos objetivos secundários, a relevância que procuraria dar às mobilizações conceituais ocorridas dentro do escritório, principalmente àquelas que estariam diretamente associadas aos conceitos típicos da indústria do desenvolvimento, tais como participação, empoderamento, capacitação, conhecimento tradicional, etc.

Assim que me apresentei no escritório da Funai para iniciar o trabalho de campo, a coordenadora regional me apresentou aos funcionários. Em cada uma das salas, ela me apresentava dizendo meu nome, a instituição de onde eu vinha e, me colocando enquanto pesquisador, pedia para eu explicar o que eu iria fazer lá pelos próximos dias. Eu, então, ainda tímido, brevemente dizia os objetivos escritos em meu projeto de pesquisa. Isso ocorreu em todas as salas em que eu passei e também nos corredores quando passávamos por alguém que a coordenadora julgava importante que eu conhecesse. Eu não entrei em todas as salas e nem fui apresentado a todas as pessoas com as quais cruzamos. Quando passamos pelas salas dos setores administrativos, por exemplo, a coordenadora comentou que não era necessário que eu fosse apresentado a esses funcionários, afinal, segundo ela, eles não poderiam ajudar muito no que eu estava procurando por lá. Dessa forma, fui apresentado inicialmente ao local de meu trabalho de campo, o qual já havia, nos primeiros momentos, recebido o primeiro recorte. Eu não transitaria por todas as salas e eu não conversaria com todas as pessoas. Assim, das quatro semanas de campo, passei duas na sala do CGAT, a principal Coordenação Técnica Regional de Altamira, responsável pela gestão ambiental e territorial das terras indígenas, e duas na sala da Frente de Proteção Etnoambiental, responsável pela política direcionada aos

indígenas de recente contato e aos isolados. Essas eram as salas ocupadas principalmente por indigenistas e, portanto, as que, juntamente com as salas da coordenação, mais recebiam visitas dos indígenas.

A realização do trabalho de campo foi bastante difícil, sobretudo no início. Os funcionários da Funai estavam sempre ocupados. Isso se agravava pelo fato de não ter sido possível a minha inserção em alguma das atividades realizadas, algo que havia sido arranjado durante a negociação da realização do trabalho de campo e que funcionaria como contrapartida da pesquisa. Embora alguns funcionários tenham me pedido para fazer algumas tarefas (ir até algumas lojas buscar notas fiscais, ajudar na correção de mapas com defeito), nenhum deles me passou uma função mais prolongada ou rotineira. Nos primeiros dias eu sempre me disponibilizava a ajudar, mas uma função não era encontrada para mim. O trabalho dos indigenistas consistia em responder e-mails, participar de reuniões, receber os indígenas, escrever projetos e relatórios, realizar trabalhos de campo e visitas às aldeias, ir até o rádio para passar ou receber informações das aldeias, ir até a Casa do Índio, à Casai (Casa de Saúde Indígena) e ao Dsei (Distritos Sanitários Especiais Indígenas) e, também, às vezes auxiliar os indígenas na ida ao banco, na venda e na compra de produtos. Nenhuma dessas tarefas, ou parte delas, foi passada diretamente para mim. Dessa forma as minha quatro semanas de campo, principalmente as duas primeiras na sala do CGAT, se reduziram a uma atividade basicamente de observação, sem quase nada de participação. Entre os efeitos da observação estavam o evidente incômodo das pessoas e as frequentes piadas, como a de uma das funcionárias dizendo que eu estava passando uns dias “urubuzando” o trabalho deles. Na sala do CGAT, embora pudesse assistir às reuniões e conversas mais informais, e também ouvir telefonemas, entre os funcionários e entre eles e outras pessoas que por lá passavam, um diálogo mais intenso com os funcionários não pôde ser estabelecido. Eles pouco falavam entre si sobre suas atividades e não me davam muita abertura para indagações e comentários. Dessa forma, não tive em nenhum momento um acesso direto às atividades e decisões que eram realizadas no escritório.

A essa dificuldade de me situar no campo juntava a necessidade de realizar a pesquisa, de fazer o caderno de campo, de tentar compreender o que eu estava observando. Isso me perseguiu, e me atormentou, durante toda a estadia no campo e mesmo quando saí de Altamira ainda não tinha uma ideia formada a respeito do que eu havia observado e registrado. Mas o campo foi realizado, as anotações de campo foram feitas, dados foram produzidos e com eles voltei para casa. O tormento da compreensão continuava. O que se segue nos próximos tópicos faz parte do exercício

pós campo, da tentativa de compreensão do que havia sido observado no campo (ou mesmo do que havia sido a realização do próprio trabalho de campo) e do esforço de organização dos dados produzidos.

#### PRIMEIRA TENTATIVA: ALIANÇA COM A *DESCRIÇÃO DENSA*

Durante a realização do trabalho de campo, tinha bastante dificuldade para compreender o que ocorria. A isso somavam-se o meu desconforto de estar nas salas e também o incômodo das demais pessoas em ter um estranho olhando para elas. Como apontado por Geertz (2008, p. 10), no que se refere à realização da pesquisa etnográfica enquanto experiência pessoal, tratava-se de um enervante processo no qual insistentemente tentava situar-me. E, nesse processo, não conseguia encontrar muito sentido no que era dito e feito pelas pessoas com as quais estava em contato, principalmente no início. Mesmo tendo acesso ao código, à linguagem que era falada, em uma referência à metáfora de Geertz, era como se eu fosse um estrangeiro que, mesmo sabendo a língua do local em que estava, não conseguia comunicar-me inteiramente. Eu entendia o que era dito, mas não compreendia o porquê de tais coisas estarem sendo ditas.

Mesmo assim, como fui tendo acesso a conversas, reuniões e também documentos que me eram disponibilizados, pude identificar alguns assuntos que estavam, naquele período, sendo constantemente mobilizados. Era como se eu fosse paulatinamente tendo acesso às “estruturas superpostas de inferências e implicações através das quais o etnógrafo tem que procurar o seu caminho continuamente” (2008, p.06). Dessa forma, as muitas anotações em meu caderno de campo, informações inicialmente e aparentemente desconexas, foram aos poucos se complementando. As informações, falas e respostas às perguntas que eu fazia eram inicialmente desconexas pelo fato de eu ser exposto na maioria das vezes apenas a fragmentos de informações, algo que para os falantes eram dotadas de sentido e, por isso, não precisavam ser constantemente referenciadas. O que era desconexo foi aos poucos fazendo sentido. As anotações no caderno de campo, conforme os dias iam passando, foram se interligando. Temas recorrentes foram sendo identificados e, assim, aos poucos fui compreendendo, mesmo que ainda com muitas limitações, as referências feitas pelos funcionários, seja a outros funcionários, a empresas, a siglas, a planos e projetos nos quais trabalhavam ou mesmo a outras pessoas. Era como se a possibilidade de realização de uma *descrição densa*<sup>4</sup> aos poucos fosse se abrindo. Era como se

4 Neste texto todos os conceitos, tanto os nativos quanto aqueles provenientes dos vínculos teóricos, são marcados em itálico.

pudesse ser identificada “uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que [o etnógrafo] tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar” (2008, p. 07).

Assim, pude compreender ao menos partes dos trabalhos realizados na sala do CGAT e também das relações estabelecidas entre as pessoas que passavam por lá. Praticamente todos os dados<sup>5</sup> que serão expostos e trabalhados mais adiante foram produzidos dessa forma. Na sala da Frente de Proteção Etnoambiental, local onde passei as outras duas semanas, essa dinâmica de acesso a dados aparentemente desconexas também se manteve. Porém duas características da dinâmica de trabalho dos funcionários da Frente facilitaram bastante a realização do campo: eles não só conversavam e debatiam entre si sobre as suas atividades e trabalhos, como também procuravam me colocar a par das questões em torno das quais o trabalho se desenvolvia. T., uma das indigenistas especializadas, sempre perguntava no que ela poderia me ajudar e assim me dava explicações sobre a atuação da Funai de Altamira, sobre os povos que eram atendidos, em suma, ela estava disposta a me apresentar o trabalho que era desenvolvido lá, um dos objetivos apresentados em meu projeto de pesquisa. Pude perceber que T., que havia sido o meu primeiro contato para a entrada em campo, se interessava bastante pelo meu projeto de pesquisa, pois sempre apontava uma certa importância naquilo que eu estava fazendo. L., o coordenador da Frente, também se mostrava interessado e frequentemente me perguntava o que eu estava achando do trabalho deles. Soma-se a isso o fato de esses dois funcionários, que eram bastante próximos, terem uma postura bastante crítica em relação à atuação da Funai e também em relação às próprias atividades que desenvolviam.

Fato é que na sala da Frente, embora eu continuasse como um observador pouco participante sendo exposto, ou melhor, assistindo a conversas e reuniões sobre diversos temas, assuntos e problemas, a possibilidade de diálogos mais longos e mais livres com os funcionários me abriu uma outra forma de obtenção de informações, uma forma pela qual, para mencionar novamente Geertz, a *teia de significados*, bem como as *estruturas significantes*, puderam ser mais facilmente identificadas. Isso, além de permitir que eu compreendesse partes da dinâmica de trabalho do escritório, possibilitou que eu conectasse informações anteriormente registradas, inclusive informações provenientes da observação no CGAT.

Para finalizar esta parte, cabe elucidar o uso da noção de *descrição densa*

---

<sup>5</sup> Aqui, como se está buscando uma aproximação com a noção de *descrição densa*, “o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem.” (GEERTZ, 2008, p. 07)

feita até aqui, bem como os limites e consequências do vínculo estabelecido entre o texto de Geertz e as impressões iniciais da realização do trabalho de campo no escritório da Funai. Geertz é um autor extremamente interessante para se pensar o choque inicial com o campo, para ilustrar o desconforto e as limitações do processo no qual o etnógrafo procura situar-se. É fecundo também para se pensar a produção de dados e a relação do pesquisador com seu próprio caderno de campo. Essas são as razões pelas quais a *descrição densa* é aqui evocada. Porém, não se pode deixar de levar em consideração que essa mesma noção, da forma como construída por Geertz, traz consigo um conceito de cultura essencialmente semiótico no qual se pressupõe uma “hierarquia estratificada de estruturas significantes” (2008, p. 05) que é mobilizada com excelência pelas pessoas que estão sendo estudadas e a que o etnógrafo, mesmo que a duras penas, pode ter acesso. Isso é feito de forma essencialmente interpretativa, tanto para as pessoas estudadas quanto para o etnógrafo, já que *modos de representação* e *conteúdos substantivos* estão separados, mesmo que por uma linha instável, nesse tipo de análise cultural. É nesse ponto que o vínculo com Geertz deixa de ser interessante. A imagem de significados sendo desvendados à medida que se tem acesso a um sistema simbólico, embora frutífera para a ilustração do trabalho de campo, é demasiadamente dependente da existência prévia desse mesmo sistema simbólico que, como preceito da possibilidade comunicativa, deve necessariamente ser compartilhado por todos aqueles que nele estão inseridos. Além disso, a existência prévia desse sistema simbólico implica uma estabilidade conceitual indesejada, e até mesmo incoerente, ao tratamento que se pretende dar aos conceitos neste texto. Como será discutido mais adiante, o que está em questão aqui é a possibilidade de se realizar uma *cartografia* das mobilizações nocionais de um conjunto conceitual. Portanto, a aliança teórica estabelecida, e pode-se dizer, a que será estendida, deve, necessariamente, abarcar essa possibilidade.

#### SEGUNDA TENTATIVA: ALIANÇA COM A FORMA QUE COMUNICA

Outra imagem, porém, poderia ser eficiente para ilustrar a inserção em campo. Esta imagem é a da *forma que comunica*, proposta por Bateson em sua Explicação Cibernética (1972 (a)). Da forma como apresentado por Bateson, a comunicação pode ser vista como a criação de *redundâncias* que trabalham na elaboração de *formas que comunicam*. Porém, cabe destacar que esse processo, levando em consideração seu caráter proposicional e informacional, sempre depende do ponto de vista no qual se está situado. As informações provenientes do trabalho de campo no escritório do Funai em Altamira, as muitas anotações no diário, mas sobretudo aquelas

*informações*, ou fragmentos de *informações* que insistentemente apareciam e que aos poucos foram se interconectando a outras *informações* e fragmentos, podem ser vistas como as mencionadas *formas que comunicam*. Todas essas *informações* não só estavam situadas em um universo enunciativo - no momento em que eram mobilizadas pelos pessoas que trabalhavam no escritório ou o frequentavam, no momento em que eram literalmente faladas, por exemplo - como também eram situadas em um procedimento descritivo na medida em que posteriormente iam sendo registradas por mim nas anotações de meu caderno de campo. Tanto o procedimento operado pelos funcionários da Funai e pelos técnicos contratados em suas práticas comunicativas cotidianas, suas reuniões, e-mails e discussões, quanto as anotações feitas nos diários ilustram um constante processo no qual o que está em jogo é a própria possibilidade da *transmissão de informação*. Processo que, nos padrões da cibernética, envolve necessariamente a disseminação de *redundâncias*, de padrões advindos de determinadas estruturas.

Assim, a dificuldade inicial com a realização do campo, as informações inicialmente desconexas, os assuntos que apareciam constantemente, porém de forma fragmentada, podem, então, ser encarados como limites do meu acesso, enquanto etnógrafo, a um universo no qual *formas que comunicam* já estavam inter-relacionadas em *estruturas mediante padrões* em um nível no qual a *previsibilidade* para os que lá já estavam era possível. Para mim, contrariamente, que acabava de chegar, essa previsibilidade, embora não nula, era bastante restrita. Nesse sentido, o trabalho de campo poderia ser tratado como uma atividade na qual o observador está constantemente esperando que “o universo observado se torne mais previsível, mais ordenado e mais redundante” (1972 (a), pp. 414-415), em outras palavras, que a disseminação de *redundâncias* possibilite a transmissão de *informação*.

É justamente nesse processo, quando as *redundâncias* disseminam-se, que a *previsibilidade*, a possibilidade de se estabelecer *conjecturas*, torna-se possível. Nessas circunstâncias a *transmissão da informação* não depende de todos os elementos comunicativos (Bateson fala da probabilidade maior que a *chance* de se reconhecer uma palavra ou sentença mesmo que letras ou palavras, respectivamente, estejam faltando). As reuniões, conversas, telefonemas e documentos aos quais eu tinha acesso contavam, para os que os realizavam, com um nível de redundância suficientemente satisfatório para que a comunicação fosse estabelecida, para que a *informação* pudesse ser transmitida. Assim projetos e intervenções eram discutidos e propostos, uma política sobre a atuação da Funai frente aos povos indígenas era sustentada e todo um esforço era executado para que tal política fosse colocada em prática. Tudo

isso mediante padrões, mediante *formas que comunicam*.

Porém, cabe apontar também que, embora o que estivesse em jogo fosse a *transmissão de informação*, nem *informação* nem *forma* são itens passíveis de localização. Não se trata, portanto, quando se fala das ações realizadas pelos interlocutores de pesquisa ou mesmo da própria pesquisa de campo, do acesso paulatino a um sistema simbólico coerente, fixo e preexistente. Tratando-se de itens que não podem ser localizados, o máximo que pode ser feito é uma espécie de *cartografia* das relações formais dentro de um universo que contenha *redundância*. Mesmo assim, essa *cartografia*, por ser necessariamente situada e por não contar necessariamente apenas com elementos comunicativos, é sempre incompleta, no sentido de nunca poder estar terminada ou fixada.

Outro ponto interessante apontado por Bateson é que esses padrões, que estão na base da estruturação, permitem a *transmissão* de informação justamente por auxiliar o receptor a discernir o que é *senal*, aquilo que é informação e/ou redundância, do que é *ruído*, aquilo que, não sendo nem informação nem redundância, é “a única fonte possível de novos padrões” (1972 (a), p. 418). Ruído, portanto, é o que abre a possibilidade para que os conceitos e significados possam constantemente ser inovados.

#### EXTENSÃO DA SEGUNDA ALIANÇA: A POSSIBILIDADE DE UMA *CARTOGRAFIA CONCEITUAL*

É no sentido destas duas últimas ideias (a inovação conceitual e a possibilidade de uma cartografia desse processo) que a construção teórica feita por Bateson, e que até aqui foi usada para se tentar compreender a realização do trabalho de campo e a produção dos dados, torna-se eficiente também para se pensar uma maneira eficiente para se trabalhar com os dados produzidos, para se organizar o material etnográfico, bem como sua disposição em um texto. Pode-se dizer que desse vínculo inicial com Bateson surge uma possibilidade interessante para o tratamento dos conceitos que eram mobilizados no escritório da Funai, aqueles mesmos conceitos oriundos da indústria do desenvolvimento que estavam presentes na minha bagagem de campo.

A aproximação com a *forma que comunica* tem a vantagem de não estabilizar as mobilizações conceituais, justamente por não precisar recorrer a nenhuma estrutura simbólica. A ideia de estruturação mediante padrões que está na base da *forma que comunica* não é fixa nem fechada. Nela, além de *informação* e de *redundância*, tem-se o *ruído*, aquilo que é uma fonte possível de novos padrões. E é justamente este elemento que abre espaço para que o tempo todo o significado possa escapar ou inovar-se, dependendo de sua vizinhança conceitual. Essa mobilização é caracteriza-

da pela performance, o constante recolocar as coisas umas em relação às outras, algo que, além de ser bastante distinto do acesso a um sistema simbólico, abre a possibilidade para a produção de um conhecimento necessariamente situado e incompleto.

Partindo dessa aliança com a *forma que comunica* - ou ainda, das possibilidades analíticas que ela, bem como todo esse arsenal conceitual oferecido por Bateson, propicia - procurarei trabalhar com alguns dos dados produzidos nas quatro semanas de campo. O que será apresentado a partir de agora é uma tentativa de *cartografia* de algumas das mobilizações conceituais ocorridas no escritório da Funai, mais precisamente, das mobilizações para as quais eu voltei, com maior ênfase, meu olhar e minha atenção. Aqui, é relevante destacar novamente que cheguei à Funai de Altamira com o objetivo de atentar, não somente, porém de modo mais atento, para o trabalho dos funcionários diretamente envolvidos em projetos voltados para os povos indígenas atendidos. O que estava em questão era a maneira como alguns conceitos mais ou menos específicos, aqueles conceitos oriundos da indústria do desenvolvimento, seriam operacionalizados, tratados, definidos, nas práticas dos funcionários do escritório. Essas operações, todavia, não apareceram de forma explícita praticamente em nenhuma das situações que presenciei e, portanto não apareceram em minhas anotações de campo na forma de definições ou de explicações. O que eu presenciava eram menções constantes a esses conceitos que praticamente encerravam-se em si mesmas. Bastava que esses conceitos fossem mencionados para que diálogos avançassem, para que projetos fossem aprovadas, para que um técnico fosse bem qualificado, etc. O que eu registrei em minhas notas foram tais menções, e isso são os meus dados.

Tudo o que se segue faz parte de um esforço de organização desses dados ocorrido já em casa, após a volta do campo, um esforço que envolveu a colocação e a recolocação de algumas *informações* - mais precisamente, das menções aos tais conceitos da indústria do desenvolvimento - em um contexto pré determinado analiticamente a partir de algumas fundamentações do campo: esse contexto é a proposição de projetos de desenvolvimento voltados aos nove povos indígenas atendidos pelo Escritório da Funai de Altamira. Chamo de contexto, pelo fato de reunir analiticamente informações provenientes de diversos projetos propostos/executados/geridos pela Funai em uma categoria a qual chamarei de *projetos de desenvolvimento indígena*.

## CARTOGRAFIA DAS MOBILIZAÇÕES CONCEITUAIS NOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA

Neste tópico, por meio da tentativa experimental de elaboração de uma

*cartografia* das mobilizações conceituais características da proposição de *projetos de desenvolvimento indígena*, procurarei evidenciar como um conjunto conceitual específico é extremamente relevante para o trabalho da FUNAI de Altamira. Esse conjunto aparece, inclusive, na própria missão institucional da organização. De acordo com o que está apresentado em seu site institucional,

Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de *proteção* aos povos isolados e recém-contatados. É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao *desenvolvimento sustentável* das populações indígenas. Nesse campo, a FUNAI promove ações de *etnodesenvolvimento*, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas. Compete também ao órgão a estabelecer a *articulação interinstitucional* voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o *fomento e apoio aos processos educativos* comunitários tradicionais e de *participação* e controle social. A atuação da Funai está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destaca o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico. (FUNAI, site institucional, destaques meus)<sup>6</sup>.

Grande parte desses objetivos apresentados no site da FUNAI, já em suas fazes de implementação e de aplicação nos escritórios regionais da instituição, são alcançados por meio da proposição dos tais projetos de desenvolvimento indígena. Nesses projetos, bem como em praticamente todas suas outras ações voltadas aos povos indígenas, a FUNAI assume um papel educativo a partir do qual orienta seu trabalho. Nas atividades que a instituição propõe e executa fica evidente uma ideia de indígena enquanto aquele que “ainda não está preparado para lidar diretamente com a sociedade e com o mercado” e que, por isso precisa ser *empoderado* (isso quer dizer que precisa ser *treinado* e *capacitado*, ou seja, que precisa participar de projetos, de oficinas, de cursos, etc.). Sendo, portanto, necessários na atuação da Funai “trabalhos de sensibilização e de conscientização”, que “ensinem e expliquem o que é projeto” e que assim possam “levar os indígenas à organização”. Tudo isso tomando a precaução de “explicar muito bem para os índios que esse processo de proposição de projetos, de alcançar melhorias e de desenvolver a comunidade é difícil e demorado”

<sup>6</sup> Disponível no site institucional da Funai: <http://www.funai.gov.br> (acesso em 19 de fevereiro de 2017).

e também o cuidado para “não confundir a cabeça dos indígenas” e nem “encher demais a agenda de cada um dos povos indígenas”.

Além do mais, cabe apontar que a FUNAI procura conciliar esse seu papel educativo e também intermediador das relações entre indígenas e não indígenas com a noção de *autonomia* indígena. Cabe apontar que, para amenizar essa conciliação aparentemente paradoxal, o trabalho desempenhado pelos indigenistas é apresentado como sendo “apenas um auxílio para os povos indígenas”<sup>7</sup>. Assim, a imagem mais defendida para o papel da FUNAI é a de uma instituição que “auxilia os indígenas, que está junto com os indígenas, mas que procura ficar mais quieta na hora de tomar decisões, que procura deixar os próprios indígenas resolverem”<sup>8</sup>. Entretanto, a instituição, por considerar que os povos indígenas “ainda não estão preparados para lidarem diretamente com os brancos, com as empresas e com o mercado”, continua intermediando a relação entre indígenas e não indígenas. Essa prática, que em larga medida tem suas origens no exercício do poder tutelar, continua trabalhando com uma noção de indígena enquanto aquele que ainda precisa receber alguma formação. Evidentemente, não se fala de civilização, como era o caso do extinto Serviço de Proteção ao Índio (LIMA, 1995), mas sim de *capacitação*, de *empoderamento*, de *sensibilização*. A questão é o treinamento, via um órgão estatal, de povos que ainda “não conseguem lidar com pautas de reuniões grandes e complexas”, que “têm dificuldade com a burocracia” e que “muitas vezes são muito ingênuos”<sup>9</sup>, para o acesso aos direitos diferenciados aos quais eles têm direito.

As ações promovidas pela FUNAI, além do mais, “têm que ter algum efeito e devem chegar em algum lugar”<sup>10</sup>. Esse efeito, em muitas das situações, deve ser a geração de renda, principalmente via trabalho interno à própria comunidade em tarefas que envolvam o bem estar e a qualidade de vida de cada um dos povos indígenas. Entretanto, para que esse fim possa ser alcançado, o que é colocado em jogo pelos funcionários da FUNAI são práticas muito próximas do que poderia ser chamado de incorporação dos indígenas a uma economia de mercado. Atividades como o treinamento das boas práticas de manejo que visam otimizar a produção agrícola e/ou extrativista; a capacitação para a movimentação de cantinas comunitárias e para a execução e controle de precisos livros caixa; o auxílio na formação de associações indígenas que, possuindo um CNPJ próprio, possam pleitear recursos

7 Posição defendida por uma indigenista especializada da Frente de Proteção Etnoambiental em reunião junto a financiadores.

8 Ibidem.

9 Falas de uma das indigenistas especializadas a respeito da atuação da FUNAI junto aos povos indígenas.

10 Ibidem.

provenientes das mais diferentes fontes de financiamento; a capacitação para o uso do dinheiro e para a execução de tarefas na cidade como a compra de insumos e também para o cálculo de preços justos de venda dos produtos produzidos pelos indígenas e, por fim, o auxílio na obtenção, já por parte das associações indígenas, de selos de produtos certificados como de origem indígena que adquirem um maior valor agregado, ilustram bem esse processo. Nesse ponto é interessante destacar que essas metas fazem parte dos textos de praticamente todos os projetos geridos pela instituição. Os projetos desenvolvidos pelo escritório da FUNAI, como se pôde perceber, embora não sejam direcionados a um mesmo público alvo e tenham finalidades distintas, trabalham com um conjunto conceitual bastante próximo no qual a inserção em uma economia de mercado, mais especificamente, a noção de desenvolvimento faz-se latente.

Esses conceitos se comunicam com o universo conceitual de outras organizações que estão em contato com a própria FUNAI de Altamira (financiadores, a política organizacional mais ampla da FUNAI, tratados e acordos internacionais, por exemplo) e assim formam um conjunto conceitual específico. No conjunto em questão, adquirem proeminência noções como *desenvolvimento sustentável*, *etno-desenvolvimento*, *autonomia* e *empoderamento*. Esse universo conceitual explorado pela organização indica a postura de trabalho junto aos indígenas adotada e também a forma como a relação com os indígenas é estabelecida. Ao mesmo tempo em que a atuação do escritório se aproxima de medidas desenvolvimentistas, via projetos de desenvolvimento, que visam inserir os povos indígenas dentro de uma economia de mercado, noções como *autonomia* e *empoderamento* evidenciam o esforço da instituição em se aproximar dos povos indígenas e assim oferecer projetos mais adequados aos seus próprios interesses e necessidades.

São sutilezas como essas que o experimento cartográfico inspirado na explicação cibernética de Gregory Bateson permite destacar. Pensar as proeminências conceituais dentro de enunciados, portanto, é uma atividade frutífera não só para se averiguar a atuação estatal por meio de instâncias oficiais junto aos povos indígenas, mas também para destacar como conceitos podem ser articulados em vizinhanças conceituais e assim adquirir finalidades específicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, Gregory. Cybernetic Explanation. In: \_\_\_\_\_. **Steps to an Ecology of**

**Mind:** Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology. University Of Chicago Press, 1972 (a).

\_\_\_\_\_. Redundancy and Coding. In: \_\_\_\_\_. **Steps to an Ecology of Mind:** Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology. University Of Chicago Press, 1972 (b).

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: \_\_\_\_\_. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz.** Poder Tutalar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

# AUDITORIAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: ENTRE MANUAIS E PRONTUÁRIOS NO HOSPITAL NESTOR GOULART REIS

**Juliana Ramos Boldrin**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisadora do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E) da UFSCar.  
E-mail: boldrinju@gmail.com

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo uma análise dos procedimentos de auditoria no e do Sistema único de Saúde (SUS), a partir de descrições de manuais produzidos pelo Departamento Nacional de Auditoria (DENASUS), assim como da consulta do relatório de auditoria realizado em 2005 no Hospital Nestor Goulart Reis, um centro de referência no tratamento hospitalar da tuberculose em Américo Brasiliense (SP). Busca-se com isso produzir diálogos com

os dados de campo obtidos neste hospital e pensar: (1) os prontuários médicos enquanto uma tecnologia de auditoria e suas possíveis implicações nas práticas de enfermagem e (2) a auditoria enquanto um processo imerso por relações sociais de trocas e intercâmbio entre pessoas. Assim, enfatizo que a auditoria e certa ideia de uma boa gestão estão atreladas a um intento de monitoramento das práticas e técnicas em concomitância ao fato de informá-las.

## INTRODUÇÃO

Entre outras coisas, já identificamos centenas de “fantasmas” por todo o Brasil. Encontramos fantasmas fazendo quimioterapia, recebendo transfusão de sangue... há mais de dois anos!!! Todos com atestado de óbito... Quem sabe, com o sangue novo que receberia ele voltaria a viver?! A auditoria deu um jeito nisso! (Histórias de Auditor. Disponível no site do Sistema Nacional de Auditoria – SNA. <http://sna.saude.gov.br/historias.cfm>)

Os viciados em controle devem ter a decência de disfarçar sua fissura gritante por intermédio de uma burocracia intrincada e arbitrária, de modo que o espécime nunca consiga entrar em contato direto com seu inimigo. (William Burroughs, 2005, p. 30)

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem um aparato próprio para a realização de auditoria nos níveis hospitalar e ambulatorial da rede pública de saúde, qual seja, o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), o qual conta com o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DNASUS) enquanto o componente federal deste sistema, que é dividido a partir de núcleos estaduais. É um aparato que constitui parte de uma estrutura ampla da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGPE), e tem por objetivo auditar os hospitais e ambulatórios públicos em todo o território nacional com a cooperação das esferas estaduais, municipais e do Distrito Federal. A lei nº 8.080, datada de 1990, prevê a necessidade de instâncias controladoras e de acompanhamento de ações a serviço da saúde enquanto uma responsabilidade da União, com o objetivo de avaliar tanto técnica quanto financeiramente o SUS. Daí, então, a possibilidade de emergência deste sistema, cuja configuração só foi assumir esta forma em 2006<sup>1</sup>.

A auditoria se constitui como um processo técnico e sistemático de avaliação. De acordo com Marilyn Strathern (2000), o conceito de auditoria tem escapado às finanças e contabilidade, de onde provém, e adquirido uma presença expandida, de

<sup>1</sup> Para mais sobre a utilização da auditoria na saúde e sobre a formação e consolidação do Sistema Nacional de Auditoria, ver Melo e Vaitsman (2008).

ampla escala e abrangência, de maneira que preceitos como o de eficiência econômica e de boas práticas são almeçados e perseguidos. A intenção aqui é justamente explorar a relevância e alguns efeitos potenciais dos processos de auditoria, especificamente na área da saúde pública. No caso do SUS, os objetos submetidos ao escrutínio técnico de avaliação pelo SNA estão relacionados aos dois tipos de auditoria realizados. O primeiro é a de *conformidade*, cuja avaliação é voltada tanto para a legalidade da gestão quanto à aplicação de recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para as entidades e para as secretarias estaduais e municipais, como também para a gestão e execução de planos e programas na saúde que envolvam recursos públicos – considerando organização, cobertura assistencial, perfil epidemiológico, quadro nosológico e resolutividade. O segundo tipo de auditoria é a *operacional*, cuja avaliação gira em torno da eficácia, eficiência, efetividade da assistência prestada (ambulatorial e hospitalar). Assim, se o interesse da auditoria está na distribuição e/ou uso dos recursos públicos é a auditoria de *conformidade* que será realizada, enquanto a *operacional* ocorrerá quando o interesse da avaliação for em torno das prestações de serviços, mas ambas tocam nas gestões realizadas pelos hospitais e ambulatorios, ainda que a primeira se volte mais para os aspectos financeiros e a segunda para a qualidade dos serviços prestados.

Conforme a definição do SNA, a “auditoria é um instrumento de gestão para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a alocação e utilização adequada dos recursos, a garantia do acesso e a qualidade da atenção a saúde oferecida aos cidadãos” (Sistema Nacional de Auditoria - SNA)<sup>2</sup>. Com efeito, é um procedimento intimamente relacionado à noção de prestação de contas e de boa gestão. Nesse sentido, as “Histórias de auditores” disponíveis no site do SNA, como demonstra a citação que inicia o artigo, são iluminadoras quando, em relatos bem-humorados e irônicos, apresentam situações de tentativa de suborno, irregularidades em contas das instituições. São histórias que salientam noções como a de ética, responsabilidade, transparência e contribuição para formas de gestão que perpassam várias das categorias pelas quais o site é organizado, como também os manuais produzidos pelo DENASUS, os quais têm por intuito oferecer suporte técnico aos auditores para a padronização de suas atividades.

Considerando a produção bibliográfica sobre o tema e os problemas que a permeiam, bem como a pesquisa de campo que realizei no hospital Nestor Goulart

2 Cf. História de Auditoria em Saúde. Disponível em: <http://sna.saude.gov.br/historia.cfm> (acessado em 10/12/2016).

Reis<sup>3</sup>, um centro de referência no tratamento hospitalar da tuberculose localizado no município de Américo Brasiliense (SP), este artigo tem dois objetivos. O primeiro é tratar dos procedimentos técnicos de auditoria no SUS nas fases de sua realização, a partir dos manuais produzidos pelo DENASUS, buscando mostrar como se trata de um processo imerso por relações sociais de trocas e intercâmbio entre pessoas. O segundo é traçar a conexão entre esse processo de avaliação – e a produção de papéis que lhe é inerente –, e as práticas dos profissionais de saúde, trazendo à tona os efeitos das formas e produção de papéis nas práticas desses profissionais.

Buscando compreender como a doença é feita nas práticas biomédicas, ou, em outras palavras, como bacilo, sintomas, tratamento e cura são coerentemente vinculados durante o tratamento para tuberculose, realizei pesquisa de campo por períodos intermitentes ao longo de 2015 e 2016 no hospital Nestor Goulart Reis. A partir disso, a burocracia se mostrou importante. Isto porque pude perceber que a própria feitura da doença estava intrincada a uma produção constante de papéis que tinha preponderância nas formas pelas quais a tuberculose adquiria visibilidade durante o tratamento, nos diversos espaços hospitalares. A partir da visibilidade da doença no laboratório um papel era produzido e, com a informação ali contida, espaços eram definidos e manuseios da doença eram delineados em outros setores do hospital. Deste modo, ao focar nas práticas dos profissionais de saúde, não só a papelada apareceu enquanto parte da produção da doença, mas tornou visível esse processo de auditoria. Em todos os setores do hospital havia um papel nas paredes que continha uma classificação das práticas dos profissionais em ouro, prata e bronze, sob o título “Auditoria 2015”.

Em vista da emergência desta questão em campo e dos objetivos aqui visados, mobilizo materiais de diferentes tipos: os manuais produzidos pelo DENASUS para pensar as técnicas e procedimentos enquanto permeadas por relações sociais, inspirada pelo trabalho de Harper (2000); exemplos etnográficos da pesquisa de campo realizada no Nestor Goulart Reis, especialmente quanto à confecção dos prontuários médicos e seu potencial uso nos processos de auditoria; exemplos dos

---

3 A pesquisa de campo no hospital é parte da pesquisa de iniciação científica conduzida ao longo de um ano e meio, entre 2015 e 2016, com o apoio integral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2015/10186-0. Agradeço a todos os profissionais de saúde e à administração do hospital por possibilitar minha entrada em campo. O hospital Nestor Goulart Reis é um centro de referência no tratamento hospitalar da tuberculose. O tratamento padrão para tal doença é ambulatorial, de modo que este é um dos únicos hospitais no país cujo tratamento se dá por esta via, o que está intimamente relacionado ao abandono ou recusa ao tratamento pelos pacientes durante o tratamento ambulatorial, bem como à perspectiva biomédica e epidemiológica que aloca tais pessoas como um risco social, em vista de a tuberculose se constituir como uma doença infecto-contagiosa.

critérios avaliativos da auditoria interna ali realizada<sup>4</sup>; por fim, um relatório final, datado de 2005, para mostrar certos efeitos da realização da auditoria externa no hospital e suas implicações nas práticas dos profissionais de saúde.

A literatura acerca dos processos de auditoria é incipiente e, no caso do Brasil, no que concerne à área da saúde, restringe-se ao campo da enfermagem e das finanças, tanto no que tange aos hospitais privados (PARIS et al., 2013) quanto aos hospitais e ambulatórios da rede pública (TAJRA et al., 2014; DIAS et al., 2004). Pinto e Melo (2010) salientam uma diferença bastante grande em relação aos interesses da realização da auditoria no setor público e privado, a partir de três estudos de caso. No setor público, as autoras afirmam uma preocupação com o serviço oferecido e um caráter controlador na realização da auditoria, enquanto que em relação ao setor privado apontam para a predominância dos interesses econômico-financeiros.

Na literatura antropológica sobre o tema, à sua vez, sobressaem-se os trabalhos de Strathern (2000), Harper (2000), Kipnis (2008), Hull (2012), Shore e Wright (1999). O trabalho de Harper (2000) é inspiração para pensar as técnicas concernentes à auditoria, já que o autor demonstra como

o aparelho analítico utilizado pelo Fundo Monetário Internacional (F.M.I) produz uma transformação dos números que é de ordem moral, ainda que os saberes mobilizados pelos técnicos sejam aritméticos e econométricos. Já o trabalho de Hull (2012), ao tratar especificamente de um hospital rural no sul da África e da emergência desses processos de auditoria, constitui-se como um campo comparativo importante, além de trazer a noção de “tecnologia de auditoria” em relação aos prontuários médicos, documento que utilizo como ferramenta para pensar as implicações dos processos de auditoria nas práticas de enfermagem.

Assim, este artigo é organizado a partir das fases de realização da auditoria no SUS pelo Sistema Nacional de Auditoria (SNA). A primeira sessão, então, traz à tona a fase nomeada de analítica, a partir da qual busco salientar o movimento que torna planilhas, tabelas e uma gama de informações em dados que se constituem como os “papéis de trabalho” dos auditores. A segunda sessão, voltada para a segunda fase da auditoria – *in loco* ou operativa –, diz respeito a uma breve descrição do procedimento padrão prescrito pelos manuais, com a qual busco trazer à tona como uma evidência é constituída a partir de um encadeamento com papéis obtidos anteriormente. À sua vez, a terceira sessão, “Prontuários Médicos”, é

---

4 A auditoria interna é realizada com autonomia tanto em relação ao que é avaliado quanto em relação a quem avalia e se dá de forma independente daquela realizada pelo SNA. Na medida em que não foi possível acompanhar a realização da auditoria interna em campo, mas apenas ter acesso à questão via conversas informais, mobilizo-a como um exemplo para pensar o aparelho analítico do SNA.

dedicada à articulação da produção destes documentos (a partir de minha pesquisa de campo) com as possíveis implicações da auditoria no ambiente hospitalar. Por fim, a quarta sessão é dedicada à produção dos relatórios finais, a última fase da auditoria e aos efeitos que produz.

Este artigo se junta aos recentes esforços na antropologia em pensar os documentos como “artefatos paradigmáticos de práticas de saber moderno” (RILES, 2006), abordagem cada vez mais frequente na antropologia (HULL, 2012; MUNHOZ, 2013), tanto em contextos hospitalares e de saúde (HULL, 2012; SARTORI, 2015), quanto em contextos policiais referentes à produção de registros acerca de pessoas desaparecidas (FERREIRA, 2013), aos inquéritos da Polícia Federal em relação aos crimes de tráfico de pessoas e aos processos administrativos em torno do desaparecimento de pessoas (LOWENKRON et. al, 2014), bem como à estética de documentos em contexto de encarceramento (REED, 2006).

#### FASE ANALÍTICA

De acordo com o manual “Orientações Básicas” (DENASUS, 2011), a fase inicial da feitura da auditoria, alocada como analítica, consiste na reunião de pessoas e de informações, dados e documentos que serão necessários de acordo com o tipo de auditoria<sup>5</sup> – de *conformidade* ou *operacional* –, tanto nos sistemas informatizados quanto nas secretarias municipais e estaduais<sup>6</sup>. A partir disso, realiza-se um diagnóstico do objeto a ser analisado e a delimitação do escopo do trabalho, como também a elaboração e organização dos “papéis de trabalho” – documentos, relatórios extraídos de sistemas informatizados, planilhas, tabelas –, de acordo com o objeto para o qual a auditoria se volta. Estes papéis “são utilizados na execução da auditoria e também se constituem em registros permanentes do trabalho efetuado pelo auditor, dos fatos e informações obtidas, bem como das conclusões sobre os exames.” (DENASUS, p. 21, 2011)

Esta primeira fase faz evocar o trabalho de Harper (2000), já que o foco de sua reflexão é justamente no ponto em que dados são reunidos para a auditoria em uma missão do Fundo Monetário Internacional (F.M.I), com o objetivo de produzir um quadro geral acerca da economia de um país. O autor, argumentando que a auditoria

5 Nos manuais utilizados para a análise e nas consultas ao site do Sistema Nacional de Auditoria não foi possível encontrar a especificação de que papéis/documentos são utilizados, apenas seus formatos (tabelas, planilhas, etc). As especificações se restringem à prescrição de manipulação de documentos específicos, tais como os prontuários médicos, do que tratarei adiante.

6 Alguns dos sistemas informatizados são SIM (Sistema de informações sobre mortalidade); SIA (Sistema de informação para facilitar o planejamento, controle e avaliação do atendimento ambulatorial); SIAB (Sistema de informação da atenção básica).

é um processo social, apresenta-nos alguns eventos, a partir dos quais demonstra etnograficamente como dados estão imersos em relações sociais, como existem os números que contam, reuniões com as pessoas certas e como estes números podem ocupar um primeiro plano para depois sumirem em meio a um quadro geral da economia de um país. Isto no intuito de mostrar como são produzidos socialmente os processos de auditoria, que em última instância interferem em políticas nacionais, financiamentos, projeções sobre o futuro.

Mobilizo o autor porque, de acordo com os manuais (DENASUS, 2004; 2011), existe um padrão para a reunião dos “papéis de trabalho”. Deste modo, a forma pela qual se dá o arranjo e a elaboração destes “papéis de trabalho” dos técnicos não está ligada à natureza/qualidade de dado das informações, como se falassem por si mesmos, mas à proveniência dos dados e informações e a um movimento preciso de justamente tornar dado e expressões da realidade a partir do uso e da decisão do que importa e do que será colocado em primeiro plano na análise que desencadeará em um parecer geral, na forma de relatório. Harper (2000), então, explicita um movimento útil para pensar as instruções presentes nos manuais, na medida em que demonstra como um encontro é baseado na forma pela qual uma tabela deve ser lida e por conseguinte para determinar como esses números podem ser utilizados de acordo com os fins almejados.

Os dados disponíveis em planilhas e tabelas são passíveis de serem vistos não apenas como expressões descritivas da realidade em uma linguagem técnica, econômica ou matemática, prontos para serem reunidos, mas sim a partir da própria maneira pela qual são reunidos e mostrados nos novos papéis que geram em um processo de auditoria. Ainda segundo Harper (2000), o processo de tornar estes “números brutos” em significativos e utilizáveis é parte de uma transformação moral e não apenas aritmética e econométrica. Enfatizo um dos pontos apresentados pelo manual no que diz respeito ao plano de trabalho do auditor para corroborar este argumento. O ponto em questão se refere à “identificação das fontes de informação necessárias para a auditoria, observando a sua abrangência e confiabilidade” (DENASUS, 2011, p.20). A ideia de confiabilidade está, então, relacionada às fontes e é aquilo que qualifica ou desqualifica a informação como um dado, de modo que os lugares ou pessoas das quais as informações provêm contam na confecção e no seu uso para a avaliação.

Reunidos os “papéis de trabalho” e certificada a confiabilidade daquilo que será utilizado como dado, esta fase analítica conta ainda com a produção de novos documentos, assim como as fases seguintes. Os técnicos responsáveis pela auditoria

elaboram documentos para organizar e elaborar os “papéis de trabalho” reunidos, assim como um roteiro/protocolo, estabelecendo-se as técnicas de auditoria que serão utilizadas na fase seguinte: de trabalho de campo, ou *in loco*, dos auditores.

Morawska Vianna (2014), ao tratar da trilha de papéis referentes às etapas de planejamento e execução da construção de Usinas Hidrelétricas, volta-se para a confecção destes documentos exigidos pela legislação em todas as fases das obras enquanto aquilo que Riles (2006) denomina como “artefatos paradigmáticos de práticas de saber moderno”. Morawska Vianna ressalta como esses documentos são vinculados e vinculantes entre si em sua natureza administrativa, ou seja, como em cada uma das etapas das obras é prevista a produção de documentos específicos, e que dependem sempre de documentos anteriores, no que se refere à forma e conteúdo, já que a produção de um estabelece as condições de existência do seguinte. Além disso, salienta como em todos os documentos está inscrita uma tecnologia do cálculo específica. O argumento da autora é, então, como a natureza desses papéis que transformam saberes tradicionais em meros indicadores inscritos em documentos, não apenas torna possível a continuidade das obras, mas também oblitera a perspectiva dos povos afetados.

A auditoria, inserida em uma burocracia interminável de confecção de papéis da qual depende, apresenta um movimento semelhante no que se refere à ideia de papéis vinculados e vinculantes entre si. Na fase analítica, os papéis não são apenas reunidos de maneira específica a partir daquilo que deve contar e daquilo que não deve, mas também criam a condição de existência de novos papéis que organizam a gama de informações definidas como material de trabalho. Com isso em mãos, então, é produzido o roteiro/protocolo acerca do planejamento da fase seguinte – *in loco*, ou operacional. Procurarei demonstrar adiante como este movimento, em que um documento torna possível que o outro exista, permeia todas as fases e mesmo suas próprias condições de existência.

#### **FASE *IN LOCO***

A fase *in loco* ou operativa é aquela que busca nas ações e situações do local auditado evidências, as quais constituirão aquilo que fundamenta o resultado da auditoria: um relatório final, um parecer claro a respeito das constatações, seguidas por recomendações. Tal fase apresenta as seguintes etapas: apresentação da equipe no local auditado; recebimento de documentos solicitados à instituição na fase analítica; análise da documentação; visita às unidades/setores/usuários; acompanhamento e monitoramento dos trabalhos realizados; reunião de encerramento com a equipe de

auditoria e responsável pelo local auditado. As evidências podem, desta forma, ser física, documental, admissível (obtida através da fala) e circunstancial, esta última relativa a uma impressão do auditor, de modo que não pode ser utilizada porque carece de objetividade, mas deve ser considerada na medida em que funciona como uma pista, a partir da qual o auditor deve buscar provas/evidências objetivas o suficiente para serem utilizadas como fundamento das suas constatações. Deste modo, as evidências devem “formar convicção sobre os fatos.” (DENASUS, 2011, p.22).

Os documentos internos à instituição, como, por exemplo, os prontuários médicos, vêm a configurar parte da análise neste momento da auditoria. Tornam-se, neste ponto, evidências a serem relacionadas aos “papéis de trabalho”. O que quer dizer a legitimidade da evidência depende da sua possibilidade de vinculação aos “papéis de trabalho”, reunidos na fase analítica. Portanto, é neste momento que um prontuário médico pode se tornar uma tecnologia de auditoria, como explicita a citação acerca da análise dos documentos:

Dentre os aspectos fundamentais para análise de qualquer documento recebido pela auditoria deve-se verificar a autenticidade dos documentos: ausência de rasuras ou emendas; características do papel e de sua impressão; acréscimo de letras, palavras ou frases em documentos digitados ou manuscritos; notas fiscais de outros estados sem visto dos postos fiscais; o correto preenchimento e composição do prontuário médico. Trata-se de procedimento voltado para a comprovação das ações assistenciais e contábeis que, por exigências legais, comerciais ou de controle são evidenciadas por documentos comprobatórios. (DENASUS, 2011, p. 24)

A partir do objetivo da auditoria e das evidências encontradas, a equipe apresenta um posicionamento ao fim do seu trabalho, expresso no relatório final de avaliação. Este posicionamento, para ser considerado satisfatório, depende da força dessas evidências e de sua articulação aos “papéis de trabalho” dos auditores na fundamentação que ampara o posicionamento. Ou seja, não apenas a segunda fase da auditoria depende de documentos elaborados na fase analítica, que definem o escopo do trabalho, como também a confecção do roteiro/protocolo é o que possibilita a segunda fase e as relações com os novos documentos, agora internos à instituição auditada. O que é apresentado no manual como a força da evidência não é dado pelas tessituras do que a circunda, mas pela relação que pode estabelecer com os “papéis de trabalho”. Cabe ressaltar que é apenas a partir do movimento que torna falas, estruturas físicas, ou aquilo que é chamado de evidência circunstancial em dados inscritos em papéis, que uma evidência se torna relacionável aos “papéis de

trabalho”. Também apenas a partir desse movimento torna-se possível elaborar um novo documento em forma de parecer final – o relatório – e o posicionamento acerca do quadro geral do objeto para o qual se voltou.

Antes de entrar na fase de relatório final da auditoria, trago os prontuários médicos como tecnologias de auditoria para mostrar os potenciais efeitos desse processo a partir da pesquisa de campo realizada no hospital Nestor Goulart Reis.

## PRONTUÁRIOS MÉDICOS

No hospital Nestor Goulart Reis os prontuários médicos têm primazia para praticamente todas as práticas realizadas em torno da tuberculose, porque neles mesmos as tessituras dos fluxos corpóreos, dos batimentos cardíacos, e frequências respiratórias já são tornados quantificações, que medidas em um tempo e espaço com os devidos mediadores tornam-se números que falam sobre os corpos e a doença aos médicos, por exemplo. Constituem-se como documentos que são registros minuciosos não apenas de medições e quantificações, mas que trazem informações de todos os tipos, desde a descrição da recusa em aceitar a tomar o medicamento por um paciente até o procedimento adotado pela equipe de enfermagem em relação a uma fuga do hospital.

Além disso, um tempo muito grande do trabalho é dedicado à confecção destes prontuários pela equipe de enfermagem – enfermeiros e auxiliares de enfermagem –, já que basicamente toda prática realizada é registrada no papel, o qual é carimbado e assinado. Durante a pesquisa de campo, a falta de profissionais de enfermagem e nos outros setores do hospital aparecia claramente, principalmente a partir da realocação dos profissionais em outros setores, de acordo com a necessidade, assim como foi-me explicitada a realização de jornadas em dois trabalhos diferentes por alguns dos interlocutores. Com isso, busco realçar que as condições de trabalho estão intrincadas aos modos pelos quais os prontuários médicos são confeccionados pelos profissionais.

O mesmo foi notado na já mencionada etnografia de Hull (2012), que aponta para como os processos de auditoria afetam as condições de trabalho dos profissionais. A falta de pessoal para trabalhar e a grande escala das doenças confrontam a estabilidade visada por estes novos mecanismos de avaliação e com isso, ela salienta, emergem respostas dos funcionários para a auditoria que expressam vulnerabilidade moral e profissional, assim como sentimento de medo em um ambiente que é profundamente socializado e estratificado. A autora atenta para como a produção

de documentos advinda desses processos gera efeitos diretos nas relações dentro do hospital, na medida em que arquivos de pacientes se tornam uma “tecnologia de auditoria” tanto quanto são utilizados para documentar a competência dos funcionários.

De acordo com a autora, a emergência da “cultura de auditoria” e seus mecanismos de auto-avaliação em escala global fazem com que novas formas de responsabilidade e responsabilização se constituam. Em vista desse argumento, aloca os arquivos de pacientes como “tecnologias de auditoria”, já que sua utilização nos processos de avaliação é algo que gera vários efeitos nas relações sociais desse hospital rural do governo no sul da África: práticas de enfermagem cada vez mais padronizadas, presença de um peso moral dado através de conceitos democráticos liberais como o de transparência e prestação de contas.

A utilização de prontuários, então, não só faz a doença nas práticas de tratamento dos profissionais, como procurei demonstrar em minha monografia sobre as práticas médicas (BOLDRIN, 2017), mas também toca nas condições de trabalho dos profissionais. Isto em vista de que os manuseios desses documentos nos processos de auditoria têm o potencial de gerar responsabilizações para as pessoas, o que a própria forma de confecção dos prontuários possibilita através das assinaturas e carimbos que lhes são inerentes. Na mesma medida, no quadro geral, ou parecer final, produzido, as condições de trabalho a partir das quais esses documentos são confeccionados podem ser desvinculadas dessas condições de trabalho, dependendo do modo a partir do qual os dados e papéis de trabalho são arranjados. Estes documentos escapam, assim, aos aspectos clínicos do paciente e se tornam passíveis de serem utilizados para responsabilizar alguém, como a citação do Manual de Glosas abaixo expressa:

Toda glosa deverá ser devidamente acompanhada da sua respectiva documentação comprobatória, cópias autenticadas pelo auditor e no caso do prontuário médico deve ser auditado pelo diretor da unidade auditada para possível contraprova ao fato glossado. Anexar original da planilha de distorções para justificativas e identificação dos responsáveis. (DENASUS, 2004, p. 14)

A falta de profissionais de saúde neste hospital foi salientada em campo, assim como a falta de uma equipe multidisciplinar mais completa, de acordo com a psicóloga e o assistente social. Nesse sentido, me foi dito que “o salário do Estado é muito pouco competitivo” e que “já abriu concurso pra psiquiatra, mas não apareceu ninguém”. A falta de profissionais pode ter diversas implicações nas re-

lações que as pessoas estabelecem com a confecção de documentos em uma rotina de trabalho sobrecarregada e mesmo na forma como praticam suas funções, ainda mais em um ambiente marcado por uma tensão em relação às fugas e abandonos do tratamento. Trazendo os prontuários médicos enquanto uma tecnologia de auditoria e a preponderância de sua confecção no Nestor Goulart Reis, busquei mostrar como um relatório final de auditoria pode atribuir responsabilizações, na mesma medida em que, no quadro geral montado acerca do objeto auditado, as condições de trabalho ou a falta de profissionais podem não aparecer ou serem desarticuladas da confecção dos prontuários a partir da forma que um relatório final assume.

Buscou-se até aqui, no escrutínio das fases da auditoria realizada pelo SNA, colocadas em relação com certa literatura e com o exemplo específico do que está envolvido na confecção de um prontuário médico, mostrar como em última instância os dados, informações, tabelas e planilhas estão associados com as práticas de enfermagem. Durante a pesquisa de campo, ainda notei que em todos os setores do hospital estava presente nas paredes um papel, no qual se lia “2º Auditoria – 2015” e “Implantação do Plano 5S”. Nestes papéis existiam cinco sentidos – limpeza, saúde, auto-disciplina, utilização e ordenação –, pontuados com cores referentes a ouro, prata e bronze.

Ao perguntar para meus interlocutores de pesquisa, até então apenas os profissionais de saúde, do que se tratava aquele papel presente na parede de todos os setores, foi-me explicado que ele dizia respeito a uma auditoria interna realizada ali, anualmente. Ao explicarem como funcionava a avaliação, disseram que os funcionários avaliam uns aos outros a partir da troca de setores: técnicos de laboratório avaliavam o setor da fisioterapia, enfermeiros a farmácia e assim por diante. Isto em um ambiente profundamente marcado por condições de trabalho extremamente diferentes, que vão desde o tempo de trabalho passando pelo salário recebido até o reconhecimento com critérios avaliativos, que segundo pude apreender, são iguais para todos os setores.

Nesse sentido, os sentidos a partir dos quais a auditoria interna do hospital se dá parecem se alinhar não apenas com aquilo que Strathern (2000) coloca sobre a auditoria se constituir como um processo que ganha contornos de padronização e normatização no que tange ao estabelecimento de novas práticas de gestão, mas também ao argumento de que auditoria é uma ideia que busca “medir e monitorar virtualmente todos os aspectos da vida social e profissional” (SHORE, 2009, p.29). Ou seja, além de carregar uma noção de eficiência econômica, a auditoria passa a ser um fenômeno que toca diretamente nas práticas e faz emergir essa noção muito

específica, que tomo emprestada de Strathern (2000) de formas que são aceitáveis. Isto no sentido de que apenas certas práticas sociais têm uma forma persuasiva e convincente para aqueles que vão realizar a auditoria.

#### RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA: EFEITOS NO NESTOR GOULART REIS

A articulação da fase analítica e *in loco* é o que ampara a confecção do relatório final: o quadro geral das constatações feitas a partir desse processo, acompanhadas pelas recomendações do parecerista. Importante colocar que essas recomendações parecem assumir muito mais um caráter de imposição do que um conselho, na medida em que estão atreladas àquilo que se considera como um mau gerenciamento, uma condição precária e por conseguinte às formas aceitáveis, referidas acima. Aqui, tomo o exemplo do relatório de uma página feito no Nestor Goulart Reis, em 2005, em auditoria externa realizada pelo SNA<sup>7</sup>, a qual teve por objetivo apurar irregularidades e avaliar a gestão, disponível para consulta no próprio site do SNA. Este relatório traz constatações acerca da precariedade da estrutura física, capacidade das instalações, dos recursos humanos, do tratamento diferenciado dos pacientes com HIV/AIDS em internação presente no hospital até o momento e de outras questões referentes à assistência hospitalar.

Quanto à questão da falta de profissionais, já mobilizada em relação à confecção de prontuários médicos, pude notar em campo questões referidas no relatório, como por exemplo a falta de profissionais, questão que ainda em 2015 e 2016 se mantinha relevante para os profissionais. No documento, é salientada a falta de psiquiatras e infectologistas, mas os interlocutores desta pesquisa apresentaram uma falta mais geral e abrangente de profissionais, especialmente para a formação de uma equipe multidisciplinar que seja capacitada para lidar com todos os aspectos da doença, principalmente em vista do que alocam como problemas sociais. Relacionado a isso, está a questão da realocação de pessoas de acordo com as necessidades. Assim, uma bioquímica, cuja função era a de realização do exame de baciloscopia no laboratório estava prestando seus serviços na farmácia em dado momento da pesquisa de campo, assim como um auxiliar de enfermagem, em vista da sua experiência trabalhando em farmácia “lá fora”. Nesse sentido, a informação do uso de prontuários médicos não está disponível, mas a maneira como a falta de profissionais é colocada não se articula de nenhuma maneira com a produção destes documentos.

Já no caso da ala específica para pacientes com HIV/AIDS, apontada no

7 Cf. “Consulta Auditorias”. Disponível em: [http://sna.saude.gov.br/con\\_auditoria.cfm](http://sna.saude.gov.br/con_auditoria.cfm) (acessado: 20/12/2016).

relatório e referida por alguns profissionais de enfermagem em conversas informais, há que se colocar que ela não existe mais, o que foi recomendado pelo relatório sob a perspectiva de que todos os grupos de pacientes deveriam ser mantidos em tratamento uniforme e padronizado pelo hospital. Segundo os profissionais de saúde, essa mudança acarretou em perdas de recurso para a instituição, além de uma desvalorização de profissionais de enfermagem especializados neste cuidado.

O item a respeito de “Outras questões referentes a Assistência hospitalar”, faz a seguinte constatação: “O laboratório do hospital foi reformado em 2001 e estruturado para o atendimento de toda a população do Américo Brasiliense, quer seja com adequada estrutura física, recursos humanos capacitados e equipamentos adequados, no entanto está desativado.” Ao que segue a recomendação: “reiniciar assistência laboratorial, anteriormente oferecida pelo hospital, para os pacientes da Instituição e para os munícipes de Américo Brasiliense.” (Relatório de Auditoria, disponível para consulta em: [http://sna.saude.gov.br/con\\_auditoria.cfm](http://sna.saude.gov.br/con_auditoria.cfm) )

Sobre esses pontos, é importante sublinhar que o hospital passou por um processo de perda de espaço a partir da instituição de outro hospital no local, o Hospital Estadual de Américo Brasiliense (AME), que passou a fazer uso do que antes era, em sua totalidade, do Nestor. Assim, há divisão do espaço, mas os recursos são diferentes e a comunicação entre ambos é feita apenas quando há necessidade dos serviços prestados pelo AME, já que é um hospital geral e oferece diversas especialidades. A partir disso, o Nestor passou por um corte de recursos, motivo pelo qual os interlocutores de pesquisa chamavam o AME de “o primo rico”. Para além da questão dos recursos, no caso específico do laboratório, em funcionamento hoje em dia, houve uma terceirização de responsabilidades, já que um convênio com outras instituições fez com que os procedimentos de teste de cultura e teste de sensibilidade fossem realizados fora do laboratório do hospital, ficando a cargo do Nestor apenas a feitura da baciloscopia. Esse movimento de terceirização de determinados trabalhos talvez seja acompanhado de pouco investimento e incentivo na atualização de conhecimentos laboratoriais.

Ainda que os critérios de avaliação deste tipo de auditoria e daquela realizada pelo e no hospital Nestor Goulart Reis sejam diferentes, argumento que ambos os tipos de auditoria estão atrelados a uma ideia de boa gestão e otimização das atividades, o que produz a noção de práticas que são aceitáveis. O exemplo da ala específica para pacientes com HIV/AIDS parece constituir um caso de padronização de práticas de gestão, já que o relatório de auditoria orienta a uniformidade do tratamento e esta ala já não existe mais no Nestor Goulart Reis.

\*\*\*

Ao colocar em diálogo e fazer conexões com essa gama de materiais diferentes, busquei contribuir com uma prospecção reflexiva inicial acerca dos documentos e explicitar a auditoria como um aparelho analítico específico, amparado por saberes matemáticos e econômicos, sempre atravessada por uma produção específica de papéis, vinculados e vinculantes entre si, que em suas formas têm o potencial de obliterar ou desvincular questões importantes como, por exemplo, as condições de trabalho a partir das quais os prontuários médicos são confeccionados.

Intimamente relacionados às práticas de profissionais de saúde, principalmente dos profissionais de enfermagem, esses processos de avaliação só são possíveis através da burocracia, o que coloca em questão os efeitos de realidade da produção desses papéis, com suas formas e conteúdos fixos, em contextos de saúde auditados. É justamente o procedimento que faz com que a condição de existência de um papel seja outro papel que possibilita um parecer final sobre o objeto submetido ao escrutínio analítico dos técnicos de auditoria e um parecer gerado, em última instância, interfere em gestões e questões administrativas.

Nesse sentido, busquei deslindar certas vinculações entre essa gama de produções de papéis, a noção de boas práticas que carregam consigo, as minúcias que circundam sua produção, trazendo à tona sua relação com certa rotina hospitalar e com as práticas dos profissionais de saúde, muitas vezes obliteradas pela inscrição daquilo considerado como dado nos papéis. Isto para evidenciar os potenciais efeitos e implicações desses processos nas práticas dos profissionais de saúde e nas suas condições de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURROUGHS, W. **Almoço nu**. Rio de Janeiro, Editora Ediouro, 2005.

BOLDRIN, J. **Práticas Médicas**: etnografia em um centro de referência no tratamento hospitalar da tuberculose. Monografia de Conclusão de Curso para recebimento de título de Bacharel em Ciências Sociais. UFSCar, 2017.

CROSBY, A. W. **A mensuração da realidade**. A Quantificação e a sociedade ocidental. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

DENASUS. **Manual de Glosas do Sistema Nacional de Auditoria do SUS**, 2004. Disponível no site do Sistema Nacional de Auditoria. <http://sna.saude.gov.br/>

DENASUS. **Manual de Auditoria do SUS – Orientações Básicas**, 2011. Disponível no site do Sistema Nacional de Auditoria. <http://sna.saude.gov.br/>

DIAS, L. N. S. et al. Fatores associados ao desperdício de recursos da saúde repassados pela união aos municípios auditados pela Controladoria Geral da União. São Paulo, **Revista Contab. Financ.**, 2004, vol.24, no. 63.

FERREIRA, L. C. M. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. **Mana** (UFRJ. Impresso), v. 19, p. 39-68, 2013.

HARPER, R. The social organizations of the IMF’S mission work: an examination of international auditing. In: STRATHERN, M. (ed.). **Audit Cultures: anthropological studies in accountability, ethics and the academy**, 2000, [pp. 21-54].

HULL, E. Paperwork and the contradictions of accountability in a South African hospital. London: **Journal of the Royal Anthropological Institute**, 2012, vol. 18. [pp 613-632].

HULL, M. S. Documents and Bureaucracy. **Annu. Rev. Anthropol.** 41: 251-67, 2012.

KIPNIS, A. B. Audit cultures: Neoliberal governmentality, socialist legacy, or technologies of governing?. **American Ethnologist**, 2008, vol. 35, No. 2, pp. 275–289.

LOWENKRON, L.; FERREIRA, L. C. M. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant** (Florianópolis), v. 11, p. 76-112, 2014.

MELO, M. B; VAITSMAN, J. Auditoria e Avaliação no Sistema Único de Saúde. **São Paulo em Perspectiva**, 2008, v. 22, n. 1, [p. 152-164].

MORAWSKA VIANNA, C. A. A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. **Revista Antropológicas**, 2014, Ano 18, 25(2):22-40.

MUNHOZ, Sara Regina. **A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.

PARIS, G. F. Et al. Qualidade da assistência pré-natal nos serviços públicos e privados. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** Rio de Janeiro, 2013, vol.35, no.10.

PINTO, K. A.; MELO, C. M. M. A prática da enfermeira em auditoria em saúde. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, 2009. Disponível online em: <http://www.ee.usp.br/site/Index.php/paginas/mostrar/1419/2094/147>.

SHORE, C. **Cultura de auditoria e governança iliberal: universidades e a política da responsabilização.**

REED, A. Documents Unfolding. In: RILES, A. **Documents: Artifacts of Modern Knowledge.**The University of Michigan Press. 2006.

RILES, A (ed.). **Documents: artifacts of modern knowledge.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

Revista Mediações - **Dossiê: C&T** – Análises sobre a cultura da avaliação na produção acadêmica, Londrina, 2009, v.14, n.1, [p.24-53].

SARTORI, L. **A política de financiamento de uma tecnologia de cuidado.** Etnografia do processo de reforma psiquiátrica do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.

STRATHERN, M. 2000. Introduction: nem accountabilities. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **Audit Cultures: anthropological studies in accountability, ethics and the academy.** [pp1-18].

TAJRA, F. S. et al. Análise da produção em auditoria e saúde pública a partir da base de dados da Biblioteca Virtual da Saúde. **Saúde Debate.** Rio de Janeiro, 2014, vol. 38, no. 100.

# ELES NA PELE DELAS: DILEMAS ACERCA DO APLICATIVO LULU

**Iana Lopes Alvarez**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar e graduada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Etnologias Transespecíficas (LETS) da UFSCar.

E-mail: [ianaalvarez@gmail.com](mailto:ianaalvarez@gmail.com)

## RESUMO

A partir de etnografia sobre o Lulu, aplicativo de relacionamento para celulares, comparo as noções de sociedade presentes em debates com inspiração feminista feito por mulheres em textos em web e em dois textos jurídicos que almejavam proibir a veiculação do aplicativo. A classificação de homens por mulheres no Lulu mobilizou tanto entre as mulheres quanto entre juristas um ideal de sociedade que implicava, para umas, a lógica da diferença de poder entre

gêneros e dominação masculina própria da sociedade; e para outros, a harmonia social e a tácita igualdade entre gêneros. Aproximo os debates destas mulheres com a produção dos estudos de gênero. Considerando mobilizações discursivas de noções como práticas políticas, o recorte permitiu compreender diferenciações em torno da noção sociedade. Recupero a partir disto a discussão do conceito na teoria antropológica.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*É meio como se elas fossem homens.*  
(Lola, escritora do blog “Escreva Lola, Escreva”,  
em texto sobre o aplicativo Lulu)

Criado por uma inglesa e lançado primeiramente no início de 2013 nos Estados Unidos, o aplicativo Lulu, descrito em sua página oficial<sup>2</sup> como “o primeiro aplicativo para meninas de todos os tempos”, chegava ao segundo país, Brasil, em novembro do ano de 2013, com 1 milhão de downloads<sup>3</sup> antes de completar um mês de existência. Seu objetivo primeiro era a classificação de homens feita por mulheres, o que caracterizava uma singularidade na tendência dos aplicativos e sites de relacionamento online. Ainda que a veiculação do aplicativo tenha durado apenas dois meses, seu surgimento implicou em discussões nas chamadas redes sociais em torno de temas como a desigualdade entre homens e mulheres e a permanência do sexismo. A repercussão se estendeu também para o judiciário, envolvendo ações que em geral reivindicavam a proibição do funcionamento do aplicativo ou indenização por danos morais.

A partir de descrições sobre o funcionamento do aplicativo e da seleção dos textos provenientes de blogs e reportagens relacionados ao evento, percorro como ações e discursos foram mobilizados tanto por mulheres com inspirações feministas quanto por juristas, em torno de noções singulares de sociedade.

Trata-se de um acontecimento que envolve discussões sobre gênero e tecnologias digitais, por ser um aplicativo para celulares móveis que oferecia a possibilidade de classificar homens. A maior parte dos estudos sobre gênero e tecnologia

1 Este artigo compôs a monografia de conclusão do curso de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos no ano de 2014. O processo de escrita deste artigo foi alimentado pelas reflexões do LE-E (Laboratório de Experimentações Etnográficas) da UFSCar.

2 [www.onlulu.com](http://www.onlulu.com). Acessado em 07/12/2013.

3 O aplicativo era utilizado por pessoas que possuíssem aparelho celular do tipo smartphone com conexão de internet e uma conta na rede social Facebook.

discute a existência da coprodução do social, do gênero e do tecnológico, ou a determinação de um por outro. Apresento um panorama das principais discussões teóricas que podem cingir o tema, e em seguida tento traçar possíveis aproximações e deslocamentos dessas discussões com determinados elementos do evento estudado. O recorte constituído a partir da seleção de textos e reportagens disponíveis em web sobre os debates feitos por mulheres em blogs, de um lado, e por juristas, de outro, distancia as possíveis discussões presentes na literatura sobre identidade, desejo, subjetividade ou mercado como operador das relações. O foco aqui será a maneira como o *Lulu* mobilizou tanto entre feministas quanto entre juristas um ideal de sociedade que implicava, para umas, uma lógica da diferença e dominação masculina própria da *sociedade*; e para outros, a lógica em manter a ordem e harmonia social. As mobilizações discursivas e textuais na web e no judiciário são aqui entendidas como práticas políticas; elas enunciam, refazem ou reposicionam determinadas noções que aparecem como fundamentais à suas próprias práticas.

#### COPRODUÇÃO, DESEJO E RELAÇÕES DE PODER

Gênero e tecnologia como áreas de pesquisa conjuntas se cruzam em um momento específico nas ciências sociais. Rapidamente traço algumas distinções entre as abordagens das escolas que se dedicam à convergência das duas áreas.

Os estudos de tecnologia e gênero surgem quando a teoria feminista se torna atenta para a necessidade de abranger as “novas tecnologias” na compreensão das relações de poder contemporâneas, segundo o mapeamento de Francesca Bray (2007). É assim que em meados da década de 1970 emergem os Estudos Feministas de Tecnologia (Feminist Technology Studies ou FTS). Com abordagens construtivistas e a partir do objetivo de encontrar ferramentas para abordar o social e a técnica com a mesma profundidade teórica e metodológica, os FTS contestam a ideia da tecnologia ser inerente a uma “natureza patriarcal” (BRAY, 2007: 39) e compreendem tanto gênero quanto tecnologia como processos mútuos.

Thomas Hughes (1986) foi um dos primeiros a analisar conjuntamente a formação da técnica e do social. Ele insere no debate o conceito de “sistema sóciotécnico”, questionando as abordagens que dispunham a tecnologia como atividade neutra e única determinante de qualquer mudança social (FAULKNER; LOHAN, 2004: 322). As produções que deram sequência à linha de Hughes centravam-se na produção do artefato, ou em como o material se tornava o que é, sob uma perspectiva de que a técnica e a cultura material são orientadas apenas pela confecção, engenharia ou trabalho.

A escolha por observar a produção do artefato foi problematizada pelos estudos feministas de tecnologia, principalmente porque até a década de 1980 não havia mulheres em grande parte da produção industrial. Atrelados à ideia de escolha individual, os FTS começam a atentar para a importância do consumo<sup>4</sup> como ponto rentável para a análise dos princípios da produção de significado, representação, identidade e relações de poder. Nos estudos feministas de tecnologia o conceito de *coprodução* foi inspirado pela noção de *sociotécnica*, designando não só a interdependência do social com a tecnologia, mas também a formação dialética, performativa e processual do gênero e da tecnologia. Grande parte dos trabalhos analisam a performance de gênero através da tecnologia ou de aparelhos tecnológicos, e a constituição das fronteiras homem/mulher aparecem como processos renegociados.

Os artefatos tecnológicos são resultados de um processo social complexo que geralmente envolve disputas sobre o que os mesmos devem parecer ou fazer de acordo com Bijker, Hughes & Pinch (1987). Assim, ao invés de teorizar sobre a globalização e localizar seus aspectos tecnológicos locais e globais, os FTS propõem apreender processos de interpenetração dos padrões de homogeneização e heterogeneização de técnicas, que são desenvolvidas tanto por expertise e ferramentas, como por processos políticos, culturais e sociais dentro de uma comunidade, região ou rede global (BRAY, 2007: 41). O olhar direcionado à constituição desses processos permite observar como estes se integram e se estabilizam em sistemas resistentes a mudança que implicam em desigualdades de gênero (Ibid.: 47).

É importante destacar que há linhas distintas no que se refere ao estudo de tecnologias<sup>5</sup>. Destaco uma bibliografia que a princípio estaria mais próxima do evento e, no geral, faz uma discussão sobre mídias digitais e a construção de identidades de gênero, em especial de masculinidades e feminilidades por meio de aparelhos tecnológicos. Os estudos de masculinidade - derivação dos FTS - examinam, por exemplo, como masculinidades e tecnologias convergem em termos de subjetividades, identidades, práticas e símbolos (FAULKNER; LOHAN, 2004: 323). Nesses estudos a internet pode surgir como um espaço de interação social que possibilita

4 Apesar de alguns trabalhos borrarem a fronteira entre produção e consumo. Ver, por exemplo em Suchman (1999), a discussão sobre a relação de troca entre fronteiras de desenvolvimento e uso como necessárias para sua transformação.

5 A antropologia da tecnologia estuda comunicação e tecnologia da informação. Sua base metodológica vincula tecnologias apenas à atividade material, o que os aproxima dos estudos culturais por submeter as tecnologias à "cultura local". Segundo Brian Axel (2006), ali é presente a compreensão da comunicação como expressão humana, relacionada a uma ideologia linguística moderna de comunicação, originada no pós-guerra Fria. Os estudos norte-americanos não utilizam a tecnologia como categoria de análise; quando o fazem, voltam-se para as "comunidades tecnológicas" e as interferências em suas percepções, identidades e comunicação a partir de seus produtos.

ampliar vivências homossexuais sob formas não estigmatizadas (FRANÇA; SIMÕES, 2005: 2, 17). A estreita relação desse lugar com um mercado especializado a homossexuais no pós década de 1980, fez da internet e de sites de relacionamentos espaços pluralistas que garantiam e garantem a existência e gerência dos comportamentos e das identidades sexuais (Ibid: 19).

Em pesquisa sobre o uso de mídia digital na busca por relações secretas homossexuais, Richard Miskolci (2013) aponta para o surgimento de relacionamentos a partir de uma dinâmica entre o mercado de interesses e o desejo, compondo o que denomina *redes de desejo*: sentimentos e amor criados por e com a tecnologia. Nesse campo do mercado de relacionamentos, as ideias de protagonismo e participação por meio de mídias digitais são centrais para compor o “self” como criador autônomo e não como o antigo espectador de mídias. De acordo com o autor, a proposta é inovadora nesse campo de estudo que abordava apenas a influência da propaganda e da mídia na transformação de valores sobre a posição na vida social de homens e de mulheres<sup>6</sup>. A busca por parceiros traz visibilidade e radicaliza a noção de *self*. Participar da rede implica em conceber o “eu” como aquele que escolhe, em constituir o “corpo como capital pessoal nessa arena competitiva” e em reflexões sobre si para criar um perfil de usuário, compondo uma “imagem do eu” que muitas vezes conflitua com a noção de autenticidade do *self* presente na lógica contemporânea (Ibid.: 49).

Nesses campos de estudo, as noções de mercado e indivíduos são centrais. O indivíduo que conduz esse mercado tem seus sentimentos e desejos não só mudados pelos valores trazidos com o capitalismo contemporâneo, mas também formados por e com as criações tecnológicas. O agenciamento do mercado de relacionamentos representa a passagem da tradição para a modernidade. Nesse contexto, o mercado assume uma existência atemporal que aparece hoje caracterizada por uma mudança de agente; se antes era a família, na contemporaneidade são indivíduos, indústria e tecnologia.

Na antropologia sobre mídias digitais alguns são os estudos sobre usos locais da tecnologia, havendo inclusive os que discutem a composição da masculinidade hegemônica global. Silva (2012) pesquisa a construção das *homossociabilidades*, performatividades públicas realizadas através do uso de aparelhos celulares que contribuem para o processo de “incorporação da masculinidade contemporânea” (Ibid.:80), colocando em evidência como interações e sentidos das estratégias de masculinidade hegemônica são renegociados ou reatualizados e formam novos estilos

6 Para discussão sobre publicidade e mídia moldando valores no mercado de relacionamentos, ver Illouz (1997).

de ser homem.

Ainda nos estudos sobre masculinidade, entretanto um pouco diferente da teoria que discute a criação simultânea da tecnologia e subjetividade (ou do social e tecnologia), há o estudo de Felicity Schaeffer-Gabriel (2006) que disserta sobre a existência de relações de poder complexas na indústria de relacionamentos de *cyberbrides* da Rússia, Ásia e América Latina, e as performances de masculinidade. A autora aponta como as tecnologias podem alterar padrões de subjetividade e convívio.

Acerca da crítica à relação de poder binária contida na noção “países desenvolvidos intervindo em países em desenvolvimento”, ou no termo “homens globais”, presente nos estudos sobre indústria de noivas por correspondência, Schaeffer-Gabriel (2006) contrapõe esta tendência complexificando as relações de poder que ela assume existir. Tangencialmente mostra em seu campo o engajamento de mulheres colombianas como *cyberbrides* e os estereótipos que também criam dos homens norte-americanos como maridos. A autora discorre sobre os desdobramentos decorrentes da procura de noivas por encomenda ser feita por homens que sentem-se “desempoderados pela cultura e sociedade capitalista alienadora” dos E.U.A. A convivência com “mulheres individualistas” dedicadas a suas carreiras profissionais é entendida como a manifestação dos “valores corrompidos”, que estão distantes daquilo que deveria ser uma “família tradicional”. Os sites auxiliam na criação de noivas ideais atentas para aqueles valores que representam a “pureza perdida” nessa crise doméstica. Esses homens enfatizam a necessidade de novos genes e corpos para resgatar sua masculinidade e para criar uma estrutura familiar pós-racial, demonstrando como ideias de tecnologia e globalização são incorporadas no cotidiano das pessoas (Ibid.:334). Em seu campo há a construção de uma masculinidade transnacional composta por moralidades várias e que por vezes não quer ser branca quando fala sobre a necessidade de construir um gene “multicultural”, que cria e valoriza um passado tradicional em prol de um futuro moderno, pós-racial. Para essa masculinidade não se faz presente uma crítica à estrutura de poder que oprime mulheres, mas sim ao individualismo presente nas mulheres norte-americanas.

A partir desse estudo de Shaeffer-Gabriel, aparece a ideia de que a dominação entre gêneros não existe por si só, como “parte da estrutura”, mas se faz imbuída por relações de poder complexas; de outra maneira, não há uma rigidez na composição dominado e dominador, mas uma via de mão dupla. O discurso da opressão das mulheres por homens opera de maneira semelhante ao debate de mulheres colocado em blogs a respeito do aplicativo *Lulu*. A dominação não está “dada” no mundo, mas

aparece no discurso atrelado a uma ação política, como veremos a seguir.

É possível seguir especificamente algumas dessas correntes para discorrer sobre o aplicativo Lulu. Entretanto, o movimento analítico de comparar as discussões entre feministas em blogs e entre juristas em processos judiciais pareceu distanciar o objeto investigado dessas produções, principalmente no que se refere às discussões sobre comunidade virtual, identidade, comunicação como garantia democrática, mercado de relacionamentos, desejo e subjetividade. A questão mais premente que emergiu na comparação foi o ideal de sociedade implicado na fala de feministas e de juristas. Ainda assim, veremos a seguir como há frágeis, mas possíveis conexões entre o *Lulu* e os debates sobre coprodução do social e da tecnologia; certas reconfigurações de masculinidades e feminilidades; e relações de poder complexas na indústria de relacionamentos.

## CLASSIFICAÇÕES

A proposta do *Lulu* não diferia de outros aplicativos ou sites online com o propósito de conhecer pessoas para se relacionar. Geralmente, os aplicativos online de relacionamento ou encontro (*match*) configuram-se pela lógica dos usuários criarem os seus próprios perfis. O aplicativo *Lulu*, no entanto, se diferenciava destes por mulheres montarem o perfil de homens, que seriam avaliados anonimamente por mulheres<sup>7</sup> que os conheciam, com quem já se relacionaram ou não. A análise do homem compreendia classificações de suas características a partir da seleção de categorias (*hashtags*) pré-definidas pelo *app*. As *tags* eram acumuladas e divididas entre o melhor e o pior da pessoa em questão, e as tipificações não se referiam apenas a ações dentro de um relacionamento afetivo, mas a condutas gerais: *é escroto com garçons, usa rider, judia dos animais, tem pânico de germes*. Escolhidas as categorias correspondentes ao sujeito, podia-se ou não classificá-lo com uma nota entre 0 e 10; e uma média das notas, quando atribuídas, era formada. Havia uma série de determinações sobre o que se constituía como condutas positivas de um homem, podendo compreender a uma certa imagem de “homem romântico”: o que *dorme abraçado, dá flores, carrega sua mala e é cavalheiro*. Ações favoráveis também compreendiam atividades que eram/são reconhecidamente competidas às mulheres, como *lavar a louça, arrumar a cama, limpar a casa, e cozinhar muito bem*; o que nesse sentido, pode aparentar novas configurações de masculinidades e feminilidades. Simultaneamente, o aplicativo parecia ser um lugar<sup>8</sup> onde não estava em questão o

7 Homens e mulheres estavam predefinidos no aplicativo por sua conta no “Facebook”, na qual marcaram na criação de seu perfil se são de gênero masculino ou feminino. Havia a opção de não fazer essa marcação.

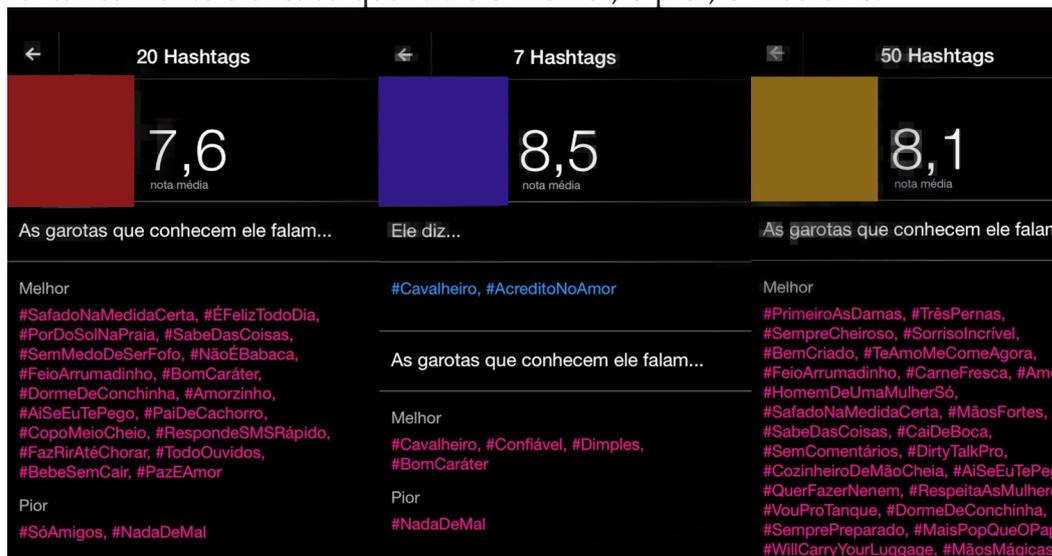
8 Essa escolha pode ser problematizada.

que define “ser homem” ou “ser uma mulher”; estes pareciam estar prontos tanto para os desenvolvedores do aplicativo quanto para seus usuários. Um homem era apresentado por classificações positivas quando: *liga no dia seguinte, dorme junto após o sexo, paga a conta* ou se oferece para tanto, *acredita no amor, é fofo*. Dentre as categorias negativadas estavam a escolha de *não ligar no dia seguinte, esquecer a carteira* no momento de pagar qualquer serviço na companhia de amigos, familiares ou mulheres, *nunca estar feliz, ser rebelde sem causa, ser mentiroso, ser alguém que guarda segredos*, e a de *fazer o serviço e sumir*. Existiam outros tipos de determinações morais no aplicativo - extrapolando os relacionamentos - que negativavam a pessoa: *ser grosseiro com garçons, maltratar animais, só usar abadá, ser um babaca de primeira, duas caras, certinho demais e egoísta*. Não saber preparar alimentos ou cuidar de sua própria casa geralmente também apareciam como características negativas: *não sabe fritar um ovo e mora num chiqueiro*. O desempenho sexual e o corpo dos homens integravam a avaliação e todas as mulheres podiam elencar *hashtags* atribuindo o melhor ou pior das supostas características físicas e desempenho sexual. Aparecia como o melhor aquele que está sempre *preparado*, disponível para o sexo. Entretanto, se o “preparo” extrapola o limite do “aceitável” para um bom desempenho, a classificação tendia a ser negativa, como a marcação *só pensa nisso* (isso, sexo). Apenas as mulheres que se apresentavam como parceira atual (*juntos*), ou as ex-parceiras (*já ficou*) poderiam, além das *hashtags*, atribuir notas em uma escala de 0 a 10 para o desempenho sexual e características do corpo.

A ideia de coprodução nos estudos feministas de tecnologia (FTS) vêm no uso e no consumo de aparelhos tecnológicos aberturas para pensar produções de significado, identidade e representação, considerando estas como performances processuais das formas de gênero. Essa abordagem é uma leitura possível para a série de dualismos criados; a começar pelo homem/mulher, seguidos por melhor/pior, perfeito/imperfeito, rosa/azul - rosa em referência a opinião das mulheres, azul para *o que eles dizem*<sup>9</sup>; opondo *eles* e *elas* no aplicativo Lulu. Contudo, nas descrições das *tags* os pares de oposição por vezes se desmancham. Por exemplo, na categoria *melhor dele*, pode estar sua classificação como bissexual, ou *tags* que ora eram atreladas ao *melhor*, ora ao *pior*, como exemplo a *tag revoltado, sem limites* ou *só pensa nisso*. As *hashtags*, em alguma medida, sendo acumuladas e recolocadas, não fixavam exatamente qual *ele* era melhor ou pior: competia ao critério das avaliadoras. As marcações parecem ter o objetivo de adquirir o conhecimento sobre qualidades da pessoa em questão. Já

9 Os homens apenas têm acesso a tags azuis: podem atribuir *hashtags* que correspondem a si mesmos e que aparecerão no aplicativo em seu “perfil”, em coloração azul.

a nota funcionava em lógica um pouco distinta. Por mais que sofresse alterações, momentaneamente elencava qual *ele* é o melhor, o pior, o mediano.



Cada cor representa um ele. Imagem com alterações, retirada de [http://www.annerangel.com.br%2F2013\\_11\\_01\\_archive.html](http://www.annerangel.com.br%2F2013_11_01_archive.html) em 23/10/2014.

Apesar dessas flutuações, as desenvolvedoras<sup>10</sup> pareciam construir o aplicativo sob uma lógica da “melhor escolha”. De acordo com a criadora, o uso do mesmo seria uma busca *delas* em “transformar os homens”, com o objetivo de *melhorá-los*. Até o “mural” do aplicativo, onde estavam reunidos os perfis *deles* em miniatura, emitia constantes mensagens: “*Ele é tão perfeito quanto parece? Descubra!*”, ou “*Eles mandam bem! Porque quando você está querendo, não pode ser mais ou menos*”, “*Porque você merece mais do que aquele babaca que está pegando*”. Sugere-se uma exigência ideal de como um “ele” deve agir, como a ideia de que “ela” tem interesse em escolher o *melhor*, talvez até se distanciando do *pior*. Ainda assim, as classificações feitas pelas usuárias permaneciam com a possibilidade de se conviver com as oposições *melhor/pior*. O aplicativo nos mostra a existência de relações entre gênero pautadas na diferenciação homem/mulher sugerindo também que a possibilidade em registrar e criar as nuances entre um *ele* e outro, a partir de suas ações e relações anteriores ou atuais, provocaria tanto mudanças nas ações de homens, quanto na escolha das mulheres. Para isso eram construídos padrões variáveis de um *ele* ideal. Essas nuances e diferenciações novamente apontam para a ideia de coprodução, em que gênero e tecnologia são performados constantemente e constituem-se a partir de processos mútuos. Se considerarmos a estrutura de dominação ponderada por Schaeffer-Gabriel (2006), notam-se relações de poder complexas sendo recolocadas

10 Não há informação de que a equipe desenvolvedora é composta somente por mulheres. Considerando que esta é coordenada pela criadora do aplicativo, mantenho o gênero feminino.

no aplicativo, não determinando a priori quem (*ele* ou *ela*) está em certa posição da relação (dominado e dominador). Para as relações entre gênero no aplicativo, não parecia ser evidente o questionamento da estrutura de um sistema machista pelas usuárias, entretanto, veremos desdobramentos distintos para escritoras de blogs em posicionamentos sobre o Lulu.

O que foi produzido por essas mulheres no aplicativo implicou em repercussões pontuais em blogs e reportagens, discutindo questões em torno do estímulo ao sexismo, o questionamento da liberdade em *objetificar* homens como forma de garantir direitos iguais entre gêneros, e a disputa por *espaço público* ou por *poder* entre homens e mulheres. As escritoras favoráveis ao aplicativo o ressaltavam como um espaço de fala restrito a mulheres, o que poderia conferir liberdade para falar sobre sexo, sobre os corpos dos homens ou sobre suas características. Estas se aproximam de algumas agendas feministas em que espaço de fala, seja qual for, é indicador de transformação da diferenciação sexista perpetuada pelo sistema machista que silencia mulheres. As blogueiras contrárias ao aplicativo o ressaltavam como reprodutor do sexismo por promover a diferença entre homem e mulher pela lógica do sistema machista. Os argumentos favoráveis ou desfavoráveis ao aplicativo feitos por mulheres nos blogs, no geral, pareciam atribuir a diferenciação de gênero e a classificação como acontecimento vinculado a essa ordem machista.

O debate, ainda que intenso, foi breve, já que o aplicativo ficou disponível *online* por apenas cerca de dois meses. Processos judiciais contra as empresas, desenvolvedora e associada, do aplicativo, provocaram posteriormente a proibição de sua veiculação. Nas ações judiciais, dentre outros posicionamentos, o aplicativo foi colocado como potencial risco por gerar conflito entre homens e mulheres, violando a dignidade de homens por seus dados terem sido expostos. Aqui aparecem outras implicações que não direcionam o problema ao mesmo lugar que apontam as escritoras. Seleciono a seguir textos e reportagens disponíveis em web para desenhar como ações e discursos foram articulados, tanto por mulheres com inspiração em debates feministas, quanto por juristas, em torno de noções singulares de sociedade.

## FRAGMENTOS<sup>11</sup>

*Esse mimimi é, obviamente, uma disputa de poder. Quem avalia é quem está no poder. Pessoas subordinadas e submissas não avaliam – elas são avaliadas. (Lola*

11 Coloco certos trechos encontrados em reportagens e blogs em discussão.

fala sobre o Lulu)<sup>12</sup>

A fala de uma das escritoras dos blogs, Lola, faz referência à reclamação de homens afetados pelas avaliações anônimas no aplicativo. Independente de valoração positiva ou negativa atribuída ao *app*, os escritos contidos em blogs ou reportagens remetem a pelo menos um dos conflitos gerados por essas mulheres: terem tomado dos homens a posição de emitir classificações. Os excertos contidos aqui são fragmentos de textos escritos por mulheres, que de maneira geral anunciam o aplicativo como uma demonstração dos problemas de desigualdade de gênero ou poder, relacionadas a uma certa noção de sociedade.

O *poder*, segundo essas mulheres, pertence a quem julga ou classifica pessoas, a quem possui visibilidade ou voz; constituindo-se também como posição permutável. O evento colocou em questão a possibilidade dessas mulheres terem assumido o *poder* com a realização das classificações, conseqüentemente proporcionando a inversão de lugar. Mesmo nas perspectivas que questionam e problematizam a conquista de *poder*, reconhece-se a alternância de posição entre homens e mulheres, ora evidenciando o aplicativo como um “espaço de troca de experiências seguro”<sup>13</sup> pela necessidade de lugares de fala que fujam da violência masculina, ora como Ana<sup>14</sup>, pesquisadora de gênero em redes sociais, que além de identificar efeitos do *app* na vida social dos avaliados<sup>15</sup>, reconhece a possibilidade do aplicativo ter trazido o questionamento positivo: “*Se os homens estão se doendo ao serem avaliados, deveriam imaginar o que é sentir isso fisicamente, na pele, dentro do ouvido, como nós, mulheres, vivemos todos os dias*”.

Em partes do corpo, na superfície ou na pele reside a experiência em ser *objetificada* ou avaliada. Nessas falas, o homem habita essa posição de *poder* que a avaliação - geralmente referindo-se ao corpo - confere, e a avaliada ou avaliado experiencia *dor*, e ocupa o lugar da opressão. Tornar-se objeto (matéria de análise), tanto para homens ou mulheres, causa *dor*, mas essa consequência ou sensação física “é inevitavelmente maior para as mulheres”:

*Pois é, dói. ISSO é objetificação e ela sempre vem mais violenta quando o alvo são mulheres”...[E] nossa, gente, sério que vocês querem igualar um aplicativozinho de*

12 Trecho de postagem da escritora do blog Lola. Em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br>. Acessado em 06/06/14.

13 Disponível em: <http://womansplaining.com.br/2013/11/25/lulu-um-app-feminista/>. Acessado em 07/06/2014.

14 Os nomes dos entrevistados nas reportagens em blogs foram alterados, apesar de constar a referência destes.

15 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/megazine>. Acessado em 07/06/2014.

São expressos nesses discursos duas noções congruentes com debates feministas atuais ou com as teorias feministas anteriores à década de 1970, que fazem ou faziam uso do patriarcado, conceito que mantém a desigualdade naturalizada entre sexos, como plano de fundo analítico. O patriarcado envolve uma certa noção de temporalidade, em que o passado é acumulado e refletido no futuro. Sob essa perspectiva trans histórica, Piscitelli (2001) descreve que esse “sistema político” sempre operou oprimindo mulheres e talvez por conta desse acúmulo (que armazena inclusive dor), a opressão é maior quando se refere à mulher. A outra noção frequente nesses debates é o da desigualdade de *poder* visualizada ou vivenciada pela diferença de sexo, em que distintamente do homem, a mulher é cotidianamente reduzida.

*Aplicativo pra avaliar as mulheres, já existe e chama-se SOCIEDADE. Vejo o Lulu como uma brincadeira e só. Quem já viu o app, sabe que os critérios chegam a ser bobinhos e nem de longe se comparam aos usados pelos homens pra nos (des) qualificar diariamente<sup>17</sup>.*

A proposição dessa fala, de que os homens avaliando mulheres retiram suas qualidades, contrasta com o propósito ideal do aplicativo de que ao qualificar homens, conseqüentemente, qualificaria a escolha das mulheres. Seguindo a lógica do enunciado, o facilitador de tarefas para atribuir (des)qualidades às mulheres tem o nome de *sociedade*; lugar da *objetificação*, do machismo e da desigualdade. Esse “facilitador”, de acordo com a experiência e discurso dessas mulheres, abriga a premissa e a constatação: “na sociedade, homens oprimem mulheres”.

Semelhante a essas discussões, os estudos feministas da década de 1970 questionavam a naturalizada desigualdade entre homens e mulheres e a estrutura do patriarcado, como forma de suscitar transformações, a princípio entre a produção acadêmica. A categoria gênero é instituída nesse momento de problematização da diferença sexual, através da dissociação do par oposto homem/mulher de uma determinação biológica. Muito desse desdobramento tem relação com a crítica à metodologia empreendida no conceito de patriarcado, que é composto em essência por um sistema opressivo e por um sistema político trans histórico, de acordo com Piscitelli (2001). Inúmeras foram as alternativas para repensar o conceito, como a

16 De nome fictício, autora do texto Lulu e a Tsunami de male tears. Ainda sobre a experiência dos homens na inversão de “pele” ou posição de poder, disponível em: <http://escritosfeministas.wordpress.com>. Acessado em 07/06/14.

17 Comentário feito por leitora da reportagem “Lulu e o falso revanchismo das mulheres”.

comparação com a construção da desigualdade dos sexos em outras culturas ao longo da história, desempenhada por Gale Rubin (1975); outros, como Laqueur (2010), que trabalharam com a própria construção da noção de distinção sexual<sup>18</sup>, ou investiram na compreensão das diferenças e identidades como políticas do ciborgue como forma de, dentre outras rupturas, desestabilizar os domínios natureza e cultura, como em Haraway (2000).

Pode-se dizer que o conceito de gênero nasce como categoria analítica marcada por relações de desigualdade, operador das relações de poder e articulador das desigualdades e igualdades: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995:86).

Existem convergências na constatação de que o gênero abriga relações desiguais de poder, tanto para a teoria feminista quanto para os escritos em blogs, nos momentos em que a desigualdade aparece como própria da *sociedade* e em que o evento é um tipo de inversão das relações de poder próprias da *sociedade*.

As análises feministas induzem a visualizações de formas mais autônomas das relações de poder; se está dado que a dominação é constituída pelas próprias relações existentes entre homens e mulheres, faz sentido para as mulheres demonstrarem que as próprias relações são dispensáveis (STRATHERN, 2006:59). Em geral, os textos dos blogs sugerem que utilizar a via da classificação retira o poder das mulheres em dispensar o patriarcado como sistema, pois se mantém a ideologia masculina da desigualdade/dominação, como a reflexão feita por Júlia: “*E existe algo ainda MENOS empoderador nesse aplicativo: ele só reforça os papéis de gênero tradicionais para homens e mulheres em uma relação heterossexual.*”

Nas falas, o patriarcado, o machismo e a objetificação assemelham-se a estruturas inerentes à *sociedade*, que por conta de sua especificidade permanece agindo contra a mulher e seus interesses. Nota-se que os conceitos e problemas, na forma como foram dispostos pelas autoras, não são causados por intenção de pessoas ou indivíduos, mas vinculam-se àquela escala maior condensada na noção de *sociedade*.

Segundo as escritoras dos blogs, a experiência do *poder* de avaliar foi momentaneamente vivenciada em um contexto de *patriarcado* e/ou de *sociedade machista*, considerados nesses debates como “sistemas de ideologia masculina” (STRATHERN, 2006:61). O aplicativo mostra para as autoras dos blogs que apesar da inversão

---

18 Refere-se à diferenciação de órgão genital oriunda, segundo Laqueur, da medicina ocidental moderna que cria a distinção de sexos, um masculino e o outro feminino.

apresentar mulheres ocupando a posição de classificar, historicamente pertencente aos homens, conserva-se uma lógica da diferença e dominação própria da *sociedade*; e não da igualdade de poder entre gêneros disposta como um dos motivos da mobilização dessas mulheres escritoras. Essa noção aciona a prática discursiva que se direciona para inverter, desaparecer ou anunciar essas constatações.

Se aqui o problema pode ser ligado à distribuição desigual de poder na *sociedade*, nas ações jurídicas movidas contra o aplicativo, homens e mulheres têm iguais direitos. Sua diferenciação também implica em problemas, mas de outra dimensão.

#### CONSTITUIÇÃO DO HOMEM HOMOGÊNEO E DA IGUALDADE ENTRE *ELES* E *ELAS*

O aplicativo também encadeou ações judiciais<sup>19</sup>. Os dois textos abaixo selecionados estão situados com intuito de visualizar que noção de sociedade está mobilizada no contexto jurídico. Um dos textos é uma Ação Civil Pública, também denominada como Pedido de Tutela, elaborado por dois funcionários da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (PRODECON) no início de dezembro de 2013, e emitida pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios órgão competente ao Ministério Público da União (MPU); o outro, a sentença dessa ação julgada ao fim do mesmo mês, especificada como Agravo de Instrumento (AGI) e emitida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Ambos os textos direcionam a acusação às empresas Luluise Incorporation e Facebook Serviços Online do Brasil LTDA, pelo acesso não autorizado aos *dados*<sup>20</sup> de usuários da segunda. A empresa Facebook, também ré, foi responsável pela venda de *dados* dos usuários à Luluise. A Ação Civil Pública solicita ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) um Pedido de Tutela pelo dano moral coletivo causado a partir das avaliações anônimas.

*Sobre o assunto, vale mencionar o aspecto divisor da sociedade, ao estabelecer o conflito entre homens e mulheres, como se fosse algo absolutamente normal tecer considerações jocosas sobre pessoas, a chamada coisificação do ser humano. (MPU em Pedido de Antecipação de Tutela, 2013:9)*

19 Existiram notícias sobre a mobilização feita por coletivos feministas para impedir o lançamento no Brasil do aplicativo para homens avaliarem mulheres chamado Tubby. Não foi possível encontrar a liminar dessa decisão, indicando que talvez o processo não tenha existido juridicamente. Existiam outras ações no Judiciário, que no geral envolvem abuso do uso de imagem e danos morais a pessoa pela seguinte transgressão: a criação de perfis dos autores do processo com finalidade de avaliação sexual.

20 Dados sensíveis correspondem a valores da pessoa humana: “vida, corpo, nome, imagem, honra, privacidade, integridade física e moral”.

A avaliação feita por mulheres constituiu-se como problema na Ação Civil ao produzir a *coisificação do ser*; transferia para o humano “a característica própria” da coisa ou objeto em ser classificada, objetificada. De acordo com a Ação, pessoas que portam *dados sensíveis*, que correspondem a valores inerentes ao humano, não podem sofrer a mesma ação que um objeto.

*Hoje, considerando o caráter massificado de inúmeras relações sociais, o sujeito passivo do ato ilícito é a coletividade. [E] no caso concreto, o número de consumidores vítimas da conduta abusiva das rés corresponde praticamente aos usuários do sexo masculino do Facebook. (MPU em Pedido de Antecipação de Tutela, 2013:27)*

Objetificar aparece como um risco para os promotores. Aqui o “caráter difuso” das relações sociais confere a qualquer ato a iminência de irradiação ao “sujeito coletivo”; o ato se alastra para a sociedade, o que habitualmente requer uso de Ação Civil Pública. O argumento é formatado com os artigos do Códigos Civil e os da Defesa do Consumidor, referentes à privacidade e à honra como direitos metaindividuais e extrapatrimoniais da pessoa pela invasão de privacidade dos *dados sensíveis*, fazendo dos consumidores da rede social, vítimas de propaganda enganosa. A primeira variável corresponde a um direito que ultrapassa o indivíduo singular; a segunda corresponde a direitos de essência moral. Violar o direito à privacidade danifica o valor coletivo em não revelar *dados sensíveis*.

*O aplicativo, ao descer em nosso país, descumpra a Constituição Federal, o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor, viola as boas regras de convívio social e do pleno exercício da cidadania e causa forte comoção social. (MPU em Pedido de Antecipação de Tutela, 2013:10)*

O argumento em favor de um dano moral coletivo com a ofensa a um direito metaindividual e extrapatrimonial da pessoa, conjugado à seleção de certos trechos dos Códigos, aciona uma relevância social do problema: a objetificação se irradia a todos os usuários da rede social. Temos aqui a indicação de que a questão deveria ser tratada a partir da coletividade; pois o fato gera “comoção social”. Há uma noção fortalecida neste texto de consciência coletiva e de boas regras de convívio, que se assemelha com teorias contratualistas ocidentais: a consciência do início contratual da sociedade e a compreensão da formação desta e de grupos como “manifestação social da confiança na ordem” (Wagner, 2010: 243).

Ainda assim, o primeiro julgamento desta Ação foi indeferido por questões de legitimidade para ajuizar o caso. A discussão sobre a legitimidade emerge em vári-

os pontos, tanto do Pedido, quanto da sentença. Na sentença, a estrutura dos textos é intercalada frequentemente com códigos ou outros julgamentos que não possuem relação óbvia com o caso em questão, sugerindo que um texto jurídico não só movimenta os problemas pelos quais foi demandado intervir, mas também move suas próprias questões de legitimidade em níveis de instância federal e estadual. Entre os dois é na sentença que essa característica se destaca, por exemplo, quando emparelha um caso de avaliações sexuais com um julgamento de ação sobre relação de consumo, cobrança de dívidas e acesso a dados registrados no Cadastro de Eminentes de Cheques sem fundos (CCF) do Banco Central para justificar a utilização de Ação Civil Pública em casos de natureza consumerista com lesão a direitos individuais .

Essas junções não óbvias auxiliam na construção da legitimidade para ajuizar, recuperando trechos que o(a) juiz(a) ou promotor(a) considere relevante para a questão. A construção da viabilidade em julgar tem estrita relação com o - futuro - caráter coletivo do caso. Assim, a sentença se configura inicialmente em reformar a decisão anterior da 1ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília - DF, que alegava incompetência para julgar, pelo caso, a princípio, remeter-se a direitos individuais:

*A proteção dos direitos insculpidos no art. 5º, da Constituição Federal deve ser postulada por cada uma das pessoas que, concretamente, experimentaram violação a seus atributos da personalidade. (1ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília, 2013:103, 104 Apud. TJDFT 2013:2)*

Distinta da decisão anterior, que inferiu equívoco na Ação, determinando o caso como uma questão individual de experiência da violação, esta sentença é elaborada por necessidade de proteção aos *direitos individuais homogêneos*<sup>21</sup>, inscritos no Código Civil. O problema aqui refere-se a “interesses decorrentes de origem comum”, por existência de “direitos sociais e individuais indisponíveis”. Nessa circunstância, o juízo parece constituir uma coletividade de homens com a figura do indivíduo homogêneo com interesse de origem comum. Afirma-se para tal a descrição minuciosa de atuação do Ministério Público frente a essas questões, que possui:

*Natureza jurídica de Instituição Permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Acumula as funções de Defesa do Regime Democrático, do Estado de Direito e dos Direitos Indisponíveis e Sociais”. (CF art. nº 127, 1988 Apud. TJDFT 2013:2)*

Agrega-se ao texto da sentença a função de “ampla” defesa da instituição so-

21 Equivalente a “direito subjetivo individual complexo”, refere-se às iguais necessidades de todo um grupo de pessoas. Definição contida em artigo de Pinho, Humberto D. B. Disponível em: [www.mundojuridico.adv.br](http://www.mundojuridico.adv.br). Acessado em 27/07/2014.

bre o *nacional*, o *público* e *social*, o *patrimônio cultural*, o *meio ambiente*, os *interesses individuais difusos* e *coletivos*. Esta disposição, que atribui ao Ministério Público defender objetos de demanda de abrangência coletiva, torna justificável para a juíza “*requerer tutela ao direito individual homogêneo decorrente da relação de consumo entre os usuários e as agravadas, para que sejam sanadas as violações apontadas*”: o rompimento difuso de personalidades e informações, ou a divulgação dos dados dos homens no Lulu.

2. O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública visando à defesa de direitos individuais homogêneos, ainda que disponíveis e divisíveis, quando na presença de relevância social objetiva do bem jurídico tutelado”. (TJDFT 2013:5)

O trecho acima reafirma a competência do Ministério Público para julgar casos que possuam relevância social, casos que irradiam/afetam a *sociedade*. Esse argumento somado às definições do Código do Consumidor (CDC), que, dentre outras coisas, discorre sobre tratamento coletivo de direitos individuais homogêneos, permite à juíza ativar (positivar) nessa sentença o “*microsistema de proteção coletiva*”; já que a relevância do “bem jurídico”, fundamentada pelo direito individual homogêneo indisponível, é a ofensa ao “direito de personalidade gerados pelas avaliações no aplicativo Lulu”. A caracterização do aplicativo como um dano ao coletivo de homens criado na sentença e a consequente necessidade de proteção coletiva, configura a mudança na política do uso de dados e o fim do aplicativo.

As mudanças com relação à abrangência do problema revelam como o Judiciário aciona “sujeitos” distintos. Segundo a lógica do Pedido de Ação Pública, o dano coletivo afetaria “os homens e mulheres da sociedade”. A primeira sentença limitava a questão para indivíduos. A segunda cria um grupo com os indivíduos homogêneos. Insere-se um recorte de gênero na questão apesar da discussão das relações entre gênero não ser explicitada. Essa questão nos textos jurídicos não tem um acúmulo sobre objetificação e opressão da mulher. Para o Judiciário, o problema em *coisificar* não está em perpetuar “relações de poder do sistema machista” ou qualquer acúmulo de objetificação que o gênero feminino possua, como foi proposto pelas mulheres nas redes sociais; mas consiste em provocar a divisão conflituosa na *sociedade*. O problema se vinculava a mulheres ou às empresas que tiveram “*conduta abusiva*”, violando direitos individuais prejudiciais à *sociedade* e abrindo espaço para sua suposta divisão. A *sociedade*, nestes textos judiciais, está estabelecida e necessita ser mantida; a intervenção do jurídico na última sentença protege a sociedade garantindo direitos dos indivíduos homogêneos, homens.

## CONTRASTES EM NOÇÕES DE SOCIEDADE

É possível perceber nesse evento relações distintas das que aparecem em estudos com foco em comunidades virtuais ou os que têm como premissa a comunicação da informação como expressão do humano. Uma vez que o aplicativo *Lulu* é contestado no Judiciário, vêem-se escolhas complexas sendo produzidas, escapando da determinação “tecnologia produzida em polo global e consumo em polo local” e que extrapolam a noção de país desenvolvido e em desenvolvimento. Várias instâncias, judicial, das usuárias e não usuários do aplicativo, das mídias em web, envolveram-se no evento - nem todas couberam nesse texto - para rejeitar essa tecnologia digital de relações entre gênero.

O evento apresenta muitos fatores que podem interferir na constituição e usos de tecnologias digitais que não só a “cultura local”; pois os problemas colocados têm sujeitos e noções um tanto distintas. Temos um aplicativo pensado a partir de diferenças de gênero e direcionado a mulheres para avaliarem homens com quem provavelmente já mantiveram relação. Emergem oposições e conflitos. Uma das acusações alega que o *Lulu* opera sob uma lógica da *sociedade machista*. Entretanto, não foi esse o principal motivo que fez com que o *Lulu* deixasse de existir. Uma Ação Civil Pública, redigida por promotores, solicita a extinção do mesmo com argumentos que não fazem menção às discussões sobre gênero, mas sobre o risco de fragmentação da sociedade, determinando provisoriamente como deveriam ser relações entre gênero. De certa forma, o que os juristas fizeram assemelha-se com o método já utilizado nas teorias antropológicas.

A ordem social e o conceito de sociedade estiveram presentes no debate antropológico em diferentes momentos e em linhas de pensamento. Teorizar sobre sociedade é em si uma atividade social que deixa sua marca em um momento histórico ao intervir ela própria em seu curso (INGOLD, 1996:59). Essa prática permanece e possui também certas implicações políticas, como por exemplo no caso aqui tratado, de determinar a veiculação ou não do aplicativo *Lulu*.

Os juristas compartilham com um modelo comum a certa antropologia: um modelo de regras político-jurídicas fundado na ideia de parentesco como função de regular a propriedade e a produção (Wagner 2010). O modelo também contém a noção hobbesiana do *contrato social*, originária do Estado moderno e de uma noção de sociedade mais abstrata e menos referente a instituições hierárquicas, de acordo com a reflexão em Nigel Rapport & Joanna Overing (2000). Nesse padrão, a sociedade se mantém a partir da regra e do partilhamento deliberado de participação civil, ou do “inconteste pressuposto do coletivo” (WAGNER, 2010: 243, 244 e 249). Na maior

parte dos grandes modelos, coletividades, grupos e sociedades eram estabilizados<sup>22</sup>. Nos textos jurídicos, aparecem consolidações semelhantes. Neles, mantém-se a sustentação do argumento na ideia da ordem social, da regra e do modelo provenientes de um valor, em geral político-jurídico, que obliterava outros modos de conceber ações e relações entre os “nativos”, como por exemplo a não consideração por parte dos juristas das discussões sobre relações de poder entre gêneros arguidas pelas mulheres em blogs.

A comparação entre as noções de *sociedade* feminista e jurista acionadas permitiu observar complexidades, contrastes nos modelos, pois apesar da referência à coletividade abstrata a princípio ter a mesma nomenclatura, a organização discursiva e as implicações de cada ação são distintas: para umas é possível estar fora da *sociedade* e a mobilização se dá contestando-a, para outros não é possível ficar fora dela e o movimento é de unificar e manter sua ordem. A amplitude das noções, tanto de sociedade machista quanto de sociedade integrada, pareceu tornar possível a mobilização das ações das escritoras e dos juristas. Nem noção de sociedade, nem de relações entre gêneros são acionadas de maneira igual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXEL, Brian K. Anthropology and the new technologies of communication. **Cultural Anthropology**, California, V.21, nº3, p. 354-384, 2006.

BIJKER, Wiebe. E. HUGHES & Thomas P. PINCH, T.J. **The social construction of technological systems**. New directions of sociology an history of technology. Massachusetts: MIT Press, 1987.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of Sex**. New York:

22 Como parte da reflexão sobre o conceito de sociedade, as críticas propuseram novas explicações. No geral elas direcionam o problema inicial ao sentido de coletividade da teoria de Émile Durkheim e a noção de indivíduo como parte integrante do conceito. Também contestam os modelos de organização social de outros autores, que são pautados em distinções dicotômicas positivistas: universitas x societates/ indivíduo x sociedade/ natureza x cultura; e às divisões próprias de um modelo Ocidental de sociedade: parentesco, política, religião e economia (Rapport, N. & Overing, J., 2000, Schnider, D. 1969 [1965], Wagner, R. 2010 [1974], Viveiros de Castro 2011). É recorrente nas críticas a insistência dos antropólogos em preterir seus modelos frente às criações nativas: o que não estiver dentro do padrão construído pelo antropólogo foge da organização social ou da sociedade (Schneider, D. 1969 [1965]). Crítica presente, por exemplo, no questionamento de Strathern sobre a ideia de que indivíduos formam grupos em que mulheres não são englobadas, por geralmente não pertencerem a grupos nos moldes das teorias de parentesco. A partir dessa contestação, a autora inquiria se mulheres não integravam a sociedade para os melasianistas, principalmente. (Strathern, M., Peel, J. Y., Toren, C. & Spencer, J., 1996: 63).

Routledge, 1993.

FAULKNER, Wendy & LOHAN, Maria. Masculinities and Technologies: Some Introductory Remarks. **Men and Masculinities**, Sage Publication, V.6, nº4, 2004.

FRANÇA, Isadora Lins & SIMÕES, Júlio Assis. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (orgs.) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005.

HARAWAY, Donna. O Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2ª ed, 2009 [1991].

HUGHES, Thomas. The seamless web: Technology, science, etcetera, etcetera. **Social Studies of science**, Sage Publication, V.16, nº2, 281-92, 1986.

ILLOUZ, Eva. **Consuming the Romantic Utopia**. California: University of California Press, 1997.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Psychology Press, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Primeira e Segunda Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. **“Ação coletiva com pedido de antecipação de tutela”**, Inquérito Civil Público nº 08190.248272/13-16. 2013.

MISKOLCI, Richard. Networks of desire: The Specter of aids and the Use of Digital Media in the Quest for Secret Same-Sex Relations in São Paulo. **Vibrant Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, V. 10, nº 1, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher?. In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, p. 7-42.

RAPPORT, N. & OVERING, J. **Society**. Social and Cultural Anthropology. The Key Concepts. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2000.

RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex.** Rayna Reiter, *Toward an Anthropology of Women*, New York, Monthly Review Press, 1975.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, V.20, nº2, 1995 [1989].

SHAEFFER-GABRIEL, Felicity. Planet-Love.com: Cyberbrides in the Americas and the Transnational Routes of U.S. Masculinity. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, V. 31, nº. 2, 2005.

SILVA, Sandra Rúbia. Performances de masculinidade, práticas de subversão: o consumo de telefones celulares entre jovens de camadas populares. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, V. 9 nº. 26, p. 61-82, 2012.

SCHNEIDER, David. Some Muddles in the Models. In: **The Relevance of Models for Social Anthropology**. London: Tavistok Publications, 1969 [1965].

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006 [1988].

STRATHERN, Marilyn, PEEL, J. Y., TOREN, Christina & SPENCER, Jonathan. 1989 debate. The concept of society is theoretically obsolete. In: **Key Debates in Anthropology**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996.

SUCHMAN, Lucy. Working relations of technology production and use. **Computer Supported Cooperative Work**, V.2, nº1 , 1993.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. 6ª Turma Cível, **Agravo de Instrumento**, Processo 2013 00 2 030711-2. Relator: Ana Cantarino, 2013

VIVEIROS DE CASTRO, E. O conceito de sociedade em antropologia. In: **A Inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WAGNER, Roy. Existem grupos sociais nas terras altas da Nova Guiné?. **Cadernos de Campo**, São Paulo, nº19, p.237-257, 2010 [1974].

\_\_\_\_\_. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1974].

# POLÍTICAS DO DESEJO: UM EXPERIMENTO ETNOGRÁFICO COM HOMOSSEXUAIS E TRANSEXUAIS NA FAVELA DO HELIÓPOLIS

**Gislene de Oliveira Rodrigues**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP (Processo no. 2015/14620-6). É pesquisadora do Laboratório de Estudos das Práticas Lúdicas e Sociabilidade (LELuS) e Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade (ELKE).

E-mail: [giza\\_rodrigues@live.com](mailto:giza_rodrigues@live.com)

## RESUMO

O experimento etnográfico a ser desenvolvido neste artigo é desdobramento da minha pesquisa de Iniciação Científica sobre “fluxos do desejo em Heliópolis”, uma etnografia sobre homossexuais e transexuais na referida favela. Viso, aqui, promover uma reflexão acerca de um elemento presente na fala dos sujeitos de pesquisa e, em grande medida, ausente da literatura sobre periferias: o desejo. O movimento de

reflexão antropológica é proposto através de uma ficção controlada ou ficção conveniente para pôr em relevo uma diferença intergeracional a respeito de pontos de vista distintos sobre o desejo. Outro ponto importante aqui exposto é a proposta de mostrar o fazer etnográfico em sua própria etnografia, ou seja, neste caso é a antropóloga que controla essa ficção.

## INTRODUÇÃO

A partir do terceiro ano da graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, em 2015, engajei-me no projeto de Iniciação Científica (IC), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o principal objetivo de fazer uma etnografia sobre homossexuais e transexuais em uma favela localizada na zona sul da cidade de São Paulo, a saber, a favela do Heliópolis. O trabalho almejava contribuir para a discussão sobre o que se denomina *produção de periferias*, levando em conta a diferença entre as preocupações da literatura específica desta área de pesquisa e aquelas dos sujeitos pesquisados. Como lembra Guidotti (2014), o próprio termo “periferia” é utilizado sobretudo por quem vê este espaço de fora, incluindo pesquisadores, mas não pelos moradores. Como lidar, numa primeira experiência de pesquisa, com o encontro entre as questões, conceitos e modelos provenientes da literatura e aqueles relevantes para os sujeitos de pesquisa?

Este artigo tem como objetivo principal elaborar uma experimentação de ideias – ainda em construção – a fim de promover uma reflexão sobre um elemento presente na fala dos sujeitos de pesquisa e em grande medida ausente da literatura sobre periferias – o *desejo* –, através de uma *ficção controlada* ou *ficção conveniente*, termos mobilizados pela antropóloga Marilyn Strathern (2006) para referir-se a um “modelo retórico-analítico”. Trata-se de uma forma de evidenciar as estratégias de auto-referência, uma vez que a ideia de *desejo* parece emergir a todo momento em campo e além dele mesmo na medida em que incita o movimento de reflexão antropológica.

Levo em conta as inúmeras possibilidades dos *momentos etnográficos* (STRATHERN, 2014), conceito que se refere à importância de que uma imersão em campo se repita também longe desse espaço. Logo, para compreender as práticas das vidas das pessoas, os etnógrafos devem buscar recriar esses efeitos no contexto da escrita sobre elas. Nesse sentido, entende-se o *momento etnográfico* como uma relação que une o que é entendido (analisado no momento da observação) à necessidade

de entender (observado no momento da análise), denotando uma relação entre a imersão e o movimento que extrapolam as visitas, a feitura do diário de campo e o exato momento em que se escreve o texto etnográfico.

No início de 2016, como parte da IC, enveredei pelo trabalho de campo na referida favela e, desde então, vários questionamentos e reflexões suscitam minhas leituras e posicionamento enquanto pesquisadora/aluna de graduação em Ciências Sociais. O elemento que aqui destaco - o *desejo* -, como disse, é constante no trabalho, aparecendo algumas vezes em falas nativas, outras emergindo posteriormente, durante a análise das falas dos nativos; como no caso das especificidades que flagrei em discursos de interlocutores com idades diferentes, marcas que vejo como traços geracionais.

Diante da multiplicidade decorrente de pontos de vista que se pode ter acerca da favela, as distintas percepções sobre o *desejo* em um recorte geracional me parecem uma atrativa textura a ser posta em relevo. Assim como mostra Biondi e Marques (2010), essa diferença não é algo que se manifeste na totalidade dos interlocutores, entretanto, ao acentuar de um certo modo a disparidade de pontos de vista oferece-se uma interpretação da leitura para a compreensão desse conflito de desejos.

Para explorar esse argumento, o texto será dividido em três partes. Na primeira, será feita uma breve discussão sobre encontros entre o campo e a literatura e seu subsequente arranjo na escrita. Inspiro-me na noção de *desejo* que aparece em campo e o conecto a outro conceito, desta vez filosófico: *produção desejanste*, definido por Deleuze & Guattari (1972) como a inserção do processo de produção no produto em si para, neste caso, mostrar o fazer etnográfico em minha própria etnografia. Os autores descrevem que qualquer produção tem como princípio imanente o desejo, reforçando os motivos pelos quais decidi expor essa face no trabalho. Além disso, mostrar a face do desejo revela-se como estratégia para viabilizar as nuances do meu campo e suas ligações com a literatura, permitindo mostrar meu viés analítico e também como me conectei com a multiplicidade decorrente de pontos de vista que se pode ter acerca da favela – entre gerações distintas de moradores, entre moradores e a literatura -, oferecendo uma leitura dentre muitas possíveis. Assim como penso que a etnografia nunca vai ser um circuito fechado, essa visão também não o será, afinal as máquinas desejanstes só funcionam através das conexões dentro e fora de campo, sendo avariadas e avariando-se constantemente, fazendo emergir o prazer ciborgue da construção e desconstrução de fronteiras (HARAWAY, 2009).

Na segunda parte do texto, apresentarei um diálogo que realce a diferença

dos pontos de vista no que concerne ao desejo. A intenção de trazer minhas reflexões em formato de um diálogo entre duas personagens inventadas por mim é inspirada em Biondi & Marques (2010), como parte da minha estratégia em criar uma *ficção controlada*. Assim como mostram os autores, a invenção não implica em um déficit de realidade, mas advoga por evidenciar a existência de um ponto de vista, o que é imprescindível.

É mister destacar que as personagens foram criadas a partir de várias falas coletadas no diário de campo durante minhas visitas a Heliópolis e no contato com diferentes interlocutores. Outro fator importante a ser observado é que não farei alterações no modo como a linguagem é utilizada pelos nativos, posto que estas também são suas marcas no mundo. Logo, serão encontradas algumas abreviações no decorrer da ficção como: “cê” (você), tô (estou); termos como “nóis” (nós), “boua” (boa), etc. A mesma lógica se aplicará às questões de concordância gramatical<sup>1</sup>.

Por fim, nos apontamentos finais, destaco as possibilidades de (re)significações que emergem na troca de ponto de vista. Logo, o compromisso aqui não é o de desvelar uma possível verdade, estanque, monolítica, mas justamente destacar a multiplicidade imanente as diferentes perspectivas.

As páginas que seguem não têm compromisso com o binômio verdadeiro/falso, nem com a pretensão de apontar qual discurso é mais potente, mas o de explicitar diferentes pontos de vista.

## ENCONTROS E ARRANJOS

Meu desejo em iniciar essa pesquisa se deu no ano de 2014 quando, pela primeira vez, fui à favela do Heliópolis. Logo nas primeiras caminhadas pelo local houve um estranhamento da minha parte: os lugares onde visitava, as pessoas com quem eu conversava não se conectavam com os referenciais do meu imaginário vide senso comum, tampouco da literatura sobre periferias que havia tido contato até então.

Por ter saído de São Carlos, uma cidade mediana do interior do estado de São Paulo com menos de 250 mil habitantes, a mudança da paisagem me foi significativa desde o início. Agora estava na “selva de pedra” brasileira, São Paulo, onde os contornos dos prédios se entrelaçavam com a fumaça cinza enquanto o odor forte e mal cheiroso do rio Tietê invadia as sensações junto às buzinas frenéticas

1 A decisão da não normatização em relação à variante culta do português brasileiro é por crer que os discursos e suas materialidades são dispositivos políticos de subversão da linguagem, demarcando estilo e cadência particulares, como apontados em Biondi e Marques (2010) e Marques (2012) em suas pesquisas sobre a relação entre ladrões, quebradas e proceder.

energizadas principalmente pelos motoqueiros e motoboys enquanto transpõem o caótico trânsito metropolitano pelos fluxos asfálticos.

Mas na favela os contornos já se modificam novamente. A linha do horizonte é composta por outras edificações, não são somente edifícios em meio ao cinza. Alguns prédios frutos do projeto de reurbanização da comunidade, muitas casas e alguns puxadinhos que me descreveram posteriormente como “*aqui é assim, vai se acostumando a subir que nos barracos o céu é o limite*”.

As vias são estreitas, esburacadas e formam declives bem angulados. Ladeiras, ladeiras, ladeiras. Sem mão única. Vindos de diferentes sentidos, pedestres, bicicletas, carros e motos concorrem desafiando o espaço limitado. Os motoristas passam tranquilamente - os movimentos parecem milimetricamente calculados -, talvez para evitar as avarias que estão sujeitos seus veículos. Mas o fluxo vagaroso também desvela uma espécie de desfile com auto-falantes *rasgando*, na sua maioria, um *funk* ou um *rap*.

Esse cenário me lançou à memória minha pequena e pacata cidade no sul de Minas Gerais, Extrema, onde é de praxe brincar que é o povo pela rua e os carros nas calçadas. Por ser uma pequena cidade com 25 mil habitantes, as distâncias são curtas, os carros param na calçada para dar som ao ambiente, ao lado de bares que expõem suas mesas nas ruas para contemplar o público presente. Mas não era só esse referencial que se conectava com minha terra natal, o bom humor e receptividade das pessoas também. A preocupação em saber se eu estava confortável, com sede, cansada, com fome e se meu copo de cerveja estava cheio eram constantes, nos mais diversos lugares que eu frequentava.

O conjunto desses fatores só realçaram a ignorância de uma menina do interior, que antes da primeira visita só conectava a favela com os referenciais do tráfico, crime, violência e medo. Projetava becos e vielas recobertos por pixos e grafites apropriados por pessoas que eu deveria temer. Meu principal desconforto não era por desvendar se essas referências eram autênticas ao “plano do real”, mas o porquê essa estética reducionista concretizava-se no meu imaginário a priori e minha surpresa ao me deparar com um cenário de maior complexidade.

Quando retornei a São Carlos, resolvi pesquisar com maior profundidade sobre aquela quebrada que tinha visitado. Notei que havia vários projetos sociais, ONGs e uma forte militância LGBT. Esta última chamou minha atenção. A centralidade da questão LGBT entre os moradores de uma das maiores favelas de São Paulo era novidade para mim, pois meu contato por leituras de alguns trabalhos acadêmicos sobre periferias nada sinalizou sobre isso.

Decorrente dessa articulação de encontros elaborei, em conjunto de meu orientador Wagner Xavier Camargo, um projeto de pesquisa para dar conta dessa questão que a favela colocou para mim, seguido de um aprofundamento bibliográfico e, consecutivamente, iniciei as visitas a campo.

Ao empreender minhas leituras, notei que as marcas da violência e do *mundo do crime* eram quase onipresentes em estudos sobre favelas e que, nas franjas do mercado de trabalho, aparecem pautas do formal e do informal, do lícito e do ilícito, do legal e do ilegal (Vieira da Cunha & Feltran, 2013; Feltran, 2008; 2011; Lago, 2003; Rosa, 2009; Telles 2006; 2010; Telles & Hirata 2007), dicotomias que ocorrem simultaneamente e se sobrepõem nas práticas sociais, emergindo como temas centrais do debate bibliográfico atual.

Telles & Hirata (2007) ao analisarem a transitividade entre o legal e o ilegal – que, no referido trabalho, parece estar no centro das dinâmicas urbanas de grandes cidades – trabalham com a hipótese de que em torno desses ilegalismos se estruturam campos de força e jogos de poder que deslocam, fazem e refazem a demarcação entre a lei e o extralegal, entre a justiça e a força, entre acordos pactuados e a violência, entre a ordem e seu avesso, criando um grande campo de disputas. Gabriel Feltran (2011), ao pensar relações entre a periferia urbana paulista e o mundo público – espaço de visibilidade, circulação e confronto de discursos, em que se disputa e exerce poder – expõe que é preciso lidar com uma série de polaridades: descompasso entre norma igualitária e desigualdade social; paradoxo entre modo de vida popular e sua figuração pública; contradição entre a lógica do direito e a repressão da polícia; distância entre a pretensão normativa de pluralismo e os bloqueios de acesso à legitimidade social.

Há, segundo o autor, dois ordenamentos sociais legítimos: o código universalista da política e o código instrumental da violência, ambos constitutivos de um modelo de funcionamento institucional e social marcado pela manutenção de um mundo público formalmente democrático e por uma dinâmica de distribuição dos lugares sociais hierarquizados. Sua perspectiva tem como foco examinar as fronteiras que circunscrevem o *mundo do crime* (conjunto de códigos e sociabilidades que se estabelecem, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, de roubos e furtos) e verificar como as fronteiras deste se expandem à disputa de espaço nas esferas de definição do que é e do que não é socialmente legítimo (FELTRAN, 2008).

Uma leitura possível era de que as dinâmicas sociais das periferias urbanas poderiam ser lidas a partir de uma série de crises - do emprego formal, da religiosi-

dade católica, da promessa de mobilidade social da família operária, dos movimentos sociais e de sua representatividade. Essas crises aproximavam as fronteiras do mundo do crime da convivência familiar e comunitária. Uma espécie de mundo social que se deslocava enquanto outro se apresentava como alternativa. Na tensão e na coexistência entre um e outro é que se redefiniria o que é socialmente legítimo, sendo essas as dinâmicas sociais pelas quais essas regiões e seus sujeitos ganhavam inteligibilidade pública. A partir dessa perspectiva analítica, pensar a política a partir das periferias urbanas, seria necessário o estudo das formas de construção da legitimidade na textura social, nas ações coletivas e no Estado.

Esses aspectos altamente relevantes e trabalhados densamente por esses autores não se fizeram presentes na minha primeira visita a Heliópolis. Mesmo que esta não tenha sido ainda um proposital trabalho de campo, minha sensação foi de que havia um descompasso entre o tema e minha curta vivência, logo, que não deveria ser esse o foco da minha abordagem.

Com essas ideias em mente, deparei-me com um trabalho que abordava uma visão diferente sobre as quebradas. Guidotti (2014), ao fazer uma etnografia sobre baloeiros em Heliópolis, mostra que, guardada a total relevância dos temas citados acima, as favelas também podem ser vistas e vivenciadas de muitas outras maneiras, com experiências que vão muito além do crime. Esse encontro potencializou minha ideia em abordar um referencial outro, que não o mote analítico do debate principal.

Ao iniciar, efetivamente, o trabalho de campo teve contato com diferentes pessoas da cena LGBT da comunidade. A heterogeneidade dos meus interlocutores era grande, alguns eram nascidos e criados no bairro e/ou arredores, outros já tinham se mudado, mas continuavam frequentando aquele espaço constantemente. Havia ainda os que se mudaram para lá por conta dos afetos e das relações estabelecidas. Diferenciavam-se ainda por suas idades, corpos, discursos, comportamento.

Atravessada por esse emaranhado de corpos tão heterogêneos e com discursos tão potentes, fui tentando fazer minhas conexões. Notei uma dissonância nas narrativas de quem era mais novo em relação às pessoas mais velhas enquanto discorriam sobre a favela, suas trajetórias de vida, os amores e os conflitos (internos e externos). Flagrei, então, que tensionar essa disparidade que o campo me colocava seria produtivo para a análise. Foi através da memória acionada na fala dos moradores mais antigos e nas narrativas dos moradores mais jovens que notei que nos dois discursos havia um ponto de encontro: o *desejo*. Mas longe de apartar as diferenças, esse ponto comum as acentuava mais ainda.

O que parecia pairar entre os moradores mais velhos era um sentimento de

algo já concretizado, de finalmente poder existir naquele ambiente – que outrora lhes era muito hostil. Podiam vestir-se como quisessem, assim como manifestar seus desejos por outras pessoas independentemente se homens ou mulheres. Sua luta por permanência, por ter determinado corpo e ter uma vida afetivo-sexual com quem escolhessem era algo político. Já no discurso dos moradores mais jovens a fala se manifestava no sentido de que, embora não houvesse discriminação fazia-se necessário saber comportar-se; podiam se apropriar de todos os espaços, contudo, não podiam fazer tudo o que desejassem.

Afetei-me então pela imbricação entre: 1) a literatura que excluía epistemologicamente o *desejo* da política e que oferecia de contraponto uma gramática estatal; e 2) um campo que mostrava como minorias<sup>2</sup> produziam micropolíticas que mudam/desafiam imposições, mas que mesmo assim divergem em seus discursos, tornando-se múltiplos. Através desses rearranjos, situei o meu ponto de vista no texto como aquilo que Deleuze e Guattari (1972) denominam uma produção desejante, um produto que se faz na relação com o outro, mostrando que não há esferas nem circuitos independentes, mas que a interpretação parte do meu próprio fluxo, do meu saber localizado, com o intuito de mostrar como um ponto que não relativiza ou homogeneiza as relações que se fazem múltiplas, pelo contrário, faz proliferar as diferenças.

Ao tentar resolver esse impasse de como mostrar as diferenças de pontos de vista, deparei-me com uma reflexão de Peirano, a qual sugere que:

A obra de um antropólogo não se desenvolve, portanto, linearmente; ela revela nuances etnográfico-teóricas que resultam não apenas do tipo de escrita que sempre foi energizada pela experiência de campo [...], mas também do momento específico da carreira do pesquisador, em determinado contexto histórico e a partir de peculiaridades biográficas. (Peirano, 1999: 39).

Essa reflexão fez com que eu recordasse de uma conversa que tive durante um almoço com um professor, dias após ter voltado de São Paulo. Durante um curto espaço de tempo entre nos locomovermos da universidade ao restaurante, sermos atendidos e iniciarmos nossa refeição, ele havia repetido ao menos cinco vezes o fato de ter 53 anos. Resolveu então perguntar qual era a minha idade. Eu disse que tinha 22 anos. Ele riu e decidiu então me contar uma história. Disse que certo dia, enquanto ele conversava com uma aluna e a questionava sobre sua idade, ela disse

2 O termo “minorias” não será utilizado no sentido estatístico do termo. Retomo neste trabalho a concepção de Preciado (2008), que a utiliza como potência de transformação política.

que estava ficando velha, pois já havia completado 28 anos. Ele, espantado, respondeu de prontidão que não, afinal ela não havia atingido nem a casa dos 30. Entretanto ela o rebateu que a casa dos 20 era uma casa decisiva na vida das pessoas: ou se tem 20 e poucos, ou 20 e muitos, e você só se dá conta que passou para essa segunda fase quando os problemas das pessoas da primeira fase já não lhe concernem mais.

Essa história ficou em minha cabeça por muitos dias e me dei conta que não se tratava somente de uma questão cronológica, mas sim de diferenças e perspectivas. Foi aí que notei que em campo minha idade também era um fator-chave. Em alguns momentos me ajudava e em outros atrapalhava meu acesso às informações e a alguns interlocutores. Mas isso também marca o meu ponto de vista no trato analítico, que não deixa de ser o de uma mulher com 20 e poucos anos e que, na relação com meus interlocutores, acentuavam-se ainda outros fatores: o sotaque caipira revelando a origem interiorana, o gênero feminino, os referenciais universitários, enfim, uma série de indícios que me remetiam a um espaço outro num jogo de contraste e evidência.

## DIÁLOGO

Era um domingo, mais ou menos duas da tarde. O CEU<sup>3</sup> de Heliópolis estava comemorando um ano desde sua abertura na comunidade. Uma grande festa tomava o pátio central da instituição com cerca de dez barracas que ofereciam variados “comes e bebes”, muita música e dança. O foco, no centro do pátio, era a roda de capoeira - uma das várias atividades programadas para ocorrer durante todo o dia. Entre elas estava também uma apresentação do projeto “Memórias do Heliópolis”, pensado pela UNAS<sup>4</sup>. Trata-se de uma ação que visa resgatar e, ao mesmo tempo, fazer presente a história local.

Dentre as barracas de comidas e bebidas estava a “dos LGBT”, que contava com uma grande bandeira de arco-íris, símbolo do movimento LGBT. No espaço, também um cartaz aludindo aos produtos que estavam à venda. Nele cada letra também era escrita em cores alternadas, na ordem da bandeira logo acima. A barraca contava com aproximadamente dez voluntários, todos integrantes do movimento “LGBT Helipa”. Revezavam-se em turno entre eles: ora caixa, ora venda e, também, um “rolê”<sup>5</sup> na festa. Havia também a função de recepcionar e apresentar a barraca às

3 Centros Educacionais Unificados. Criados pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, são equipamentos públicos voltados à educação localizados nas áreas periféricas da Grande São Paulo.

4 União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região. “É uma entidade sem fins lucrativos decretada de utilidade pública federal, surgiu em meados dos anos 1980 da luta dos moradores da comunidade de Heliópolis, pelo direito à moradia e posse da terra”. ([www.unas.org.br](http://www.unas.org.br))

5 As linguagens nativas aparecerão destacadas entre aspas e serão inseridas notas de rodapé caso eu julgue necessário esmiuçar o conceito. No entanto, no diálogo as falas aparecem sem quaisquer alterações.

peessoas que transitavam que, naquele dia, estava por conta da Manô.

Manô é uma travesti de meia idade<sup>6</sup>. Seus braços e pernas bem torneadas acompanham as curvas de seu decote que, neste dia, estava especialmente com muita purpurina. Seus cabelos são compridos e descoloridos. “Loira que nem a Xuxa, kirida”, como ela mesma descrevia entoando seu sotaque nordestino. No evento, convida as pessoas para conhecer a barraca chamando atenção com sua dança e o “vrá”<sup>7</sup> de um leque imenso.

Aproxima-se da barraca Nay, uma menina de 24 anos com cabelos castanhos e curtos. As laterais eram trabalhadas em navalha, formando cortes e recortes, assim como as linhas de sua sobancelha. Tinha estatura baixa e um corpo “meia estação”<sup>8</sup>. Usava regata, bermuda e tênis, todas de marca. Ela estava dando um “peão” na festa e resolveu dar um “salve” pra galera e também contribuir com as arrecadações consumindo algo por ali.

**Nay:** E aí Manô, como tá?

**Manô:** Eu tô boua kirida, mas a gente tá precisando conversar.

**Nay:** Xii, qual é? O que que tá pegando?

**Manô:** Já chego pra mim que você e suas amigas tão colando direto lá no samba da cannes. Cê sabe que não tem problema algum ir em qualquer lugar aqui, que graças a Deus isso aqui tá em paz agora, mas tem que saber se comportar. Cêis tão chegando nas mina dos cara, e já vieram reclamar.

**Nay:** Ah Manô, de novo esse papo. Cê tá ligada que é sempre a mesma fita, abre um role novo a gente começa a colar e aí os cara se incomoda vem fala uma pá pra você. Quando eles mexem com as nossas mina na rua aí ninguém fala nada né. E outra, se for pra ter que ir e não poder tomar um gelada e paquera umas mina, eu vou pra que?

**Manô:** Olha, cê tem todo direito de não gostar, principalmente de mexer com vocês, mas não dá pra controla todo mundo. Agora é só pegar mais leve, a gente já conquistou muita coisa, a gente tá em todo lugar aqui, as gay de fora adora vim pra

6 A opção de não referenciar a idade com números exatos, se dá por dois motivos. Primeiro porque pretendo que essa personagem fictícia consiga transbordar em suas características um discurso mobilizado por algumas pessoas de sua idade. Segundo porque a idade quando é questionada – por mim, ou por outros interlocutores – as respostas carregam consigo um tom jocoso, como um dispositivo que desembaraça a questão e sai por uma tangente. Portanto esse dado não seria revelado para mim.

7 O termo remete uma onomatopeia que referencia o barulho do leque se abrindo. Mas também é um recurso utilizado no diálogo, usado positivamente quando alguém “representou” em sua fala, na maioria das vezes com tom jocoso, mas não irônico.

8 Nem gorda, nem magra.

cá, a gente é até referência. Agora não dá pra fica dando em cima de todo mundo, os cara cobra, e isso é chato quando é homem e mulher também.

**Nay:** Pode crê, mas é sempre essa fita, num tem um espaço pra nós. A gente é bem recebido até a página dois, porque quando tá incomodando aí já aciona você.

**Manô:** Mas você tem que se orgulha disso menina! Cê já percebeu que a gente não sofre nenhuma discriminação onde a gente vai?! A gente é que nem erva daninha, tá ocupando os espaço tudo. Tem que fazer que nem eu faço: vou, converso, brinco, danço, mas tudo no respeito. Não pode deixar virar bagunça!

**Nay:** É, mas também é falta de respeito toda vez que passo com a minha mina na frente do bar perto de casa e mexem com ela. Essa fita também não é certa!

**Manô:** Entendo o que cê tá falando, mas leva na brincadeira... Cê acha que eles não mexem comigo? Com essa peruca, esse salto e shorts curtinho? Mas eu mexo com eles também! Sabe o que é? Você é muito novinha ainda, não sabe o que a gente passou pra conquistar esse espaço, ter abertura, ir pra onde quiser. Eu sou do tempo daqueles grileiros, que vivia perseguindo a gente, queria me matar de todo jeito! Tem um tanto de gay e lésbica que casaram só de fachada um com outro se não morria. Por isso que você não dá valor pro que a gente tem agora, isso aqui é incrível, eu tá vestida desse jeito nesse espaço com todo mundo me respeitando...

**Nay:** Tô ligada que quem é da antiga teve que fazer seus corre mesmo.

**Manô:** Então menina, você tinha que ter orgulho de pode tá aí indo pra qualquer lugar. Aqui a gente não precisa de gueto gay não! É só chegar em qualquer lugar mas, claro, saber se comportar.

**Nay:** Esse se comportar aí que é tenso. Não tô dizendo que não é bom poder colar, ninguém faltá com respeito, mas continuo tendo minhas demanda. Os cara vão lá pegam as mina, eu quero pega também, não posso nem ter meus desejo.

**Manô:** Mas não é que não pode, é só que tem ter esse cuidado. Do mesmo jeito que cê sabe chegar tem que saber sair. A minha função aqui também é essa, tenho que avisar quando a coisa tá ficando feia e dar uns puxão de orelha, porque vocês que são jovens tem muita liberdade, não sabe aproveitar o que tem.

**Nay:** É, mais eu não vejo toda essa liberdade aí não. Até concordo com você que aqui é suave pra quem é lésbica e tal, não sofro preconceito, tá cheio de gay aqui... O problema tá lá fora, quando a gente sai daqui. E tem que sair né? Aqui não dá pra achar ninguém que os outro já cobra.

**Manô:** Tá reclamando muito é de barriga cheia! A gente teve que lutar muito por esse espaço aqui...

Antes que Manô terminasse suas observações que remeteriam novamente

as suas memórias duras em relação ao passado, Nay interrompe:

**Nay:** Mas parece mais que a favela ainda tá dividida. A gente tá entrando e eles [heterossexuais] tão aceitando, só que aí tem que ser do jeito deles...

Antes que a conversa pudesse ser estendida, sobre essa disputa entre um antes e um agora muito próximos, quase correlatos da forma que sempre são atualizados, um dos coordenadores do projeto “Memórias do Heliópolis” apareceu informando a Manô que a apresentação já ia ter início no anfiteatro e ela, como uma das personagens principais do projeto, teria que comparecer lá.

#### APONTAMENTOS FINAIS

O diálogo aqui apresentado poderia ter sido mais um breve capítulo da corriqueira história de conflitos geracionais entre duas pessoas de idades diferentes quando estão conversando, contando aqui com as particularidades locais que cintilam no plano das relações que as atravessam. Porém, longe de ter um tom de solução para esse diálogo ou até mesmo uma valoração moral externa ao plano que os atores se relacionam, essa conversação pretende mostrar a divergência entre pontos de vista. Como sugerem Biondi & Marques (2010), não há contradições entre pontos de vista, mas apenas diferenças; as atualizações pertencem inteiramente ao reino das perspectivas<sup>9</sup>. Mostrar as diferentes perspectivas permite deixar de atribuir veracidade aos discursos, deixando para outro plano o registro do real, exatamente porque o real se multiplica a todo momento que se troca de ponto de vista, permitindo então o acesso às diferenças ao compará-los.

É importante pontuar que as forças que carregam os discursos são ao mesmo tempo centrípetas e centrífugas - se por um lado emergem para um centro de concordância, por outro dissipam, levando consigo também o observador. Vejamos por linhas mais gerais através de um mapeamento do diálogo: nos dois pontos de vista a favela em que vivem é muito receptiva para a população LGBT e há também concordância no que diz respeito a um passado difícil *“com muita morte, perseguição, mas também com muita luta e resistência”*.

Porém podemos ver na fala de Nay que há um forte incômodo no que

9 Biondi & Marques (2010) abordam a discussão sobre perspectivas imbricadas com o uso que Villela (2004) faz do termo, inspirado em Nietzsche: “O que chamo de perspectivismo e ponto de vista aproxima-se muito mais dos conceitos de sentido e interpretação em Nietzsche. [...] Conferir sentido e interpretação a uma coisa, a um órgão ou a um fenômeno em Nietzsche é o mesmo que assenhorar-se desta coisa, órgão ou fenômeno, sendo que essas sucessivas apropriações correspondem mesmo à sua história” (p. 22). O referido autor pretende dar conta das verdades parciais presentes em processos segmentares nos quais “a segmentação da história é influenciada pela segmentação dos grupos, ao mesmo tempo que esta última é determinada por aquela” (p. 23).

concerne ao território como um lugar em que ela e seus pares se apropriam pois, apesar de serem sempre bem-vindos, “*não é bem assim que as coisas rolam*”. Existe a condição *sine qua non* de estarem dispostos a uma adaptação principalmente em relação ao comportamento. Embora não haja uma privação, ou risco de irem pra qualquer lugar, não existe um espaço em que possam ir e não haja nenhum tipo de restrições, cobranças ou interferências. Ao passo que Manô mobiliza diferentes espectros dessa mesma situação, o fato de serem como “*ervas daninhas*” e estarem por todos os espaços é o ponto alto da questão para quem antes tinha uma existência previamente banida naquele local.

Inspirada em um dos apontamentos que faz Marques (2012), vejo nas disparidades dos pontos de vista, a multiplicidade que se faz presente quando (re) significam seu mundo “a produção dessa diferenciação como a própria efetuação de uma transformação no plano de relações que dá consistência aos sujeitos que percorrem seus relevos, sentem suas texturas, orientam-se de acordo com a variação de suas cores” (2012:20).

Justamente por saber ser exequível pensar nas relações apresentadas como um “todo coerente”, nem buscar sua “verdade única” (Marques & Villela, 2005), optei por um viés etnográfico da produção desejante, como um produto de um produto, em que mostro meu ponto de vista através das narrativas que os meus interlocutores me permitem acessar, ou melhor, o acesso que eu, uma garota de 20 e poucos anos, tem tanto aos pontos de vista, quanto ao se próprio olhar.

Portanto os meus apontamentos vão ao encontro com o que mostra Deleuze e Guattari (1972): só a multiplicidade será capaz de explicar a produção desejante como forma de reunir e pensar fragmentos que tenham entre si relações de diferenças, mas que se relacionam através de diferenças, sem que se remetam a um todo original ou que ainda está por vir. As máquinas são como um princípio associativo, necessitam sempre de uma conexão, e a ignescência é dada pelo desejo, que liga incessantemente fluxos contínuos e objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados.

Mas o desejo também faz cortes, produz outros fluxos, mesmo não deixando de estabelecer conexões com outras máquinas. Todavia essas ligações só se tornam possíveis quando uma máquina interpreta o mundo através do seu próprio fluxo. Ou seja, só é possível estabelecer conexões, conhecer o outro a partir de você mesmo, do seu ponto de vista, essa interpretação é exatamente o que permite a multiplicidade, e não nos limita à somente um plano do real.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDI, Karina & MARQUES, Adalton. (2010). Memória dois “comandos” paulistas e historicidade. *Lua Nova*, São Paulo, 79: p. 39-70.

DELEUZE, Gilles. 1994. Désir et plaisir. *Magazine Littéraire*. Paris, n. 325, oct, 1994, pp. 57-65.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, Félix. 1972. **O Anti- Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Joana M. Varela e Manuel M. Carrilho. Assírio & Alvim: Lisboa, Portugal.

FELTRAN, Gabriel de Santis. 2011. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de SãoPaulo**. São Paulo: Editora Unesp.

\_\_\_\_\_. 2008. “O legítimo em disputa: as fronteiras do ‘mundo do crime’ nas periferias de SãoPaulo”. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n.1. 2008.

GUIDOTTI, Marcos Vinicius. 2014. Proceder na etnografia: reflexões sobre uma etnografia na quebrada. **3º Seminário de Antropologia da UFSCar**. São Carlos – SP. Anais.

HARAWAY, Donna. 2009. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In. Tadeu, T.(Org.) **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica. Pp 33-118.

\_\_\_\_\_. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, pp.7-41.

MARQUES, Ana Cláudia; VILLELA, Jorge. 2005. O Que Se Diz O Que Se Escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. **Revista de Antropologia**, V.48, p. 37 -74.

MARQUES, Adalton. 2014. Do ponto de vista do “crime”: notas sobre “guerra”, “direitos humanos”, “progresso” e etnografia. **3º Seminário de Antropologia da**

UFSCar. São Carlos – SP. Anais.

\_\_\_\_\_. 2012. “Maior Respeito” e “cuidado com as palavras”: considerações de moradores sobre as transformações nas periferias de São Paulo, uma tendência nas favelas de existir um maior cuidado entre as palavras ditas e respeito entre moradores das quebradas. **36º Encontro Anual da Anpocs**, 36. Águas de Lindóia – SP. Anais.

PEIRANO, Mariza. 1995. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PELÚCIO, Larissa. 2005. Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti. **Revista Pagu**.

PRECIADO, Beatriz (2008), Testo Yanqui, Madrid, Espasa Calpe. In:\_\_\_\_\_. 2002. **Manifiesto contra-sexual**, Madrid, Opera Prima.

ROSA, Thaís Troncon. 2009. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias”. Em GT 01 – A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto, Caxambu, **33º Encontro Anual da ANPOCS**, 2009.

STRATHERN, Marylin. 2009. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 83-104, jul/dez.

\_\_\_\_\_. 2006. **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_. 2014. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Trad. Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify.

TELLES, Vera da Silva. 2010. Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2 (5-6): 97-126.

\_\_\_\_\_; HIRATA, Daniel Veloso. 2007. “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”. **Revista de Estudos Avançados da USP**, 21 (61): 171-191.

\_\_\_\_\_; CABANES, Robert. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: **Associação Editorial Humanitas**, 2006. 21 (61): 171-191.

VIEIRA DA CUNHA, Neiva; FELTRAN, Gabriel de Santis. **Sobre periferias**. Novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2013.

VILLELA, Jorge Mattar. 2004. **O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

# FIGURAS POTENTES PARA UMA ESCRITA-CIBORGUE NA ANTROPOLOGIA

**Jesser R. de Oliveira Ramos**

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e pesquisador do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E) e do HYBRIS - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades. E-mail: jesser\_oliveira2006@hotmail.com.

## RESUMO

Neste presente artigo busquei analisar a escrita de Donna Haraway a partir de suas figuras textuais. O objetivo foi mostrar que sua escrita-ciborgue é uma tecnologia político-analítica que busca elucidar a emergência de figuras potentes, queer, sujas e opacas nas práticas da tecnociência. São figuras que multiplicam, inventam e modulam outras formas de se relacionar, conversar e interagir com as figuras já fabricadas pela

tecnociência. Além disso, procurei mostrar como essa escrita-ciborgue é um exercício realizado por uma ciência corpórea, limitada e parcial. Uma ciência que pretende realizar conexões parciais e alianças perigosas com essas figuras. Argumento que essa escrita-ciborgue possibilita, por meios de suas figuras, a proliferação de diferenças no mundo e no fazer antropológico.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

As figuras textuais de Donna Haraway são imagens potentes para uma escrita-ciborque na antropologia<sup>2</sup>. Essas figuras são metáforas, tropos, alegorias, imagens, que pretendem produzir um mundo mais habitável, povoado de actantes humanos e não-humanos situados em teias densas e mundanas, bem como estabelecer outros modos de conversas entre os múltiplos modos de existência<sup>3</sup>. Além disso, essas figuras possibilitam a elaboração de uma escrita que, como uma “prática ortopédica”, ensine como remodelar o que foi estabelecido pelos “modernos” e “humanos” (HARAWAY, 2004, p.3). Remodelar não significa que Haraway pretende resolver as cristalizações do humanismo ocidental mas que ela pretende incorporar novos ruídos, corpos, modos de existir nessa realidade material-semiótica. Nesse sentido, argumento que a escrita-ciborque é uma tecnologia político-analítica que possibilita, por meio de suas figuras, a proliferação de diferenças no mundo e no fazer antropológico.

Essas figuras são contraditórias, queer, opacas, sujas, e elas buscam estabelecer conexões e alianças possíveis com corpos desarticulados da narrativa histórica ocidental branca, heterossexual e masculina. São figuras feministas que não podem ter um nome - elas podem ser ciborgues, Chthulucene, cães, ou testemunhas modestas. Tais figuras feministas devem resistir à representação e à figuração literal e, assim, gerar novos tropos poderosos, novas alegorias de discurso e novas possibilidades históricas. Não busca-se de construir categorias essenciais e fechadas de identificação, mas modos articulados de existir no mundo.

---

1 Este artigo é resultado de minha pesquisa de iniciação científica financiada pela Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação da Profa. Dra. Catarina Morawska.

2 A análise foi feita a partir de um período específico da obra de Haraway que vai de 1985 até 2016. Abrangeu desde o “Manifesto ciborque: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, publicado em 1985, até suas recentes discussões sobre antropoceno (2015 e 2016). Contudo, é importante destacar que sua obra intitulada “*Staying with the Trouble Making kin in Chthulucene*” (2016) não foi analisada pelo fato de não ter sido possível adquiri-la.

3 Haraway (2004, p.2) entende esses seres como congestionamentos de suas histórias formativas. São, nesse sentido, uma convenção de muitos eventos que se juntam em seres provisórios e permanente emergentes.

Essas alegorias se conectam e se aliam de forma parcial e provisória com outras imagens a fim de estabelecer outras formas de conversas entre os actantes. Uma figura alegórica utilizada por Haraway para mostrar como essas conexões e alianças acontecem é o discurso de Sojourner Truth na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Sojourner após ouvir homens cristãos dizerem que mulheres não podiam ter o mesmo direito que homens por serem frágeis e intelectualmente inferiores, por Jesus ser homem e não mulher, e por a primeira mulher ter sido pecadora, os questiona se ela era ou não mulher, uma vez que nunca tinha sido ajudada a subir em carruagens ou por sempre ter trabalhado na colheita, e ainda aguentar o açoite. A única pessoa que a ouvia quando tinha seus filhos roubados pela escravidão, segundo ela, era Jesus. Haraway mostra como Sojourner utiliza a imagem de Jesus enquanto um servo sofredor para reivindicar o status de humanidade para uma figura inapropriada, indecifrável, duvidosa, fora do lugar, confusa, não-gramatical: a mulher negra.

Não se tratava, evidentemente, de construir uma imagem universal e fechada, possuidora de uma substância coerente com dois ou mais atributos, mas uma singularidade incongruente que evocava uma humanidade excluída e perigosamente promissora. Com efeito, de acordo com Haraway (2004), as articulações desse discurso podem ser lidas como a busca por uma “linguagem comum que faz reivindicações sobre cada um de nós coletiva e pessoalmente” (p.54, tradução minha), precisamente porque busca resistir a uma identidade e também reivindicar o status de humano. Em seu discurso Sojourner utiliza seu corpo como uma figura potente capaz de confrontar discursos masculinos, brancos e cristãos e, assim, segundo Haraway, transformar a diferença em uma ferramenta para colocar as realidades dolorosas e práticas de desconstrução, desidentificação e desunião a serviço de uma humanidade articulada.

É nesse mesmo sentido que, para Haraway, a teoria feminista deve utilizar essas figuras móveis e articuladas a fim de produzir uma escrita que seja responsável e política. Uma política da diferença que não decreta a “morte do sujeito”, mas que mostre a não existência de uma subjetividade coerente e a emergência dos “outros inapropriados”<sup>4</sup>. Nessa escrita, que eu chamo de escrita-ciborque, esses outros-inapropriados são conectados com as figuras textuais da tecnociência masculinista para, assim, desarticular as ficções organicistas e auto-invisíveis típicas dessa ciência. Nesse sentido, argumento que a escrita-ciborque pretende confrontar essa

4 Essa imagem dos “outros-inapropriados” é trazida das reflexões da escritora vietnamita Trinh T. Minh-ha (2004, p.55).

ciência transparente e límpida ao trazer suas figuras queer, sujas e opacas para uma conversa parcial e perigosa.

Nessa política das diferenças, a escrita-ciborgue pretende buscar a especificidade, a heterogeneidade e a conexão mediante a luta pela parcialidade contingente. Essa parcialidade é uma forma de construir uma ciência que seja corpórea e limitada. Esse corpo dado à ciência é uma maneira de mostrar como ela é localizada no processo de fabricação das práticas científicas. Localizar é produzir um conhecimento situado no tempo e no espaço. Uma ciência com um dispositivo ótico (seu corpo) que possui um campo de visualização limitado e provisório. A ciência feminista de Haraway não pretende, desse modo, produzir práticas transparentes, mas práticas opacas, corpóreas, localizadas e limitadas.

Além disso, a escrita-ciborgue pretende estabelecer conversas não-inocentes e criativas com esses outros-inapropriados. Para isso, ela realiza conexões parciais e alianças provisórias entre essas figuras inesperadas e as outras figuras elaboradas tradicionalmente pelas práticas tecnocientíficas. O objetivo dessa escrita é produzir potentes conversas entre esses parceiros para que, assim, se proliferem múltiplos modos de existir. A escrita-ciborgue é também um modo de estabelecer conversas permanentemente inacabadas e não-inocentes entre imagens que emergem historicamente nas práticas tecnocientíficas.

São esses dois movimentos político-analíticos realizados por Haraway que pretendo mostrar neste artigo: tanto os modos de estabelecer conversas com figuras inesperadas na economia do texto, como essa fabricação de uma ciência que possua um corpo e que possua um campo de visualização limitado e provisório. Para visualizar como essa escrita-ciborgue constrói sua narrativa política pretendo, em primeiro lugar, mostrar como Haraway utiliza os cães e o chthulucene como figuras metafóricas para elucidar outros modos de existências no mundo e, também, para pensar as relações entre os actantes humanos e não-humanos de outra maneira. Em seguida, busco mostrar como a escrita-ciborgue de Haraway faz uso das testemunhas modestas e do ciborgue como alegorias para fabricar uma ciência feminista que é corpórea, política, parcial, situada e articulada. Por fim, procuro mostrar, a título de exemplo, como essa imagem do ciborgue é evocada pela antropologia para produzir uma escrita que faça conexões parciais e que seja afetada por imagens nativas.

#### OUTROS-INAPROPRIADOS NA SEMIÓTICA TECNOCIENTÍFICA: OS CÃES E O CHTHULUCENE

Os outros-inapropriados são pensados por Haraway como actantes que estão

em conversa, em conexão e em relação com outros actantes dentro de um lugar tópico - um outro lugar, um lugar comum. A “natureza artefactual” (artifactualism nature) é um desses lugares tópicos ou fictícios onde actantes, humanos e não-humanos, constroem práticas discursivas de forma compartilhada. Essa natureza não é um outro que pode ser possuído ou reificado, mas sim lugares comuns e localizações compartilhadas que ordenam discursos e compõem as memórias desses atores. Para a autora, falar que atores humanos e não-humanos constroem esse lugar tópico não é a mesma coisa que dizer, como os pós-modernos, que o mundo se desnaturaliza e se reproduz mediante imagens ou se copia por meio de réplicas. O mundo aqui em questão é composto por múltiplas figuras emergentes que constroem maneiras de se relacionar.

Desse modo, entender a natureza como artefato e inserir esses outros-inapropriados nas práticas discursivas possibilita repensar as premissas modernas e pós-modernas, bem como os dualismos natureza/cultura, político/técnico e ciência/sociedade. Isso não quer dizer que Haraway pretende resolver esses dualismos por meio de sua escrita-ciborgue, mas que ela pretende tornar visível outros tropos que são excluídos desses lugares tópicos. Sua escrita não é nem naturalista nem construtivista, mas é um esforço histórico para chegar em outro lugar. Um esforço que pretende entender o mundo como um aparato de produção corporal, que é fabricado por múltiplos atores semióticos humanos e não-humanos.

Nessa escrita, o mundo não é um substantivo, mas um verbo. Um mundo que é movimentado e deslocado nas permanentes conversas entre os parceiros. Tais conversas são formas de se relacionar que não constroem marcas taxionômicas entre os actantes mas produzem alianças entre eles dentro da “natureza artefactual”. Nessa natureza, enquanto um dispositivo ótico em que os raios difracionam, os outros-inapropriados estão em uma relacionalidade crítica, desconstrutiva com os outros actantes. Ou ainda, em uma difração que multiplica atores e relações, em vez de refletir a racionalidade humana. Segundo Haraway (2004, p.69-70), nessa relacionalidade, o outro-inapropriado é descolado a partir de “mapas disponíveis, especificando tipos de atores e tipos de narrativas para que não sejam originalmente fixados pela diferença”. O outro-inapropriado, portanto, é uma alegoria feminista que sugere uma outra geometria e uma outra ótica para pensar as relações de diferença para além da dominação, da proteção paternalista e colonialista e da produção instrumental de recursos.

Além disso, as figuras textuais de Haraway são alegorias difratadas que possibilitam pensar os outros-inapropriados emergindo de uma ficção científica

chamada outro-lugar. Um lugar composto por *padrões de interferência* e onde os outros-inapropriados habitam. Nesse outro-lugar, os outros-inapropriados estão localizados na posição de sujeito ciborgue - um composto orgânico, técnico, mítico, textual e político - que provoca, por meio dos seus raios de interferência, um colapso nas narrativas tecnocientíficas modernas. Dessa forma, a escrita-ciborgue, enquanto uma tecnologia político-analítica, olha para os padrões de interferência desse lugar fictício não para mapear onde as diferenças aparecem, mas para mapear onde os efeitos da diferença aparecem. O mapeamento de tais efeitos possibilita que a escrita visualize as múltiplas figuras difratadas emergindo nesse outro-lugar.

A escrita-ciborgue de Haraway pretende utilizar um motor semiótico a-moderno<sup>5</sup> que forneça uma narrativa histórica não sobre o progresso mas sobre uma interação permanente entre actantes humanos e não-humanos, através da qual vidas e mundos se constroem. Uma narrativa que se preocupa com as relações co-constitutivas, nas quais nenhum dos parceiros pre-existe a relação e a relação não é feita em definitivo. Dessa forma, os cães, uma dessas figuras feministas, não são uma projeção do humano, nem a realização de uma intencionalidade humana, e nem o telos de qualquer coisa do humano. São, segundo a autora, uma espécie em relação obrigatória, constitutiva e protetora com os humanos.

Haraway argumenta que os cães e os homens estão inseridos em redes de relações de co-constituição, coevolução, comunicação e colaboração. Esse argumento se afasta das narrativas antropológicas que entendem essa relação como sendo possível apenas quando há intencionalidade humana. Descola (2002, p.103) argumenta que os povos da América do Sul vêem os animais passíveis de serem caçados como sujeitos independentes e coletivos que possuem uma relação contratual com os homens. São vistos, segundo o autor, como um alter-ego em posição de exterioridade absoluta. Mesmo os animais domesticados possuem um status de quase-pessoa. Nesse sentido, a relação entre os animais e os humanos ocorre ainda com o humano sendo a medida de todas as coisas. Só é possível pensar numa relação em que os animais sejam alter-ego, quase-pessoa, sujeitos. De outra forma, Haraway sugere que é preciso pensar outras formas de significar essa relação que escape dessa linguagem paternal. Não se trata de novas representações, mas novas práticas, outras formas de vida que reúnem os humanos e não-humanos.

Seguindo o argumento da arqueóloga Crockford (2000), a autora mostra

---

5 A-moderno refere-se a uma visão da história da ciência enquanto uma cultura que insiste na ausência de começos e finais. Para Haraway, o mundo sempre esteve no meio das coisas, em conversas e práticas desordenadas, cheias de ação e sempre foi estruturado por um conjunto de actantes e de redes e coletivos (HARAWAY, 2004, p.77).

que os lobos, em sua busca por comida, utilizaram uma substância do seu corpo, a tiroxina, para construir uma relação com os grupos de caçadores e coletores. O ponto aqui não é dizer que os cães descendem dos lobos ou que eles se tornaram cães devido a uma substância biológica, mas que esses animais possuem agência que está para além do humano. Foram os lobos que se domesticaram e não o contrário. Além disso, uma espécie companheira toma forma na relação, se co-constitue na relação com o homem ou com qualquer outro actante. Esses actantes estão dentro de uma rede de relações, articulações, alianças e conexões que nunca tem um início e que nunca termina. Dessa forma, na escrita-ciborgue, as espécies companheiras não estão envolvidas em outro confronto hegeliano de eu-outro ou natureza-cultura. Essas espécies não são também outra versão de uma dialética marxista e humanista da natureza refeita pelo trabalho. Trata-se, ao contrário, de mundos em conversas, de formas articuladas da história.

Nesse sentido, essa figura das espécies companheiras fornece o argumento central de Haraway (2004, p.306): os homínídeos não “inventaram” a natureza e a cultura, mas todos os jogadores (actantes humanos e não-humanos) emergiram em uma espécie de conferência, na qual nenhum dos atores precede ou termina a interação. Esses atores estão em uma co-constituição e co-habitação permanente que possibilitam a produção de múltiplas práticas de viver e florescer. Com efeito, essa figura feminista faz com que Haraway repense, em sua escrita-ciborgue, as questões da comunicação e do controle dentro dos lugares dicotômicos: natureza e cultura. A autora propõe que se afaste de uma narrativa científica e masculinista que estabiliza e materializa a natureza para, assim, policiar seus limites que buscam manter uma realidade essencial.

Discursos científicos masculinos sobre a natureza utilizam-na como um recurso ou uma construção que opera como uma tecnologia para transformar o mundo em sua imagem. São procedimentos despolitizados e desincorporados de especialistas que utilizam a dinâmica da representação para “inaugurar o reino da liberdade e comunicação” (2004, p.82). Em tais discursos, quem representa, ou seja, o cientista, está distante do que é representado. O representado funciona como o lugar que se destina a ação, como uma matéria que é nomeada por dispositivos de inscrições. Essa prática científica é ao mesmo tempo uma política de representação e também uma política sem um corpo visível. De modo distinto, a escrita-ciborgue de Haraway pretende ser uma política da articulação e uma política corporificada.

Nessa política de múltiplas formas de articulações, os atores são entidades que fazem coisas, têm efeitos e constroem mundos em concatenações com outros

atores diferentes. Os actantes humanos estão, através de várias mediações semióticas significativas, em relações articuladas e em movimento com os outros actantes não-humanos. Essa articulação pode ocorrer em um espaço interno do corpo biomédico quando, por exemplo, as culturas militares fazem uso do sistema imunológico como uma tática de defesa pessoal, cultural e nacional de um indivíduo (o corpo). Tal articulação também pode ocorrer no espaço virtual, onde, por meio do uso articulado da linguagem, se constrói uma ficção científica que desestabiliza a lógica fechada de uma misoginia racista e mortal. Desse modo, tanto no corpo como na linguagem, articular é significar. É colocar coisas juntas. Por em conexão coisas assustadoras, arriscadas e contingentes.

Nas recentes discussões sobre antropoceno<sup>6</sup>, Haraway (2015, 2016) evoca a imagem do “Chthulucene”<sup>7</sup> para pensar as intervenções humanas nas mudanças ambientais. Essa figura possibilita a visualização de outras relacionalidades entre actantes que emergem no espaço da “natureza artefactual”. A crítica da autora ao antropoceno está no anseio dessa figura em se tornar um modelo global de compreensão das mudanças ambientais. O antropoceno seria uma espécie de *serviço ecossistêmico*, um modo de produzir monetarização sobre questões ambientais e também uma maneira de compreender essas mudanças ambientais a partir do que ela chama de Capitoloceno. O Capitoloceno é uma alegoria utilizada para responsabilizar o sistema capitalista pelas mudanças no ambiente, uma vez que foi ele que impulsionou a exploração da Terra por meio da produção maciça de riquezas. Além disso, outro problema para Haraway está no fato do antropoceno ser entendido como um ato da espécie humana. O Antropoceno implica num humano individual, que se desenvolve, e produz uma nova paisagem de mundo, sem possuir relação com outras formas de vida.

O ponto para a autora não é negar a interferência de práticas capitalistas nas mudanças ambientais. Trata-se, antes, de fabricar uma metáfora, o Chthulucene, que visualize o mundo não como um ato da espécie humana, mas como um lugar tópico compartilhado por pessoas e por uma multiplicidade de outras espécies. Esse

6 “Popularizado por Eugene Stoermer e Paul Crutzen, Antropoceno nomeia uma era na qual a indústria humana chega a igualar ou até a ultrapassar os processos da geologia, e na qual humanos em sua tentativa de conquistar a natureza têm inadvertidamente tornado-se uma força principal em sua destruição” (Donna Haraway, Noboru Ishikawa, Gilbert Scott, Kenneth Olwig, Anna L. Tsing & Nils Bubandt, 2015. tradução minha.)

7 Haraway, constrói esse conceito a partir do conto de H.P. Lovecraft, O chamado de Cthulhu, que fala sobre humanos que têm suas mentes deterioradas quando, em rituais ao deus Cthulhu – uma mistura de homem, dragão e polvo que vive adormecido sob as águas do Pacífico Sul – conseguem vislumbrar uma realidade diferente da que conheciam. O que Haraway está propondo é entender esses processos de mudanças ambientais como uma fluência temporal em jogo, em que uns estão em relação aos outros no jogo.

dispositivo ótico entende, segundo Haraway (2015), esses processos de mudanças não como descontinuidades históricas, como no antropoceno, mas como continuidades do mundo - em meio a relações de múltiplas espécies e forças - no seu passado, presente e no que está por vir. Segundo Haraway (2015, p.160. tradução minha), “meu Chthulucene, mesmo sobrecarregado com seus tentáculos gregos problemáticos, envolve uma miríade de temporalidades e espacialidades bem como uma miríade intra-ativa de entidades-em-agrupamentos – incluindo os mais-do-que-humanos, outros-humanos, inumanos, e humanos-como-humus”. O Chthulecene é também uma forma de elucidar a interação e a emergência de outros-inapropriados na produção desse lugar comum.

Sendo assim, na escrita-ciborgue, segundo Haraway, a articulação deve permanecer aberta de forma permanente e, assim, suas densidades acessíveis à ação e à intervenção. Ela não fecha o sistema de conexões sobre si mesmo, uma vez que esse procedimento possibilita a produção de uma representação simbólica que congele o mundo. Ao contrário, essas práticas articuladas possuem um potencial permanente de geração, e não de reprodução, de coisas inesperadas. Dessa forma, as fronteiras discursivas são provisórias e nunca estão acabadas nessas práticas. Segundo Haraway, todos os actantes estão em fronteiras quiasmáticas, “onde novas formas, novos tipos de ação e de responsabilidade estão se gestando no mundo” (2004, p.90). Suas figuras, nesse sentido, são constituídas por articulações de diferenças críticas dentro e fora de cada figura.

Nessa prática articulada, a natureza não é apenas um lugar físico para onde se pode ir. Não é uma essência para ser salva ou violada. Não está escondida e nem precisa ser desvendada. Ela não é o Outro que oferece origem, reabastecimento e serviço. Em uma política de articulação, a natureza é um topos - um lugar comum amplamente compartilhado onde “todos os parceiros nas potentes conversas que constituem a natureza devem encontrar um novo fundamento para fazer significados” (2004, p.126). Além disso, nessa política da articulação, a redução de alguns atores em recursos é regularmente contestada por atores humanos e não-humanos. E essa reivindicação é articulada dentro do espaço sempre histórico e heterogêneo da “natureza artefatural”. A natureza é, portanto, uma metáfora ou um tropo que possibilita construir conversas com outras metáforas sobre outros mundos habitáveis.

Dentro dessa “natureza artefatural”, que não é nem sociedade (cultura) e nem natureza, os outros-inapropriados emergem e se articulam com os outros actantes. Os outros-inapropriados se articulam no mundo de forma coletiva, unindo

produção de conhecimento e construção do mundo por meio do engajamento e da comunicação. Um movimento articulado que possibilita o processamento das diferenças e a emergência de múltiplos modos de vida. Esses outros-inapropriados nas diferentes narrativas históricas, de acordo com a autora, formam, por meio de alianças, uma família estranha (queer) que promove congestionamentos nas narrativas da tecnociência.

A produção desse mundo articulado provoca a mudança de padrões, fluxos e intensidades de poder por meio de práticas não-inocentes e contestáveis, bem como por meio da aliança com parceiros provisórios. Nesse sentido, essa política articulada não pretende ser auto-invisível, como as “testemunhas modestas”, mas sim uma política corporificada que produz um conhecimento situado e parcial. É isso que caracteriza a escrita-ciborque: uma escrita que realiza - e assume - conversas e alianças com figuras potentes, corporificadas, sujas, queer. Escrita que não se pretende transparente mas sim opaca, com ruídos, com interferências e com contestações.

#### A FABRICAÇÃO DE UMA CIÊNCIA CORPÓREA, LIMITADA E SITUADA

Testemunhas modestas (*modest witness*) são outra alegoria utilizada por Haraway (1997) para refigurar as práticas discursivas e comunicativas da tecnociência. Uma figura que contrapõe sua escrita corpórea e localizada com a ciência experimental masculina que se auto-invisibiliza. A auto-invisibilidade é a forma da modéstia científica, europeia e moderna. Nessa narrativa científica, a testemunha modesta (o cientista) é dotada de um notável poder para estabelecer os fatos. A credibilidade deles se estabelece quando o testemunho é público e coletivo. O ato público, além do mais, deve ocorrer em lugar que pode ser semioticamente aceito como público e não privado. Nessa ciência, tanto os fatos como as testemunhas modestas habitam as zonas privilegiadas da realidade “objetiva” por meio de uma poderosa tecnologia da escrita. Na fabricação dessa tecnologia, a mulher é invisibilizada fisicamente e epistemologicamente. Os homens, por sua vez, só são invisíveis epistemologicamente.

Essa testemunha masculina é objetiva, ela garante a clareza e a pureza do objeto, e sua própria subjetividade é objetiva. Garantem também narrativas que são como espelhos claros e totalmente mágicos. Para Haraway, esses homens habitam os espaços como uma “cultura da não-cultura” (2004, p.23). São homens porta-vozes da transparência cujo único traço visível é sua límpida modéstia. De forma distinta, grande parte do que se considera feminino é desvalorizada. Ainda, segundo

Haraway, os cientistas homens desse modo de vida experimental veem gênero e raça como máquinas perigosas que precisam ser controladas para assim se manter o poder masculino branco e heterossexual. Busca-se esse controle por medo de que se criem terceiros e quartos sexos, escapando de todos os limites de Deus e da Natureza.

Uma prática modesta que pretende ser moderada, solícita, equilibrada e prudente. A agência da prática das testemunhas modestas é localizada na virtude masculina exercida em espaços públicos. Sendo assim, essa agência proporciona que homens modestos sejam auto-invisíveis e transparentes, a fim de que “seus relatórios não sejam poluídos pelos seus corpos” (HARAWAY, 1997, p.32). Somente dessa forma as suas descrições científicas de outros corpos ganham credibilidade e minimizam a atenção voltada para seus próprios corpos. Nesse lugar, as mulheres modestas não possuem agência epistemológica e o único tipo de visibilidade a elas atribuído - seu corpo - é percebido como subjetivo. Esse outro-inapropriado é um eu parcial, opaco e não-objetivo, que passou a ser o objeto da visão das testemunhas modestas.

Essa prática científica é, segundo Haraway, o gesto fundador da separação do técnico e do político. Uma prática técnica sem ligações políticas, cujo objetivo era forçar, por meio da sua virilidade, a natureza revelar seus segredos<sup>8</sup>. De acordo com a autora:

O véu é o elemento principal nos sistemas ocidentais de representação, incluindo grande parte da tecnociência. O objetivo do véu é prometer que há algo por detrás dele. O véu garante mais o valor da busca do que o que se encontra. O sistema metafórico de descobrimento que é tão crucial para o discurso sobre a ciência depende de que haja coisas escondidas esperando a ser descobertas. Na narrativa tecnocientífica o pesquisador é um herói - outro aspecto de valor epistemológico masculino. (1997, p.33).

De forma parecida, Bruno Latour e Steve Woolgar (1997 [1979]) argumentam que na produção dos discursos científicos não há união do conteúdo científico e do contexto social. Latour e Woolgar mostram como, no contexto de um laboratório, todos os processos de inscrição que fazem parte da formação dos discursos são invisibilizados na produção de fatos, para que suas atividades não sejam assimiladas a crenças, cultura ou mitologias. Apresentam-se de modo público, na forma de artigo por exemplo, como um produto técnico acabado. Desse modo, segundo os autores, os cientistas buscam convencer os outros “da importância do que fazem, da verdade do que dizem e do interesse que existe no financiamento de seus projetos” (1997 [1979]),

<sup>8</sup> Segundo Haraway, a natureza é um multiplicador de feitos do herói. É uma fantasia materializada, uma projeção cuja solidez está garantida pelo representante auto-invisível.

p.68). Forjam uma representação do que é válido e do que não é. Essa representação é o que propicia o estabelecimento do status objetivo do conhecimento científico.

Ainda de acordo com Latour e Woolgar, nesse processo de representar as operações científicas são formados novos objetos ou aliados por meio dos dispositivos de inscrição. Nesse mesmo processo, os cientistas falam como porta-vozes dos objetos sem fala e se inscrevem como aliados no campo agonístico da ciência. Para Haraway (2004, p.89), as práticas dos testemunhos modestos utilizam os dispositivos de inscrição para encobrirem o poder e a ação em objetos divorciados de contextualizações poluentes e nomeados por abstrações físicas. O ponto, tanto para Latour e Woolgar como para Haraway, é que a representação pública de um fato científico esconde o contexto social e o corpo político do cientista, bem como desconsidera as articulações entre o cientista e os outros actantes não-humanos.

A prática articuladora da escrita-ciborgue deve, por um lado, se preocupar com a interação de actantes humanos e não-humanos no processo de fabricação de modos de vida e, por outro lado, posicionar o corpo do cientista na produção de suas narrativas. Desse modo, as narrativas produzidas aqui buscam incorporar, dentro de suas histórias, parceiros inesperados que provoquem encontros e conversas excitantes. Histórias que não possuem nem começo, nem fim, mas que sejam continuações, interrupções e reformulações. Um lugar comum que proporcione, segundo Haraway, engajamentos em formas de vida com não-humanos em termos mais vivos do que aqueles do darwinismo e do marxismo.

Sendo assim, a escrita-ciborgue busca outros termos de interação com os outros-inapropriados para, assim, “refigurar conversas com [esses outros] que não são ‘nós’” (2004, p.139). Uma conversa em que o humano não é o centro das coisas e em que ninguém reclama acesso sem mediação com qualquer pessoa. Esse modo de conversar por outros termos permite, por exemplo, que os animais não sejam vistos como objetos que não possuem história ou que possuem um status de não-humano, ou então que não façam parte do relacionamento social. Isso não quer dizer que a autora pretende produzir novas representações. Ao contrário, ela busca fabricar novas práticas, outras formas de vida que reúnem os humanos e os não-humanos. Além disso, essa busca permite também que as mulheres não sejam vistas como uma projeção do desejo pelo outro. Como um elusivo, sedutor e não-confiável outro que assombra o homem. Dessa forma, a escrita-ciborgue busca construir uma conversa que “desafia a autonomização do eu, bem como a objetivação do outro” (2004, p.144).

Além disso, a escrita-ciborgue, por meio de sua política de articulação, busca produzir um tipo de testemunha modesta mais corpórea, opticamente densa

e queer (estranha). Uma escrita que seja tanto técnica como política, e que esses dois elementos sejam substâncias misturadas no interior dessa tecnologia. Uma prática vista como uma difração, como um saber localizado, que não mantém a separação entre o político e o técnico, em que o primeiro é atribuído a interpretação e o segundo é atribuído aos fatos. O técnico e o político na escrita proposta por Haraway não são diferenças ontológicas mas sim padrões que passam de um a outro no jogo da relacionalidade. Nesse sentido, eles estão em relação permanente no processo de produção de conhecimento.

A escrita-ciborgue é, portanto, uma tecnologia politico-analítica que não só se faz visível no processo de produção de conhecimento como também está aberta à intervenção crítica. É uma prática científica que forja conhecimentos de maneira não-inocente para, assim, construir diferentes possibilidades de vida. Em vez de ser uma testemunha cujo corpo não aparece em suas formulações transparentes, a testemunha queer dessa ciência procura constituir uma prática tecnocientífica que seja autoconsciente, responsável e antirracista. A ciência feminista de Haraway (2004, p.36) procura fazer a diferença no mundo, implicando-se por alguns modos de vida e por outros não. Para implicar-se é preciso estar em ação, em conversa, em movimento. É preciso ser finito, sujo e queer, nunca transparente e limpo.

Todas as relações que estão envolvidas na produção do conhecimento devem ser, na escrita-ciborgue, localizadas de maneira sempre parcial, sempre finita, devem estar sempre em um jogo intenso de figura e fundo, texto e contexto. Localização que não é nem transparente e nem auto-evidente. As testemunhas modestas feministas se preocupam em localizar nas contingentes articulações semióticas as figuras que não se encaixam e que têm as vozes silenciadas. São essas figuras corporificadas que movimentam a ficção tecnocientífica feminista e são suas articulações que possibilitam a proliferação de diferentes modos de existências na narrativa. A própria autora ou o próprio autor dessa ficção é também uma ficção, o que torna sua escrita dinâmica, movimentada e parcial. A intervenção dessa testemunha modesta feminista é exatamente o ponto de mudança na narrativa da ciência masculinista.

Desse modo, a ciência feminista proposta por Haraway pretende, por meio de sua escrita-ciborgue, ser localizada, corpórea, política, responsável. Outra metáfora corpórea e ótica usada por Haraway para pensar a emergência dos outros-inapropriados é o ciborgue. Essa figura é utilizada como um “ato de resistência, um movimento de oposição” ao circuito integrado construído pela tecnociência. O ciborgue é uma alegoria utilizada para mostrar tanto a corporeidade da teoria quanto os lugares fronteiriços habitados por coletivos humanos e não-humanos.

Assim como suas outras figuras, o ciborgue pretende elucidar a emergência dos outros-inapropriados dentro de uma prática feminista tecnocientífica parcial, localizada e política. Argumento aqui que esse ciborgue possibilita a produção de uma escrita que, em seu exercício, é permanentemente aberta ao surgimento de imagens inesperadas. É exatamente isso que caracteriza a escrita-ciborgue: um modo político-analítico de produzir conexões parciais e alianças provisórias com figuras excluídas, queer, sujas e opacas.

#### A ALIANÇA DO CIBORQUE COM A ESCRITA ANTROPOLÓGICA

A escrita corpórea e visível utiliza o ciborgue para fabricar essas conexões em meio as intensas conversas entre os actantes humanos e não-humanos. Nesse sentido, a escrita-ciborgue “tem a ver com o poder de sobreviver, não com base em uma inocência original, mas com base na tomada de posse dos mesmos instrumentos para marcar o mundo que marcou [as pessoas ciborgues] como outras” (HARAWAY, 2009, p.86). A escrita torna-se uma tecnologia política e de poder do ciborgue, o qual deve tanto lutar contra uma linguagem universal ocidental centrada no humano quanto manter um ruído e uma poluição sobre fronteiras e categorias de análises.

Uma escrita-ciborgue busca, desse modo, manter conversas potentes e não-inocentes com os outros-inapropriados. Para realizar esse objetivo, essa escrita se mantém sempre aberta à emergência dessas figuras excluídas das práticas tecnocientíficas. Essa alegoria ciborguiana é utilizada por Marilyn Strathern (2004) para pensar modos potentes e inesperados de estabelecer conexões parciais com as imagens que os Hagens tornavam visíveis<sup>9</sup>. Em sua máquina ciborguiana, Strathern propõe que as imagens nativas sejam capazes não só de desmontar e remontar os dispositivos analíticos da antropologia mas também de resistir às nossas imagens. Esse procedimento acontece durante a produção dos dois campos da antropóloga ou do antropólogo - o campo e a escrita.

Nesses dois campos aparecem imagens surpreendentes que são suscitadas por conexões inesperadas entre as figuras presentes neles. A antropóloga imerge, de forma parcial e total, nesses dois campos para que possa compreender “o efeito de certas práticas e artefatos na vida cotidiana” e também para “recriar alguns desses efeitos no contexto da escrita sobre eles” (STRATHERN, 2014, p.350). O aparecimento dessas figuras ocorre na articulação da relação entre os dois campos. Esse momento de articulação é chamado de momento etnográfico - é o momento em que a antropóloga habita os dois campos e no qual ela coloca em movimento as múltiplas imagens

9 Os Hagens são povos que habitam as Terras Altas da Papua-Nova Guiné.

deles. Desse modo, são nessas incompletas e inacabadas relacionais entre os dois campos que Strathern fabrica sua máquina ciborguiana.

Essas múltiplas imagens que aparecem tanto na escrita como no campo são postas em relação para que se construa um circuito integrado de múltiplas perspectivas. Esse circuito integrado permite que uma perspectiva, no momento da descrição, não seja apenas parte de um todo, uma vez que “outro ponto de vista, outra perspectiva ou domínio pode reescrevê-la como parte de outra coisa” (STRATHERN, 2014, p.388). Nesse sentido, as imagens que são tornadas visíveis nos dois campos não espelham-se umas em relação às outras. Ao contrário, elas produzem conexões imprevisíveis permanentemente inacabadas e parciais.

São imagens que, enquanto próteses, possibilitam ampliar a visualização de diferentes formas de vida. Imagens, analógicas ou metafóricas, que são usadas para o esforço antropológico de “criar um mundo paralelo ao mundo observado, através de um meio expressivo [o texto escrito] que estabelece suas próprias condições de inteligibilidade” (STRATHERN, 2006, p. 47). Confecciona-se, portanto, uma ficção antropológica por meio de conexões parciais e alianças potentes.

Uma escrita-ciborgue não é apenas uma possibilidade estética, é também uma tecnologia política cuja responsabilidade é a de produzir conexões com essas figuras que prometem trazer ruídos às imagens convencionais da ciência masculinista. Uma escrita que pretende, por meio de aliança perigosas e potentes, elucidar a emergência de outros-inapropriados na sua narrativa histórica. Escrita que faz parte de uma ciência que possui um corpo visível, opaco e queer. Esse corpo é o dispositivo ótico da ciência feminista - um dispositivo que visualiza, por meio de suas próteses, múltiplas formas de vida. Tal visualização é sempre finita e parcial. Finito, como sugere Strathern (2014, p.391), é o modo como alguém conserva a própria perspectiva e recebe a perspectiva de um outro simultaneamente. Esse é o momento em que o observador visualiza outras perspectivas de outras formas de vida e é, consequentemente, o momento em que o observador inclui, na sua narrativa, a perspectiva de outro como uma perspectiva.

O ciborgue possui, assim, um dispositivo ótico e corpóreo que é finito, e por isso, só permite estabelecer alianças parciais e provisórias na escrita antropológica. A parcialidade do ciborgue é a forma pela qual ele faz reivindicações por meio do seu corpo ao invés de uma visualização de cima. Todas as possibilidades de visão do ciborgue são limitadas por seu corpo e por suas perspectivas parciais. Sendo assim, a ciência feminista de Haraway busca construir um conhecimento que não tenha um campo de visão universal, mas que seja localizado e finito nas suas possibilidades de

ver. Esse é o ponto exato da metáfora do ciborgue que é usado por Strathern em seu argumento: as conexões realizadas na elaboração de sua escrita são sempre parciais e dependem da escala que a antropóloga ou o antropólogo escolhe para olhar. Nas várias escalas surgem figuras metafóricas que são postas, pela antropóloga, em relação com outras figuras para que, assim, seja evocado o aparecimento de múltiplas diferenças.

Esse exercício permite que a antropóloga ou o antropólogo produza circuitos integrados entre as diferentes figuras que vão aparecendo durante seu processo analítico-político. Nesse processo, a comparação é o ato de feitura dessas conexões, e é o que evoca uma figura metafórica. Segundo Strathern (2004, p.39 e 40), essas figuras permitem, enquanto extensões protéticas, ver as relações sociais como compostas de pessoas diferentes, umas exteriores às outras, ao invés de entender essas relações como uma unidade orgânica fechada. Essas extensões são próteses que fornecem capacidades diferentes de ver como as pessoas constroem o mundo e como elas se relacionam umas com às outras. Nesse sentido, essa escrita antropológica sugerida por Strathern objetiva produzir conexões parciais entre imagens permanentemente abertas e inesperadas, para que, assim, seja evocado diferentes modos de existir no mundo.

Como já dito, o ciborgue é uma alegoria metafórica que possibilita uma nova forma para a antropologia se relacionar com a escrita. Uma escrita que pretende estabelecer ligações mais potentes e criativas com imagens que emergem do seu primeiro campo. É isso que caracteriza a escrita proposta por Strathern como um poderoso exemplo de escrita-ciborgue: uma escrita tecno-política que pretende elucidar novas possibilidades de conversar com os outros-inapropriados dentro de um lugar comum.

Esse modo de fazer conexões parciais entre as imagens do antropólogo ou da antropóloga e as imagens que aparecem no seu campo para assim, construir o seu ciborgue na escrita, também é pensado por Marcio Goldman (2003, 2008). Goldman argumenta que o antropólogo deve, em suas conexões parciais com as imagens nativas, se deixar afetar e se pôr em movimento por elas. Sua máquina ciborguiana é permanente atravessada por afecções e movimentos provocados por imagens inesperadas que emergem do seu campo e da sua escrita. Essas afecções provocam, segundo Favret-Saada (2005, p.159), modificações ou mobilizações no próprio estoque de imagem do antropólogo e estabelecem, assim, uma rede de comunicação específica com o nativo. Uma comunicação sempre involuntária e desprovida de intencionalidade, que pode ser verbal ou não.

As afecções devem ser trazidas pelo antropólogo no momento da escrita para modificar suas imagens cristalizadas pela própria teoria antropológica. De acordo com Goldman (2003), as afecções compõem, decompõem e modificam um indivíduo. E no ato de escrever que o antropólogo revive esses afetos outra vez. Dessa forma, ao ouvir os tambores dos mortos ele sofre afecções do campo que são revividas em sua escrita. Nesse segundo campo, os afetos revividos são conectados com suas imagens antropológicas de magia e política. E, como efeito desse procedimento, essas imagens são desmontadas e remontadas na sua máquina-ciborguiana.

A escrita, segundo o autor, promove a desterritorialização dos afetos sofridos no campo e os territorializa em um novo solo (a escrita). De acordo com Goldman (2003, p.9) o antropólogo não pode ser nem um cientista cujas teorias transcendem a experiência partilhada, nem apenas mais um narrador que acrescenta seu relato a todos os demais. Assim, é possível dizer que, o antropólogo deve construir uma máquina ciborguiana que seja afetada pelas imagens nativas e que produza conexões parciais com essas imagens no momento da escrita.

O ciborgue é usado por Strathern e Goldman como uma imagem para pensar a fabricação de uma escrita antropológica que seja sempre aberta à emergência de outras imagens inesperadas. Essas imagens possibilitam que a antropóloga ou o antropólogo construa conexões parciais com suas próprias imagens no momento da escrita e, assim, produza uma máquina ciborguiana potente e nunca acabada. Assim, essa imagem do ciborgue é utilizada para a construção de uma escrita que, ao invés de usar uma metáfora orgânica fechada para visualizar a composição das relações, procura entender as relações a partir de conexões parciais e alianças provisórias. O objetivo político dessa escrita é elucidar como, por meio dessas conexões, se modula, multiplica e inventa novas formas de se relacionar no mundo. Uma escrita que, portanto, procura eliciar a proliferação de diferenças.

Esse é exatamente o objetivo da escrita-ciborgue: elaborar uma narrativa que incorpore imagens inesperadas, queer, opacas nas narrativas masculinas, transparentes, brancas e heterossexuais da tecnociência. Imagens que busquem estabelecer novos tipos de conversas com as outras imagens já produzidas pela narrativa tecnocientífica. Uma escrita que torna visível o aparecimento desses outros-inapropriados apagados das histórias dessas ciências masculinistas. Nesse sentido, se trata de uma escrita que seja permanente aberta à alianças perigosas com essas figuras potentes que emergem de práticas mundanas.

A escrita-ciborgue é um modo corpóreo de produzir ciência. Ser corpórea significa que seu campo de visualização é limitado e parcial e que esse corpo se

relaciona intimamente com os outros actantes da paisagem. É esse corpo que possibilita a essa ciência ser responsável e política, uma vez que ela não pretende ser auto-invisível na elaboração de sua ficção. Além disso, essa escrita é uma forma de elucidar a emergência de outras figuras históricas que são silenciadas na produção dessa ciência masculinista. Figuras que modulam, multiplicam e inventam outras formas de conversar, interagir e relacionar com outras figuras. São, assim, imagens que possibilitam a emergência de novos modos de existir.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Haraway (2003), a teoria feminista deve se preocupar com a emergência, o processo, a historicidade, a diferença, a especificidade, a co-habitação e a contigência de mundos existentes. Em suas palavras, “a investigação feminista é sobre o entendimento de como as coisas funcionam, quem está na ação, o que seria possível e como atores mundanos poderiam de alguma maneira serem responsáveis por e se amarem de forma menos violenta” (2003, p.7). A escrita-ciborgue é a tecnologia político-analítica utilizada por essa ciência feminista para elucidar esses múltiplos movimentos dos mundos existentes.

O que a escrita-ciborgue pretende é mostrar outros modos de existir que possibilitem tornar o mundo um lugar mais habitável. Para isso, essa escrita busca fazer alianças com figuras queer, opacas e sujas que emergem dos lugares negligenciados na produção de narrativas históricas e científicas da tecnociência. Como efeito dessas alianças, outros corpos, gêneros, estéticas, sexualidades, etnias são incorporados nessas narrativas. A presença dessas figuras improváveis provoca novos ruídos, novos sons e novas vozes nas práticas científicas.

O objetivo expresso por Haraway é produzir figuras que confrontem e resistam à representação para, assim, gerar novos tropos ou novas metáforas. A proliferação dessas alegorias metafóricas possibilita a visualização de múltiplos modos articulados de existir no mundo. Essa articulação é realizada em conversas não-inocentes entre actantes humanos e não-humanos. Nesse sentido, a ciência feminista de Haraway é uma política de articulação que coloca em relação os diferentes imagens confusas e não-gramaticais.

Nessa prática articulada, como mostrado mais acima, tanto os cães como os humanos são entendidos como fluxos multidirecionais de corpos e valores que, segundo Haraway (2003), se relacionam de forma multiforme em um jogo inacabado e consequente. Desse modo, animais e pessoas modulam relações dentro da “natureza artefactual”. Nesse lugar comum, o mundo não é fabricado a partir de uma

intencionalidade humana, ao contrário, ele é produzido pelas constantes e intensas interações entre os parceiros humanos e não-humanos. Os humanos e as espécies de companhia elaboram modos de existir de forma conjunta. Uma forma que é sempre heterogênea, contingente e inacabada.

Não há, além do mais, um lugar vazio para onde os homens direcionam suas ações e intenções, a fim de produzir práticas culturais. A natureza não é um lugar controlado ou dominado pelo homem. Ela é um lugar tópico ou um lugar comum onde os diversos organismos humanos e não-humanos constroem o mundo. É nesse sentido que Haraway também usa a imagem metafórica do Chthulucene para pensar as mudanças ambientais sofridas pela Terra devido às intervenções humanas. O Chthulucene é usado para mostrar que os movimentos do mundo não são apenas provocados pela ação humana. Ao contrário, todos os processos de mudanças do mundo são realizados por agências não-humanas e, por suas relações com os humanos.

Como venho defendendo nesse artigo, a primeira característica fundamental da escrita-ciborgue é o uso de imagens inesperadas para visualizar as diferentes conversas que são estabelecidas entre actantes humanos e não-humanos. Isso permite que as imagens tornem visíveis uma multiplicidade de heterogêneas formas de existir no mundo. A segunda característica fundamental da escrita-ciborgue é a produção de uma ficção que seja corpórea, parcial, finita e limitada. Uma ficção que não pretende ser modesta, pura, transparente e auto-invisível. Esse corpo permite que a escrita seja uma prática política e técnica simultaneamente, ao invés de ser uma prática que produz um fato científico puramente técnico. Nessa última, o cientista é uma testemunha modesta que auto-invisibiliza seu corpo no processo de fabricação de suas práticas. Isso possibilita que sua ciência seja puramente objetiva, factual, transparente e límpida.

De outro modo, Haraway propõe que sua testemunha modesta seja corpórea, localizada e política. Sua ciência, nesse sentido, pretende produzir práticas que estabeleçam alianças provisórias e não-inocentes com figuras ruidosas e perigosas. Uma escrita corpórea cujo campo de visualização seja sempre limitado, situado e finito. Assim, a escrita-ciborgue é uma escrita marcada pelos limites do seu próprio corpo no espaço e no tempo. Essas duas características da escrita-ciborgue possibilitam a produção de forma textual que, como sugere Haraway, se implica por alguns modos de vida e por outros não.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CROCKFORD, Susan J. 2000. "Dog Evolution: A Role for Thyroid Hormone Physiology in Dog Mastication Changes." In: \_\_\_\_\_. (Ed.) **Dogs through Time: An Archaeological Perspective**, pp. 11-20. Oxford, England: BAR International Series 889.

DESCOLA, Philippe. Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n.18, pp. 93-112, dezembro de 2012.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, tradução de Paula de Siqueira Lopes, n. 13, p. 155-161, 2005.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 46, n. 2, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. **Ponto Urbe**, São Paulo: NAU/ USP, ano 2, versão 3.0, jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Da existência dos bruxos (ou como funciona a antropologia). **Revista de Antropologia da Ufscar- R@U**, vol.6 (1), p.7-24. jan./jun. 2014.

HARAWAY, Donna Jeanne. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. **Environmental Humanities**, vol. 6, 2015, pp. 159-165.

\_\_\_\_\_. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, tradução de Mariza Corrêa, (22) 2004.

\_\_\_\_\_. Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz(Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**, 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. – (Mimo).

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, tradução de Mariza Corrêa, (5), 1995.

\_\_\_\_\_. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People and Significant Otherness**. Chicago: Prickly Paradigm Press. 2003.

\_\_\_\_\_. **The Haraway Reader** New York: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. **Modest\_Witness@Second\_Millennium.FemaleMan©\_Meets\_ Onco-mouse™**. New York and London: Routledge, 1997.

HARAWAY, Donna; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott F; OLWIG, Kenneth; TS-ING, Anna L. & BUBANDT, Nils. Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene, *Ethnos*, 2016, 81:3, 535-564.

LATOUR, Bruno, & WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: \_\_\_\_\_. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Pp. 345-405.

\_\_\_\_\_. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Partial connections**. Savage, Maryland: Rowman and Littlefield (1991). Re-issued by AltaMira Press, Walnut Creek, CA. (2004).

TRINH, Minh-ha T. **She, The Inappropriated Other**. Discourse 8.

# O HOMEM E O MUNDO: POSSÍVEIS CAMINHOS DA PERCEPÇÃO SENSORIAL

**Ana Lídia de Oliveira**

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E) da UFSCar e bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo nº. 2017/03671-4)  
E-mail: analid.oliveira@gmail.com

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fundamental conectar dois elementos distanciados há algum tempo: a *percepção sensorial* e a *visão ecológica do mundo*. Será usada, como ponto de partida, a obra literária/ensaística “As Portas da Percepção”, de Aldous Huxley. A partir daí, buscarei, ao longo do texto, apresentar pontos de convergência e divergência – “conexões

parciais”, no sentido stratherniano – com o que dizem as teorias modernas e contemporâneas a respeito do assunto. Em última instância, o artigo visa apontar, simultaneamente, aproximações e distanciamentos entre trabalhos de autores vindos de áreas diversas do conhecimento e, com isso, colaborar para o enriquecimento e o aprofundamento da discussão desse tema.

## INTRODUÇÃO

Em tempos de acirramento das discussões em torno da crise ambiental, os debates acerca das atividades antrópicas sobre o mundo intensificam-se na medida em que tentamos mensurar as consequências oriundas dessa interação, em grande parte das vezes predatória<sup>1</sup>. O que começou como um campo de estudos particular, residente na área das ciências geológicas – mais especificamente na climatologia – expandiu-se para outros campos do saber e chegou, inclusive, no campo das discussões antropológicas<sup>2</sup>, numa reivindicação da importância e da urgência dessa temática. As origens antrópicas das mudanças climáticas, por exemplo, inauguraram uma agenda de pesquisa preocupada não somente com as questões decorrentes do processo de aquecimento global, mas também com as causas desse fenômeno e com os agentes nele envolvidos. Reivindica-se, cada vez mais, a responsabilidade humana frente às suas ações no mundo.

Nesse sentido, trata-se primeiramente de distinguir uma nova era geológica, em que os efeitos da ação humana atingiram a ordem de grandeza dos processos geológicos (TADDEI, 2014). Surge, então, o conceito de “Antropoceno”<sup>3</sup>, uma construção mista que envolve aspectos geológicos, filosóficos, teológicos e sociais e que, apesar da instabilidade, reivindica a sua utilidade circunstancial (LATOURE, 2014). É necessário agora, e mais do que nunca, entender como se relacionam homem

---

1 É necessário pontuar que a atividade humana dita predatória é resultado de um modo específico – em grande parte das vezes ocidental e moderno – de interagir com o mundo. Não devemos esquecer que essa é apenas umas das formas possíveis de relacionamento entre o humano e o não-humano. Sobre outras interações possíveis e criativas ver: Medeiros (2014); Nodari (2014); Taddei (2014).

2 De 15 a 19 de setembro de 2014 aconteceu no Rio de Janeiro um colóquio internacional intitulado: “Os Mil Nomes de Gaia: Do Antropoceno à Idade da Terra”, realizado pelo Departamento de Filosofia da PUC-Rio e pelo PPGAS do Museu Nacional-UFRRJ. O título do colóquio faz referência aos dois conceitos emblemáticos (“Antropoceno” e “Gaia”) dentro do que seria chamado de pensamento contemporâneo da crise. Fonte: <https://osmilnomesdegaia.eco.br>. Acesso em: 1 dez. 2016.

3 “Antropoceno” é um termo usado para descrever o período mais recente na história do Planeta Terra, onde as atividades humanas começaram a ter um impacto global significativo no clima da Terra e no funcionamento dos seus ecossistemas.

e mundo – em toda a sua complexidade –, bem como de que forma as ações do primeiro modificam o funcionamento do segundo; e, ainda, como essas mudanças terminam por impactar novamente a vida do primeiro.

Talvez seja necessário, por ora, diminuir a “escala”<sup>4</sup>– dar um *zoom*<sup>5</sup> – tentar fazer ver, primeiro, como se dá o contato íntimo entre ambos, no convívio diário. Em um movimento de investigação da relação homem-mundo, opto aqui por dar um enfoque na dimensão “micro” dessa interação. Pensemos agora como o homem – não destituído de sua história, corpo e vivência – *sente* o mundo. Chegamos, enfim, ao tema principal do artigo: *o comportamento sensível humano*.

O presente artigo tem como objetivo fundamental, então, conectar dois elementos distanciados há algum tempo: a *percepção sensorial* e a *visão ecológica do mundo* – falarei precisamente sobre esses dois termos mais adiante. Em tal empreitada será usada, como ponto de partida, a obra literária/ensaística “As Portas da Percepção”<sup>6</sup>, de Aldous Huxley. A partir daí, buscarei, ao longo do texto, apresentar pontos de convergência e divergência – “conexões parciais”, no sentido stratherniano – com o que dizem as teorias modernas e contemporâneas a respeito do assunto. O discurso aqui apresentado, por sua vez, parte de uma formação teórica residente na Antropologia. Tentarei expandi-lo para outros campos, é verdade – reconhecendo a insuficiência das fronteiras disciplinares –, mas, por ora, é necessário pontuar o meu lugar de fala. Ao longo do texto, tentarei fazer ver como se dá o encontro de discursos diversos. O que eu pretendo, em suma, é transitar pelos espaços – *seguir o fluxo dos materiais*<sup>7</sup> (INGOLD, 2002) – e, nesse sentido, estarei na função de “mediação”<sup>8</sup>. Em última instância, o artigo visa apontar aproximações e distanciamentos entre trabalhos de autores vindos de áreas diversas do conhecimento e, com isso, colaborar para o enri-

4 Esse conceito (no original “scale”) é abordado na obra de Marilyn Strathern (1991) a partir da problemática do ajustamento da escala. Aqui, discute-se o “micro” e o “macro” e a necessidade de adequação da pesquisa antropológica à escala nativa. Há um movimento que propõe que nos voltemos para os modos como as escalas são produzidas pelos atores no campo e também pelos antropólogos na academia numa atitude consciente do fazer científico.

5 Utilizo a grafia em itálico como sinalização para os termos e expressões de importância fundamental na análise e argumentação apresentadas; e para os conceitos – antropológicos ou não – discutidos pela bibliografia, opto pelo uso de aspas duplas. Ainda sim, existem enunciados grafados das duas formas simultaneamente – trata-se de citações diretas.

6 No original: “The Doors of Perception”.

7 Na obra de Ingold (2012), os materiais não são estáticos, mas estão em contínuo processo de formação/transformação. Seguir esse *fluxo* envolve um processo de “itinerância” e tem a ver com acreditar na improvisação do devir. A ideia de seguir o fluxo dos materiais, nesse texto, refere-se a dar atenção ao encontro de teorias vindas de lugares diversos e tentar acompanhar o movimento que elas fazem uma em relação à outra, seja por aproximação ou por contraste.

8 “mediação” (significado): ato ou efeito de mediar; intervir, interceder. Uso aqui o termo no sentido de propor uma intervenção ativa, que possibilita o encontro de ideias vindas de lugares diversos.

quecimento e o aprofundamento da discussão desse tema.

A construção argumentativa aqui apresentada pretende ainda desenvolver uma discussão a respeito da própria forma textual. Nesse sentido, mescla-se retórica e estética em uma finalidade única: fazer *ver* e *entender*, simultaneamente. A forma do texto segue, então, o movimento do próprio argumento. Trata-se, essencialmente, da imagem um percurso traçado, através do qual se consegue caminhar de um vértice ao outro. No meio do caminho, entretanto, insere-se um ponto de intersecção: emerge uma *porta* que possibilita o trânsito entre dois lugares distintos – dois paradigmas<sup>9</sup> científicos. Isso não quer dizer, necessariamente, que a fronteira é por si só naturalizada. Na verdade, faz-se uma distinção forçosa dos termos, engendrada especificamente por um dos lados numa tentativa de evidenciar o contraste entre eles. Começemos, então, pelo lado oposto.

### CORPO-FECHADO

O Paradigma Científico Moderno. Corpo fechado. Homem-sujeito. Absorvendo o mundo.

*Perderam-se a visão, o som, o gosto, o tato e o olfato, e com eles foram-se também a sensibilidade estética e ética, os valores, a qualidade, a forma; todos os sentimentos, motivos, intenções, a alma, a consciência, o espírito. A experiência como tal foi expulsa do domínio do discurso científico. R. D. Laing (apud CAPRA, 2006, p. 51).*

Por muito tempo, a ciência – ocidental moderna – restringiu-se a uma compreensão reducionista da vida, inclusive no que diz respeito ao processo da experiência sensível. No geral, as pesquisas caracterizaram-se, essencialmente, pelo antropocentrismo, pela visão mecânica do mundo, e pela racionalidade instrumental. Herdeiros de uma tradição basicamente cartesiana e newtoniana – centrada nas noções de progresso e de valorização do indivíduo – os pensadores dessa corrente demonstraram saberes profundamente especializados e, no entanto, fragmentários. Subdividindo-se em disciplinas acadêmicas e restringindo-se a alguma(s) dela(s), obtivemos explicações relativas à percepção sensorial quase sempre marcadas pela presença determinante das ciências naturais.

9 “[Um paradigma é] uma constelação de realizações – concepções, valores, técnicas, etc. – compartilhada por uma comunidade científica e utilizada por essa comunidade para definir problemas e soluções legítimos.” (KUHN, 1975). Pode ser entendido também como um “[...] modelo heurístico que tem duas funções: fornecer um quadro de noções, uma perspectiva que permite uma percepção ordenada do mundo empírico; e, servir como esquema de orientação para a construção de teoria e para investigações posteriores.” (KUHN, 1975). “Uma mudança de paradigma [por sua vez,] é uma mudança profunda no pensamento, percepção e valores que formam uma determinada visão da realidade.” (CAPRA, 2006, p. 28)

No que diz respeito à explicação dada pela neurobiologia, por exemplo, a percepção sensorial se daria da seguinte forma: os órgãos dos sentidos atuariam como verdadeiros filtros destinados a detectar as configurações específicas do meio ambiente e a capturá-las. Sendo assim, “o sistema nervoso, em seus processos de percepção, operaria captando, processando, acumulando e transmitindo informação.” (VARELA E MATURANA, 1995, p. 17). Essa seria uma doutrina “representacionista”, centrada no funcionamento de uma única célula: o neurônio (VARELA, 2014). E, nesse sentido, o corpo humano seria um espaço fechado, separado do mundo talvez pela pele. Aqui, a atividade perceptiva é realizada, então, na parte interna do corpo (na mente) como uma forma de *absorção* e posterior representação do mundo externo – o real.

É fundamental pontuar a posição preponderante ocupada pelo homem nesse tipo de teoria. Considerado o único sujeito possível da ação, que por sua vez é completamente consciente, ele é responsável pela apreensão de um mundo acabado e, por isso, disponível para ser captado. O mundo, por sua vez, é objeto e é, portanto, passivo. Dessa forma, entendemos em que sentido o pensamento apresentado é, ainda, fortemente antropocêntrico. Calcada na afirmação da independência humana – que vê, *absorve* e modifica o mundo segundo suas aspirações próprias, sem contar, para isso, com uma resposta autônoma do mundo – a visão “moderna”<sup>10</sup> sobre a percepção supõe uma descontinuidade entre o humano e o não-humano. Há aqui, a total separação entre o homem e o mundo.

Essa não é, entretanto, a única forma de entender o processo perceptivo. Existem – inclusive dentro das ciências da natureza – outras concepções a respeito do assunto. Uma delas é a desenvolvida pela “Nova Biologia”<sup>11</sup> – de Humberto Maturana e Francisco Varela. Essa vertente da biologia sugere uma nova visão sobre os seres vivos e sobre a natureza cognoscitiva do ser humano (MATURANA E VARELA, 1995, p. 40) e, para isso, parte de uma completa mudança no entendimento da relação estabelecida entre o homem e o seu entorno:

Nós mudamos o nosso ponto de vista de uma unidade comandada externamente com um ambiente independente ligado a um observador privilegiado, para uma unidade autônoma com um ambiente cujos traços são

10 Uso aqui o “moderno” como uma forma de fazer referência à ciência ocidental moderna predominante – aquela influenciada fortemente pelo *paradigma mecanicista* vindo da física de Descartes, Newton, Bacon e da matemática de Galileu (CAPRA, 2006). Cabe ressaltar que quando colocamos esse empreendimento teórico em contraste com teorias ecológicas contemporâneas, ele é lido contrariamente como “tradicional” (INGOLD, 2008).

11 A “Nova Biologia” constitui-se em oposição à “Biologia Clássica”. Essa vertente tem como ênfase uma visão sistêmica da vida e não mais a explicação dos fenômenos biológicos por meio da redução aos seus constituintes fundamentais – células, genes ou partículas elementares.

inseparáveis do histórico de ligação com aquela unidade e, portanto, sem perspectiva privilegiada. (VARELA, 2014, p. 51).

Há ainda teorias semelhantes a essa na área das humanidades e outras que são fruto do encontro de saberes diversos e que, por isso, reclamam a interdisciplinaridade. No que diz respeito aos “paradigmas” científicos, surge uma novidade: um modo de pensar a relação entre o homem e o mundo que faz severas críticas ao anterior. Diante de uma revolução completa nas concepções, nos valores e nas técnicas surge o “Paradigma Ecológico”<sup>12</sup>. Esse novo paradigma propõe uma visão de mundo holística e um deslocamento da posição central do homem – que perde a exclusividade de sujeito e passa a estabelecer uma relação de dependência com mundo que habita. Ele é responsável, então, por realocar os termos da relação e, ao mesmo tempo, possibilitar formas alternativas de relacionamento entre eles, inclusive no que diz respeito à crise ambiental anteriormente citada. Ao mesmo tempo, questiona-se a separação travada entre: o “corpo” e o “mundo”; entre a “mente” e o “corpo”; entre o “corpo” e a “mente”, ou – resumidamente – entre o *homem* e o *mundo*. A visão de um mundo mecanicista trazida por Descartes é abandonada agora em prol de uma visão ecológica do mundo (CAPRA, 1996). Partindo de um desafio completo ao Iluminismo e de uma crítica à ciência como um todo, ele se constitui como um campo de discussão estimulante e atual (VELHO, 2001).

O novo paradigma pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo “ecológica” for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A **percepção ecológica profunda**<sup>13</sup> reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedade estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos). (CAPRA, 1996, grifo meu).

Entre essas duas concepções antagônicas – a “moderna” e a “ecológica” –

12 Esse termo (“Paradigma Ecológico”) é cunhado por Otávio Velho (2001) – na antropologia – quando este estabelece uma ligação entre os autores Gregory Bateson e Tim Ingold. Entretanto, há menções a um modo “ecológico” de se relacionar com o mundo em trabalhos vindos de diversos campos disciplinares.

13 Percepção ecológica profunda vem do termo “ecologia profunda”, de Arne Naess, em oposição ao conceito de “ecologia plana”. A “ecologia plana” é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano, a ecologia rasa vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui à natureza apenas um valor instrumental, ou de “uso”. A “ecologia profunda”, ao contrário, vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

insere-se uma posição intermediária. No meio termo, entre o *corpo fechado* e o *corpo aberto* surge um portal. Chega-se, então, no que seria o ponto de mutação<sup>14</sup> – a abertura; a fenda; o espaço de possibilidades – aquilo que supõe a coexistência de assuntos diversos e que possibilita fusões momentâneas, sínteses, analogias. Abre-se a *porta* e, por ela, deixa-se passar muitas coisas (como num fluxo). Desse emaranhado de linhas entrelaçadas<sup>15</sup>, pesca-se conexões<sup>16</sup> temporárias – parciais, espontâneas e, ao mesmo tempo, criativas. Arrisco colocar em relação, aqui, *as portas da percepção* de Huxley e a ideia ecológica de *abertura do corpo para o mundo*.

## ABRINDO A PORTA

O ponto de intersecção. A porta se abrindo. Onisciência humana. Pertencendo ao mundo.

Escancaremos finalmente a porta, ou melhor, as portas do livro de Huxley para tentar entender de que maneira ocorre para ele o processo perceptivo. Tudo começa com uma experiência voluntária de pesquisa: “*E foi assim que, em uma radiosa manhã de maio, tomei quatro decigramas de mescalina<sup>17</sup>, dissolvidos em meio copo d’água, e sentei-me para esperar pelos resultados*” (HUXLEY, 2002, p. 23).

A obra de Huxley parte, essencialmente, de densas descrições da experiência sensível e estética vivenciada pelo autor a partir do contato com essa substância psicoativa. Ainda assim, ele não deixa de propor, ao longo do livro, a construção de abstrações teóricas referentes ao universo da percepção. No que diz respeito propriamente ao contato entre o homem e o mundo e na maneira como o primeiro incorpora, vivencia e sente o último, surge na obra de Huxley a noção fundamental de “onisciência”. Para o autor, o homem é potencialmente onisciente e, no entanto, tem a sua conexão com o mundo restringida por limites biológicos. Em resposta à infinidade do mundo, o homem age no sentido de recortar, de selecionar as partes da realidade que lhe façam mais sentido. Sendo assim, o cérebro humano funcionaria, para Huxley, como uma “válvula redutora” e teria uma função muito mais limitativa do que produtiva.

14 Referência ao livro “O ponto de mutação” de Fritjof Capra (2006): “Ao término de um período de decadência sobrevém o ponto de mutação. A luz poderosa que fora banida ressurgue. Há movimento, mas este não é gerado pela força... O movimento é natural, surge espontaneamente. Por essa razão, a transformação do antigo se torna fácil. O velho é descartado, e o novo é introduzido. Ambas as medidas se harmonizam com o tempo, não resultando daí, portanto, nenhum dano.” (I Ching).

15 Para maiores informações ver Ingold, 2012.

16 Referência à metodologia desenvolvida por Marilyn Strathern (1991) através da noção de “conexões parciais” (no original: “partial connections”).

17 A *mescalina* é um alucinógeno natural extraível do cacto peiote (*Lophophora williamsii*).

A função do cérebro e do sistema nervoso é proteger-nos, impedindo que sejamos esmagados e confundidos por essa massa de conhecimentos, na sua maioria inúteis e sem importância, eliminando muita coisa que, de outro modo, deveríamos perceber ou recordar constantemente, e deixando passar apenas aquelas poucas sensações selecionadas que, provavelmente, terão utilidade na prática. (HUXLEY, 2002, p. 32).

No entanto, para além do uso convencional do cérebro, Huxley pontua outras possíveis formas de funcionamento alternativo. Nesse sentido, esse órgão não teria uma função meramente biológica, relacionada à sobrevivência do indivíduo e da espécie. Ele poderia ainda ter sua atenção desviada – seja consciente ou inconscientemente. Uma das maneiras de alterar as funções cerebrais seria através do hipnotismo. A ingestão de alucinógenos atuaria também nesse ponto.

Através do uso da mescalina, mais especificamente, Huxley descreve alterações perceptivas recorrentes: mudanças das relações espaciais e temporais e de sua importância prática; aumento das impressões visuais – inclusive no que se refere à ampliação da percepção de cores –; e perda da *vontade* de ação/pensamento sobre assuntos antes colocados em primeiro plano. Ao mesmo tempo, ele alega que o uso dessa substância não corresponde necessariamente a nenhum tipo de redução da capacidade de raciocínio. Percebe-se, então, certo ceticismo do autor no que diz respeito ao efeito psicoativo ao qual esteve exposto. Ele confessa a ausência de uma predisposição individual ao fantástico e encara sua experiência apenas como um *“novo olhar para cenários familiares”*.

Nada de paisagens abissais, mágico crescimento e metamorfose de edificações, nada que lembrasse, por remoto que fosse, um drama ou uma parábola. O outro mundo ao qual a mescalina me conduzira não era o mundo das visões; ele existia naquilo que eu podia ver com meus olhos abertos. A grande transformação se dava no reino dos fatos objetivos. O que tinha acontecido a meu universo subjetivo era coisa que, relativamente, pouco importava. (HUXLEY, 2002, p.27)

Tudo o que foi dito acima pressupõe um mundo infinito – pelo menos em potencial. Sendo assim, a obra de Huxley é, de certa forma, responsável por abalar a posição de centralidade do homem frente ao mundo. Responsável ainda pela orientação das ações, a figura humana perde, entretanto, a condição exclusiva de sujeito, já que a atividade perceptiva é ela própria múltipla, ou seja, pode ser orientada biologicamente ou então ser desviada por qualquer mecanismo de alteração perceptiva. Esses artifícios – seja a ingestão de substâncias específicas; o hipnotismo; a acumulação de dióxido de carbono nos pulmões e no sangue; ou a exposição à

luz de uma lâmpada estroboscópica – funcionariam na reorientação da atividade cerebral. Seriam eles mecanismos atuantes na redução da eficiência da “válvula redutora” e, sendo assim, funcionariam como ampliadores da percepção. Decorre disso, que o comportamento sensível depende não só de uma abdução do mundo pelo homem, mas de uma interação homem-mundo que resulta da imersão do primeiro termo no segundo. A abordagem do autor empresta assim *agência* também a entidades do mundo não-humano e por isso é responsável por desestabilizar as posições de “sujeito” e “objeto”, antes fortemente marcadas. Vislumbra-se, com isso, uma continuidade entre o par homem-mundo.

Há ainda um ponto importante a ser discutido. A atividade restritiva – o *controle da entrada* (pela porta) desempenhado pelo cérebro – requer uma discussão um pouco mais profunda sobre o que seria o *lado de dentro* e o *lado de fora* e isso será feito em seguida, no terceiro e último tópico. Cabe pontuar agora que na obra de Huxley existe uma clara separação do corpo humano e do mundo, bem como é teorizado por autores do “paradigma científico moderno”. Entretanto, esse corpo está agora inserido no mundo e, portanto, *pertence* a esse mundo. Em sua obra, o *pertencimento* é retratado principalmente através das noções de “despersonalização” e de “desindividualização”. Ao descrever sua “*visão sacramental da realidade*” sob efeito da mescalina, o autor propõe uma aproximação entre o homem e os objetos do mundo.

(...) voltei ao estado em que me encontrava quando contemplava as flores – a um mundo onde tudo brilhava, animado pela Luz Interior, e era infinito em sua importância. Assim, os pés daquela cadeira – quão miraculosa a sua tubularidade, quão sobrenatural seu suave polimento! Consumi vários minutos – ou foram vários séculos? – não apenas admirando aqueles pés de bambu, mas em verdade sendo-os, ou melhor, sentindo-me neles; ou, empregando linguagem talvez mais precisa (pois “eu” não estava em jogo, do mesmo modo como, até certo ponto, “eles” tampouco estavam), sendo minha Despersonalização na Desindividualização que era a cadeira. (HUXLEY, 2002, p. 31 e 32).

## CORPO ABERTO

O Paradigma Ecológico. Corpo aberto. “Ser-no-mundo”. Habitando o mundo.

O Paradigma Ecológico – como se convencionou chamar – é responsável pela inauguração de uma nova forma de conceber a relação entre o homem e o meio em que ele vive. Aqui, homem e mundo são mutuamente dependentes. Não existe sobreposição alguma de um dos dois termos sobre o outro e a relação supõe total reciprocidade.

Resgatemos então, logo de cara, o debate a respeito da interação homem

e mundo para pensar como isso é lido nos termos da Ecologia. Essa corrente de pensamento parte da constatação de que homem e mundo não estão dissociados um do outro. Ao contrário, há uma existência concomitante entre os dois: o corpo está no mundo, ao mesmo tempo em que o mundo está no corpo. A negação da pele enquanto órgão de separação já havia sido feita por Bateson: “*O mundo mental – a mente, o mundo do processamento da informação – não é delimitado pela pele*” e, nesse sentido, Ingold acredita dar mais um passo ao dizer que “*não é apenas a mente que vaza, mas as coisas de modo geral*”.

Quero sugerir [...] um certo modo de imaginar o sujeito humano – a saber, como um lugar de consciência, limitado pela pele e definido em oposição ao mundo – que está profundamente sedimentado no pensamento ocidental tradicional. O problema da percepção, então, diz respeito a como algo pode ser traduzido, ou “atravessar” de fora pra dentro, do macrocosmo do mundo para o microcosmo da mente. [No entanto,] como tal, a percepção não é uma operação “dentro-da-cabeça”, executada sobre o material bruto das sensações, mas *ocorre em circuitos que perpassam as fronteiras entre cérebro, corpo e mundo*. (INGOLD, p. 2, 2008, grifo meu).

Também Merleau-Ponty parte fundamentalmente da indistinção entre *homem e mundo* e, nas palavras de Ingold “[*recusa-se*] a estabelecer qualquer fronteira absoluta ou linha de demarcação entre o *perceptor e o percebido*”. Segundo sua concepção, a percepção equivale a uma “*abertura do corpo para o mundo*”. (INGOLD, p. 40, 2008). O corpo humano deixa então de ser uma entidade fechada para fora e passa a ser translúcido; poroso. Em resumo, “*you do not experiment the act of seeing as seeing from the outside, but as being on the outside*” (INGOLD, p. 54, 2008).

Nesse sentido, podemos estabelecer um paralelo entre o que dizia Huxley sobre o cérebro e a tese de Ingold, apoiada em Bateson e Merleau-Ponty. O primeiro autor partia da concepção de que o cérebro é uma “válvula redutora” e atuaria, então, como um filtro frente à infinidade do mundo. Ingold, ao contrário, pensa o cérebro como um “órgão vazado” que, portanto, permite que muitas coisas o perpassem simultaneamente. Ele não age como condicionante ou regulador, mas recebe diferentes estímulos. Como uma via de mão dupla, ele participa na reorientação desses estímulos e tem sua atividade também reorientada por eles, num processo de interferência recíproca. (INGOLD, 2012, p. 42).

Voltando à obra de Bateson, surge a problematização da divisão das coisas do mundo em “sujeitos” e “objetos” e de seus posicionamentos ativos ou passivos nas inter-relações (a depender da posição ocupada por cada um). Sendo assim, as coisas do mundo recebem agora outro sentido, deixam de ser meros objetos

submetidos às ações humanas, ao mesmo tempo em que homem perde a condição imanente de sujeito. Aqui, talvez, a discussão se finde na questão da *agência* humana e não-humana, de modo parecido com o que é explicitado na obra de Huxley. Cabe lembrar, entretanto, que essa discussão a respeito da dicotomia sujeito/objeto está presente também no pensamento de Tim Ingold, ganhando outro formato. Ele vai mais fundo ao discutir, logo de cara, a distribuição ou não de agência aos seres do mundo – marcação inevitável de quem é o sujeito e de quem é o objeto na interação. Opta então, por fazer uma nova distinção – que julga mais fundamental –: diferencia “objetos” de “coisas”. Para ele, o objeto seria algo acabado (um fato consumado) enquanto a coisa seria um acontecer, um eterno processo formativo. Dentro dessa concepção, um ambiente de objetos poderia até ser ocupado, mas não habitado. Somente um mundo repleto de coisas é habitável, já que “*habitar o mundo (...) é se juntar ao processo de formação*” (INGOLD, 2012, p. 31).

Transportando essa ideia agora para o campo da percepção sensorial, fica claro que o autor dá mais importância aos fluxos e transformações dos materiais do que aos estados formais da matéria. Ele concebe um mundo em constante (trans) formação e, por isso, encara o comportamento sensível não como uma mera absorção desse mundo (e da forma dos objetos nele contidos), mas como uma participação improvisada num processo criativo. O mundo passa a ser aberto, permeável e fluído – e o corpo também. Nesse mundo, a matéria está em movimento – em um fluxo constante – e as coisas, portanto, *vazam*.

Depreende-se do que foi dito até então, que os trabalhos intelectuais fruto dessa nova orientação teórica – dita “ecológica” – têm como eixo principal, em comum, a análise do movimento das coisas do mundo, mais do que a observação das coisas em si. No que diz respeito ao indivíduo, o foco deixa de ser um “ser abstrato” e se transforma num “ser-no-mundo”. Centrada especialmente na ideia de *habitação*, essa concepção rompe, inevitavelmente, com a lógica do sujeito cartesiano. Destituído de sua posição de destaque, o homem não é mais visto como alguém que entra em contato com o mundo e que o *absorve*, nem é tido como alguém que simplesmente *pertence* a esse mundo. Antes disso, ele o *habita*, participando do seu processo de formação.

## CONCLUSÕES

Ao longo do texto, passamos diversas vezes pelos conceitos: *absorção*; *perten-*  
*cimento* e *habitação*. São esses os eixos centrais na discussão aqui apresentada sobre o tom relacional estabelecido entre o homem e o mundo. As diferenças entre as três

categorias conceituais foram pontuadas e, quase sempre, as definições passaram pela discussão da atribuição ou não atribuição do papel de sujeito ao homem; e pela afirmação ou negação da separação entre o homem (em seu corpo e mente) e o mundo. Esses temas, por sua vez, estão fortemente relacionados a três outras coisas: a primeira delas diz respeito ao lugar ocupado pelo homem no mundo; em segundo lugar, pensemos como marcação desse lugar influência na experiência que o primeiro tem em relação ao segundo e, por último, também como uma consequência, surge a questão do papel atribuído ao homem frente ao mundo.

Em tempos de intensa discussão sobre o “Antropoceno”, talvez seja necessário – mais do que nunca – rever os papéis vinculados à figura humana. A respeito da ciência, cabe dizer que há uma necessidade latente de vinculação dessa com a ação política (LATOURET, 2014). O pensamento ecológico vem nesse sentido. Ao reivindicar uma reciprocidade entre o homem e o meio que este habita ele pressupõe a interdependência dos dois termos, ao mesmo passo em que reivindica uma atuação consciente e responsável do homem como um ser-no-mundo. Trago aqui, então, o que essa nova onda teórica está dizendo a respeito da percepção sensorial humana.

Cabe lembrar que a respeito dessa temática específica, Huxley representa um grande passo no caminho que agora está sendo feito. Talvez ele seja responsável por inaugurar uma nova forma de pensar o comportamento sensível – fantástica, é verdade – mas que não deixa de se aproximar das teorias contemporâneas a respeito do assunto. Há uma necessidade cada vez mais forte de conectar as coisas que são produzidas no mundo e a literatura científica que mobilizamos para falar sobre essas coisas. Revisitar o clássico ensaio de Huxley é de certa forma atentar para o que o mundo está dizendo (ou disse) sobre a percepção – numa tentativa não só entendê-la abstratamente, mas também de alterá-la; de experimentá-la em sua potencialidade. Esse processo de voltar, ora ou outra, à realidade do mundo, é responsável por criar uma tensão criativa entre a especulação teórica e a experiência vivida (INGOLD, 2008). E, nesse sentido, Huxley faz, o que seria para Ingold “a força motriz da investigação antropológica”: “rompe as barreiras artificiais que separam a vida do discurso, permitindo que as realidades da experiência irrompam sobre o turfe santificado do debate intelectual” (INGOLD, 2008, p. 116).

Diante do que foi apresentado até aqui, faz-se necessário revisitar o livro de Huxley uma última vez. As portas da percepção apresentam-se agora para nós como que uma simples “alegoria”<sup>18</sup>. Longe de instituírem-se enquanto fronteiras

18 “Alegoria” é uma representação figurativa que transmite um significado outro que o da simples adição ao literal. É geralmente tratada como uma figura da retórica.

que separam o homem do mundo – através da regulação cerebral –, elas revelam-se diluídas pelo corpo como um todo, participando interativamente de uma sensibilidade dispersa. As portas da percepção talvez não estejam tão abertas como gostaria Huxley – e isso implica em uma não onisciência humana –, mas, na verdade, o corpo está *aberto para o mundo* – recebendo fluxos vitais ininterruptos e não direcionados – *seguindo os materiais*, num movimento sempre para frente, de completo devir. O processo perceptivo, na visão ecológica, tem a ver mais com improvisação do que com abdução. Assim sendo, acreditemos na infinidade do mundo e na sua potencial criatividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, Gregory. **Mente e Natureza**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

\_\_\_\_\_. Os homens são como a planta – A metáfora do processo mental In: THOMPSON, William Irwin (org.). **GAIA – Uma Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Gaia, 2014.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente**. São Paulo: Cultrix, 2006.

COSTA, Alexandre Araujo. Sobre Crise Ecológica, Violência e Capitalismo no Século XXI. In: **Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/alexandre-costa.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

HUXLEY, Aldous. **As Portas da Percepção**. São Paulo: Globo, 2002.

INGOLD, Tim. **Humanidade e Animalidade**. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_28/rbcs28\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_05.htm). Acesso em: 1 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento Humano. **Revista Ponto Urbe**, São Paulo, n. 3, 2008.

\_\_\_\_\_. Trazendo as Coisas de Volta à Vida: Emaranhados Criativos num Mundo de Materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.18 n.37, 2012.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, n. 1, v. 57, 2014.

MATURANA, Humberto. O que se observa depende do observador. In: THOMPSON, William Irwin (org.). **GAIA – Uma Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Gaia, 2014.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A Árvore do Conhecimento: As Bases Biológicas do Entendimento Humano**. Campinas: Editoral Psy, 1995.

MEDEIROS, Rondinely Gomes. Mundo quase árido. In: **Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/rondinely.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Primado da Percepção e Suas Consequências Filosóficas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

NODARI, Alexandre. Limitar o limite: modos de subsistência. In: **Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/alexandre-nodari.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

STRATHERN, Marilyn. **O Efeito Etnográfico**. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Gênero da Dádiva: Problemas com as Mulheres e Problemas com a Sociedade Melanésia**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Partial Connections**. Walnut Creek, CA: Altamira Press – Rowman & Littlefield Publishers, 1991.

TADDEI, Renzo. Alter geoengenharia. In: **Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/renzo-taddei-alter-geoengenharia.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

THOMPSON, William Irwin. Introdução: As Implicações Culturais da Nova Biologia. In: THOMPSON, William Irwin (org.). **GAIA – Uma Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Gaia, 2014.

VARELA, Francisco. O Caminhar Faz a Trilha In: THOMPSON, William Irwin

(org.). **GAIA – Uma Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Gaia, 2014.

VELHO, Otávio. De Bateson A Ingold: Passos na Constituição de Um Paradigma Ecológico. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, 2001.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: CosacNaify, 2012.

# ARTIGOS



# **DE QUE RURAL ESTAMOS FALANDO? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO UNIVERSO RURAL BRASILEIRO E NA REPRESENTAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO A PARTIR DA DÉCADA DE 1950**

**Carla Julião da Silva**

Graduada pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília. E-mail:  
carlajuliaosilva@gmail.com

## **RESUMO**

Este artigo faz parte do trabalho de conclusão de curso que teve como objetivo compreender e colocar em discussão a questão da condição rural no período em que o cenário brasileiro (principalmente o Estado de São Paulo) sofria transformações no meio rural. Buscamos na literatura elementos para compreender as mudanças que ocorreram e ocorrem no campo. Sob esse pano de fundo tentamos compreender o que permaneceu e o que vem

mudando tanto na questão da permanência quanto nos motivos que levaram a saída da região para morar na cidade. Diante disso, o presente artigo colabora com as referidas discussões trazendo as análises feitas a partir da pesquisa de campo realizada em meados de 2013 e 2014 na zona rural do distrito de Frutal do Campo (SP).

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O presente artigo é um resultado da monografia apresentada em março de 2016, intitulada *“Aqui é meu lugar”: a representatividade caipira na zona rural de Frutal do Campo (SP)*, fruto da pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2014 no distrito de Frutal do Campo, situada no Centro Oeste Paulista. Compõem este artigo, em primeiro lugar, algumas das análises sobre o recorte histórico que parte dos anos de 1945 e 1950 até os dias atuais. A segunda parte perpassa pelas discussões da construção de uma representatividade e possíveis características do que vem a ser o homem do campo durante o período escolhido. Finalizamos com as análises desenvolvidas a partir de entrevistas realizadas com pessoas que moram no bairro rural<sup>2</sup> de Frutal do Campo.

Buscamos aqui trazer a discussão sobre o processo histórico que norteia o meio rural e apresentar uma análise sobre algumas das transformações que vêm ocorrendo sobre a temática, utilizando os dados recolhidos no trabalho de campo e possibilitando a compreensão do significado que esse lugar oferece tanto para a questão de identidade quanto para os elementos perdidos ao longo dos anos.

O cenário brasileiro, a partir de 1945, proporcionou experiências democráticas que se depararam com novidades e projetos políticos ousados, como a criação de novos partidos e promessas de progresso, disputando a preferência dos eleitores da época e trazendo para o país mudanças econômicas, sociais e políticas. Neste contexto, ideias

---

1 Este artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em março de 2016 e intitulado: *“Aqui é meu lugar” a representatividade caipira na zona rural de Frutal do Campo (SP)*.

2 Refiro-me aqui a “bairro rural” como conceito levantado por Maria Isaura Pereira de Queiroz em *“Bairros Rurais Paulistas”* (1973), que define o bairro rural como aquele formado por camponeses, isto é, por indivíduos vivendo numa economia de subsistência, somada à comercialização das sobras da colheita, que é vendida na cidade próxima ou na região. O bairro rural é ao mesmo tempo um tipo de povoamento e um tipo de grupo social antigo que persiste. Esta definição para autora decorre das pesquisas feitas por Antonio Candido e a moderna teoria da Sociologia Rural, que possibilita deixar para o segundo plano o aspecto econômico para dar lugar as relações sociais e relações de trabalho, desenvolvendo e conservando relações de vizinhança em nível social igualitário, das atividades cotidianas e festivas. (1973, p.47 à 50).

de desenvolvimento e de transformações democráticas no país serviram como pano de fundo para as análises realizadas neste trabalho, auxiliando a compreensão da conjuntura, em que a industrialização no Brasil começa a desencadear um processo de urbanização, sendo um destes fatores a utilização da mão de obra do campo em setores urbanos.

Tais novidades no âmbito político, econômico e social permitiram também que diversas pesquisas fossem realizadas. Um desses estudos possibilitou a comparação e repartição de renda no Brasil entre 1960 e 1970, demonstrando que o desenvolvimento da economia beneficiava uma minoria em detrimento da grande maioria da população<sup>3</sup>.

Na década de 1950, a imagem de “otimista” e “arrojado” do presidente Juscelino Kubitschek engendrou um período de novidades no país. Durante o seu mandato foi apresentado um plano de incentivos ao desenvolvimento – o “Plano de Metas”, que tinha como objetivos a construção de usinas hidrelétricas, implantação da indústria automobilística com peças fabricadas no Brasil, ampliação da produção de petróleo e a abertura e construção de estradas. Uma das propostas mais significativas deste governo foi a defesa da industrialização acelerada como forma de modernizar e estimular o capital estrangeiro. Deste modo, Francisco de Oliveira em seu livro *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco* (2003) afirma que:

A aceleração do período Kubitschek não pode ser menos que exagerada, e suas repercussões prontas se materializaram. O coeficiente de inversão – a relação entre a formação de capital e o produto bruto – se eleva de um índice de 100 no quinquênio anterior para um índice de 122, isto é, em cinco anos, a média anual do coeficiente, comparada com a média do quinquênio precedente cresce quase  $\frac{1}{4}$ , o que é um esforço digno de nota para qualquer economia. (p. 73)

Porém, diante deste grande feito, segundo Francisco Oliveira (2003), a economia foi internacionalizada, o que possibilitou empresas multinacionais a instalarem suas filiais, controlando setores importantes da indústria. Esta foi uma das apostas para o “progresso”. O crescimento do produto real da indústria aumentou, mas o governo não conseguiu frear a dívida externa.

Contudo, tais fatores contribuíram para acelerar as migrações em direção aos grandes centros urbanos. O salário dos trabalhadores, no entanto, não acompanhou todo esse crescimento e a taxa de exploração de força de trabalho aumentou. Esta

3 Sobre o assunto, ver SINGER, Paul. Comparabilidade dos dados. IN: SINGER, Paul. Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

expansão econômica contribuiu para uma divisão do trabalho que favoreceu a urbanização.

[...] o produto real se acelera precisamente no período de Kubitschek, quando passa de um crescimento médio de 11,2%, 8,1% no quinquênio 1953/1957 para um crescimento médio de 11,2%, isto é, elevando-se cerca de 38% em relação ao período imediatamente anterior. Já se constatou que o coeficiente de inversão no período também se elevou extraordinariamente, cerca de 22% em relação ao quinquênio imediatamente anterior. O crescimento do produto real da indústria foi, assim, mais que proporcional ao crescimento da inversão, sendo explicado o diferencial entre as duas variáveis exatamente pela maior produtividade das novas inversões e pelo aumento da taxa de exploração de trabalho. [...] Sem embargo, a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário real que não chegava a cobrir o custo de reprodução, da força de trabalho, simplesmente pelo fato que, não somente à medida que o tempo passa, mas à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa. (OLIVEIRA, 2003, p. 83 e 84)

O aumento dos preços dos produtos industriais, a elevação do custo da força de trabalho e a erosão no salário real foram os protagonistas da crise que se acelerou a partir de 1960. As camadas ricas da população, porém, pouco sentiram este fato. Tal classe teve um crescimento da renda real em aproximadamente 70% a partir de 1968<sup>4</sup>.

Esses aumentos, tanto dos produtos industriais quanto no custo da força de trabalho, não atrapalharam os incentivos ao crédito. A expansão de grandes empresas privadas e as exigências por qualificações fez com que as famílias procurassem utilizar estes incentivos para melhorar a renda familiar. A possibilidade de ascensão social provinha de uma boa formação escolar, o que garantiria um “indivíduo de sucesso” na vida profissional. Assim,

A exigência de qualificação fundada na educação superior – a começar pelo concurso público exigido pelos governos – impõe-se de modo crescente. Naturalmente, quando o chefe de família é empresário próspero,

4 Francisco de Oliveira (2003) apresenta elementos analíticos com informações de pesquisas desenvolvidas pela Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) no ano de 1969. Em uma das análises chegou à conclusão de que o salário dos trabalhadores urbanos era insuficiente para cobrir os gastos, o que culmina no aumento das horas trabalhadas. Os novos mercados de produtos industriais também contribuíram para uma distribuição desigualitária da renda, na qual só houve crescimento da renda real para a camada mais rica da população, que consumia produtos duráveis como automóveis e eletrodomésticos. A entrada de novas ocupações criadas pela expansão industrial permitiu um aumento na renda das classes médias e a possibilidade de consumo de produtos duráveis. A homogeneização monopolista das empresas, porém, contribuiu para a exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que expandia a sua taxa de lucros. (p. 87 a 105)

advogado, médico, engenheiro, juiz, promotor, delegado, professor universitário, as possibilidades de ingresso do filho na universidade são facilitadas. O acesso dos filhos de pequenos proprietários mais modestos (dono da farmácia, da lojinha, da casa comercial do bairro, do armazém ou quitanda etc.) encontrava maiores obstáculos. Era mais difícil ainda para os filhos da classe média baixa chefiada por bancários, vendedores de lojas, comerciais, professores do ensino de primeiro e segundo grau, profissionais liberais de pouco êxito, trabalhadores qualificados por conta própria, funcionários públicos de nível médio, trabalhadores de escritórios de empresas etc. Mas, mesmo assim, era possível. A remuneração que auferiam permitia uma vida apertada, às vezes muito apertada, mas digna. Educar os filhos representava um grande sacrifício. (MELLO; NOVAIS, 1998, p.595 e 596)

A camada de trabalhadores especializados, as exigências de leitura, boa escrita e o entendimento sobre o trabalho realizado se ampliaram, e aqueles que precisavam se inserir no mercado de trabalho deveriam se adequar às novidades de cada setor profissional. A necessidade de qualificação levou muitos trabalhadores a procurar os grandes centros urbanos. Só 17% destes trabalhadores ficavam com o trabalho na agricultura, enquanto a maioria já morava em grandes centros urbanos. A região da Grande São Paulo foi um dos mais significativos do período. (MELLO; NOVAIS, 1998, p.597)

Deste modo, a pretensão pelas “vantagens” da vida urbana levou migrantes das áreas rurais a procurarem a sua inserção no mercado de trabalho. Aqueles que não apresentavam formação profissional trabalhavam com serviços que não exigiam tantas qualificações, como, por exemplo, a construção civil e os serviços domésticos. A remuneração era baixa e ter a carteira assinada já seria um avanço.

A entrada do migrante rural no mercado de trabalho se dá em geral, para homens, na construção civil, e, para mulheres, nos serviços domésticos. São os únicos canais abertos para os que têm de “aceitar qualquer serviço”, pois “não tem desembaraço”, “são acanhados”, “afobam-se”, “nunca tem a esperteza de quem já esta na capital”, “não entendem a linguagem da cidade”, “não sabem mexer com máquinas”. Na construção civil, as tarefas são as mais pesadas e as de mais baixa remuneração, por exemplo, a de servente de pedreiro. O emprego doméstico feminino era, naquela época, muito pior do que se pode imaginar hoje: começava com o amanhecer do dia e só acabava quando a louça do jantar estava lavada; folga, só aos domingos, depois do almoço; o quatinho apertado; o assédio sexual do filho do patrão, as vezes do próprio patrão. Mas são acessíveis, também, outros postos de trabalho nos serviços, em geral sem carteira assinada. Por exemplo, o de serviço de limpeza, o de carregador de sacos de cereais, o de vigia noturno, o de ajudante de caminhoneiro, ou de cozinheiro, ou de vendedor ambulante, ou de feirante, o de lavador do automóvel. Tendem a confluir, assim, nesse nível “inferior” da escala social, o migrante rural e os cidadãos pobre – os descendentes dos escravos -, que também se

localizavam na base do mercado de trabalho. (MELLO; NOVAIS, 1998, P.598 e 599)

O período entre os anos de 1969 e 1974 é conhecido como “Milagre econômico”. O país passava por mudanças econômicas e sociais e o crescimento acelerado da economia permitiu ao Brasil a oportunidade de assemelhar-se a alguns países desenvolvidos. As desigualdades em termos de renda e riqueza, no entanto, ainda eram ressaltadas. A monopolização de oportunidades e a diferenciação de rendas da nova classe média ocasionaram uma concorrência desregulada entre trabalhadores e as camadas mais altas da sociedade (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 618).

O monopólio da terra e as ampliações de oportunidades de crédito levaram a industrialização para a agricultura a partir de 1970. O latifúndio acentua-se seu caráter capitalista e surgem, neste período, novas profissões ligadas à agricultura. Cursos de nível superior foram incentivados e ganharam destaque neste período. Segundo Mello e Novais,

O autoritarismo plutocrático instalado pela “Revolução de 64”, em lugar de promover a reforma agrária, reforçou o monopólio da terra, através da modernização selvagem do campo. A extensão do crédito subsidiado e a tecnificação dos processos produtivos levaram à industrialização da agricultura, que se voltará especialmente para os produtos de exportação (soja, milho depois a laranja). O latifúndio acentua fortemente seu caráter capitalista, mas as médias e boa parte das pequenas propriedades também convertem em verdadeiras empresas rurais. E vem, nos anos 70, a grande novidade representada pelos chamados complexos agroindustriais: em torno de uma grande empresa, a Sadia ou a Perdigão, por exemplo, giram pequenos proprietários que produzem sob encomenda, usando mão de obra familiar e um ou outro assalariado. Por outro lado, aparece uma camada mais qualificada de trabalhadores permanentes, por exemplo, o tratorista, o operador de colheitadeira, o técnico em inseminação artificial. Surgem até novas profissões de nível superior ligadas aos afazeres agrícolas, como o biólogo do centro de pesquisa da grande usina de açúcar. O antigo engenheiro agrônomo ganha destaque, mas se torna, também vendedor de adubos e fertilizantes, ou de máquinas e equipamentos agrícolas. (1998, p. 618 e 619)

No processo de desenvolvimento, segundo Singer (1981), algumas classes sociais crescem e outras decrescem. Surgem classes novas devido à criação de novas relações de produção, permitindo também que tais classes sociais sejam substituídas ou que se sobreponha a outras.

Com a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil a concentração de capital na indústria aumentou, dificultando assim o pequeno comércio. O crescimento da economia urbana não significou o desaparecimento destes pequenos empresários,

mas a perda da sua importância em termos econômicos e sociais (SINGER, 1981, p 169 e 170). Assim, nota-se a transferência maciça de grupos populacionais para os grandes centros urbanos devido à mudança da estrutura econômica. A população se multiplica e cai a taxa de mortalidade que eleva o ritmo de crescimento.

Essas transformações na agricultura a partir de 1970 aceleraram as migrações do campo para as cidades. Esses migrantes procuravam nas grandes indústrias o emprego que desse segurança e os direitos assegurados pela legislação do trabalho. A grande massa de trabalhadores não tinha qualificação. Uma grande parte da população, contudo, se urbanizou com a esperança de uma vida melhor.

A modernização do país num período que o capitalismo se expandia, estimulou a mudança da agricultura de subsistência pela comercial, com a expropriação e expulsão de posseiros, parceiros e agregados, o que deu lugar para trabalhadores assalariados. Devido à forte concentração de propriedade e de renda, “milhões de homens, mulheres e crianças seriam arrancadas do campo pelo trator, implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito” (MELLO; NOVAIS, 1998 p. 580).

Muitos tentam se inserir nas novas formas de trabalho no campo. Os anos que vão de 1950 a 1980 marcam o período em que ocorreram tais mudanças na área rural, como a construção de estradas de rodagem e incentivos para a infraestrutura econômica e social. A “marcha para o interior do Brasil”, como lembra Mello e Novais (1998), possibilitou e atraiu migrantes para o interior do país, como, por exemplo, o que ocorreu no norte do Paraná nos anos de 1950.

Com a “abertura” de novas terras, as cidadezinhas que ficavam próximas as grandes propriedades rurais começam a receber novos moradores que iam apenas fazer o que chamamos de “básico”- comprar alimento, ir à missa, vender o resto da produção –, e que ali começaram a se instalar, construindo e se fixando nestas pequenas cidades. Em dados estatísticos,

Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural em 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas! (MELLO; NOVAIS 1998, p. 581)

Tais diferenças entre rural e urbano acentuaram-se. A modernização “das mentalidades” caminhou junto com tais mudanças, tanto para as “boas” condições que oferece a cidade, quanto ao “nível” de cultura a que se poderia chegar. Segundo Milton Santos e María Laura Silveira na obra *Brasil: Território e sociedade no início do*

*século XXI* (2010), a preocupação em modernizar o campo nos anos finais do século XX procurava responder as exigências do mundo globalizado, acompanhando a demanda por uma “racionalidade” a ser empregada no plantio, nos cuidados, na colheita, na armazenagem, estocagem, empacotamento, transporte e comercialização, justificando, assim, o surgimento de instituições de ensino e de pesquisa aplicada na área da agricultura (2010, p.281).

Tais modificações em vigor, entretanto, trouxeram uma “resistência à mudança”, em um cenário em que a modernização e as técnicas estariam fluindo e entrando no cotidiano da população. Toda forma de oposição a tais mudanças ocasionaria um retrocesso. Daí o surgimento de estereótipos negativos aos que iam contra tal modernização. Para José de Souza Martins (1969), nas análises feitas sobre a modernização do Estado de São Paulo, considerar a relação indissolúvel entre urbano e rural é afastar-se:

[...] em termos capitalistas [...] [da] hipótese de uma política econômica global que considerasse a relação indissolúvel entre o rural e o urbano, a sua interdependência. O diagnóstico refluí para a modernização “das mentalidades”, para utilização “ótima” das condições dadas e, portanto, para a identificação do problema no nível de cultura. Diversas publicações periódicas ou avulsas, destinadas à população rural, utilizam um universo de linguagem próprio do homem urbano e referem-se à modernização sem o seu aliado fundamental: o capital e a sua reprodução. É, aliás, a mesma linguagem dos técnicos ligados à modernização agropecuária (extensionistas, assistentes sociais rurais, comunicadores). Surgem daí os temas como “resistência à mudança” personalidades apáticas, etc. E é em função dessas concepções que a ação modernizadora é desencadeada. (MARTINS, 1969, p. 131)

As transformações que ocorrem no campo demonstram que não é mais possível ter como referência o modelo “atrasado” da cultura tradicional camponesa e o modo de vida do homem do campo. Essas referências não são mais compatíveis com as novas formas de organização rural. A reorientação do modo de vida, a luta contra o desemprego urbano e as novas formas de padrão agrícola são maneiras de insistir na permanência no campo.

#### CONSTRUÇÃO NO IMAGINÁRIO DA SOCIEDADE DO QUE VEM A SER A REPRESENTATIVIDADE DO HOMEM DO CAMPO (CAIPIRA) NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX

Com a perspectiva do avanço do capital no Brasil, a passagem do século XIX para o XX inaugurou um novo olhar dos intelectuais para a construção de uma identidade brasileira. Foram produzidas múltiplas representações da população,

buscando conferir uma identidade nacional que romperia com o passado de dependência – e que teria se perpetuado na história brasileira -, impulsionando condições para a modernização da sociedade.

O tema foi exaustivamente discutido e difundido, penetrando com grande força no imaginário social. A dicotomia campo/cidade foi um dos temas centrais sobre a identidade nacional neste período, o que estimulou o desenvolvimento da produção cultural e científica. Nesta perspectiva, Parrilla (2006) pontua que:

O Brasil e seu povo ocuparam lugar central nos debates intelectuais na passagem do século XIX para o XX, momento de busca da constituição das especificidades da nação em formação. Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a brasilidade tornou-se grande desafio a ser enfrentado pela intelectualidade, que tomou para si a missão de encontrar a identidade nacional rompendo com o passado de dependência cultural. Esta identidade, construída ao longo do século XIX, configurou-se em múltiplas imagens que guardavam ambiguidades (...). A literatura nacional preocupou-se em construir símbolos que trouxessem à tona imagens e tradições do país; preocupação que perpassou as produções do gênero desde a independência. Essa inquietação revelou-se tanto no sertanismo romântico quanto no regionalismo do período realista-naturalista. (PARRILLA, 2006)

Com a preocupação destes intelectuais, tanto na literatura quanto na economia, em acertar o passo para a construção da identidade brasileira, o campo passa a assumir papel fundamental nas análises. Foi neste cenário que se destacou o Estado de São Paulo, que ganhava espaço no setor econômico e político devido à expansão do café, apresentando transformações significativas que garantiram o seu reconhecimento como região promissora - um modelo a ser seguido por outros estados (ABUD, 1999). Com estas transformações, o espírito bandeirante que avançou na abertura de novas terras, ou seja, ampliando fronteiras para o oeste de São Paulo, teve a mesma antiga forma usada pelos bandeirantes do século XVII<sup>5</sup>, dizimando centenas de indígenas que viviam na região e pressionando os caipiras posseiros que estavam no “meio do caminho”.

Os caipiras passaram a ser componentes das discussões, sendo representa-

5 John Manuel Monteiro na obra “Negros da Terra” – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo (1994) analisa a relação entre bandeirantes/indígenas no Estado de São Paulo, observando como esta relação influenciou a economia e a fundação de vilas, trilhando novos caminhos para o Oeste e Sul de São Paulo, como é o caso da fundação das vilas de Itu, Sorocaba e Jundiá. O autor também trata sobre o contexto econômico do São Paulo seiscentista e do trabalho indígena como indispensável para a ascensão dos jovens colonos, sem deixar de lado a violência e o extermínio dos povos indígenas. Apesar de já haver na época uma legislação contrária ao trabalho forçado dos povos nativos, os paulistas conseguiam contornar os obstáculos jurídicos, permitindo a manutenção desta mão-de-obra e assumindo o papel de administradores particulares dos índios com o pretexto de que estes seriam considerados “incapazes de administrar a si mesmos” (MONTEIRO, 1994, p. 76 à 131).

dos fartamente na literatura paulista do período impulsionada por escritores como Cornélio Pires (1927) e Monteiro Lobato (1957), que deram ao homem do interior paulista representações tanto negativas quanto positivas.

O termo “caipira” ao longo dos anos foi tomando várias formas ao adjetivar o homem do campo. As ideias oficializadas na literatura tomaram força até chegar aos dicionários. A palavra então se tornou sinônimo de: “*Jeca; Matuto; Saquarema. Pessoa nascida ou (que) vive em regiões rurais no interior do estado de São Paulo; tem modos simples e pouca instrução; indivíduo pouco sociável, sem traquejo no convívio social.*” (AULETE, 2011: p. 260). Ou: “*Habitante do campo ou da roça, em geral de pouca instrução e de modos canhestros, jeca, matuto, roceiro, sertanejo, caboclo, capiauí, tabaréu.*” (AURÉLIO, 1993, p. 91). É possível observar que conotações como “de pouca instrução” e “Jeca” já estão inseridas no cerne da palavra “caipira”, naturalizando então a imagem de “homem fora do seu tempo”, inapto para a vida urbana. Morando no campo, ainda, sua representação estará relacionada a “uma pessoa simples e pouca instrução” e, mesmo que saiba como agir em tempos difíceis e que tenha outros saberes, sua cultura acabará perdendo sentido diante das necessidades do capital.

Monteiro Lobato nas primeiras décadas do século XX criaria a representação caricatural do caipira em São Paulo. Nos textos *Cidades Mortas* (1906), *Velha Praga* (1914) e *Urupês* (1914), que inauguram sua crítica à interpretação da realidade em oposição às correntes românticas, o autor não faz uma análise estrutural da sociedade brasileira, mas considera o caboclo<sup>6</sup> como responsável pelo atraso nacional. Suas práticas irracionais o tornariam um indivíduo inútil para a nação, como aponta a autora Luciana Meire da Silva na tese *O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930* (2013).

A criação do personagem *Jeca Tatu* por Lobato expressa seu entendimento sobre o caboclo. A rusticidade do viver do caipira não escapou à criação do personagem, associando-o a um “fungo da terra”. Segundo Luciana M. Silva (2013), Lobato critica de forma cruel o homem pobre rural, utilizando-se de estereótipos pejorativos do que vem a ser o caipira - a figura desqualificada, destruidor da natureza junto com sua mulher e seus filhos, preguiçoso para promover qualquer melhoria no seu modo de vida. Estes seriam os elementos que limitavam o progresso da nação. O personagem *Jeca Tatu*, contudo, foi um dos sucessos de Monteiro Lobato

6 Para Luciana Meire da Silva, na dissertação *O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930* (2013), Monteiro Lobato não via saída para o atraso e a decadência da vida do caboclo. O autor não traz para o debate, no entanto, assuntos associados à economia e sociedade. Escrevendo em contraposição aos românticos, valoriza o imigrante, particularmente pela sua disciplina em relação ao trabalho. Para Lobato, segundo a autora, a chegada dos imigrantes nas indústrias e nas lavouras traria a esperança para a superação da decadência nacional (2013, p. 68 e 69).

perante o seu público leitor. Segundo Luciana M. Silva (2013), Lobato:

[...] criou uma identidade para este sujeito ausente de conceito na sociedade brasileira, e esta categoria até aqui inominada passa a ser vista, percebida, discutida e entendida no contexto da economia nacional. Essa identidade do caboclo criada por Lobato, na forma de caricatura, atendia a busca de uma parcela do país para pensar a si mesma. De um lado uma elite intelectual dizia que o Brasil era feito de caboclos fortes e rijos, de outro, intelectuais afirmavam: éramos um país vitimado por uma raça de depauperados e degenerados sem nome. Monteiro Lobato cria um nome para este sujeito e o seu conceito unifica os vários significados e essas ideias foram de ampla aceitação, divulgação e circulação em todo o país. (SILVA, 2013, p.14)

Em 1918, *Jeca Tatu* passou de atraso para ser considerado um herói nacional. Lobato criou uma nova leitura sobre o caboclo no artigo “*Jeca Tatu- A Ressurreição*”, mudando seu conceito sobre o personagem, não mais preguiçoso e parasita da nação, mas um indivíduo doente. A importância e a transformação deste personagem acompanharam a trajetória dos debates intelectuais de seu tempo. Tais mudanças ocorreram pelo fato de o autor ter tido uma forte relação com os intelectuais da época no momento em que a discussão sobre saneamento básico no país estava em pauta. O personagem por ele criado, *Jeca Tatuzinho*, foi divulgado em panfletos distribuídos em todo território nacional na campanha para informar crianças e adultos sobre noções de higiene e saneamento básico, como lembra Aline Franciele Parrilla na dissertação de mestrado *Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: A representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)* (2006).

Chico Bento, outro personagem brasileiro criado por Maurício de Sousa em suas histórias em quadrinhos, publicadas a partir dos anos 1960 e 1970, ganha o papel de representar o homem do campo usando o caipirês como sua linguagem, juntamente com o cenário do campo e utensílios rústicos, animais e uma vila. A história gira em torno da ingenuidade: a imagem de uma pessoa bondosa, obediente e defensora da natureza, com a intenção de passar uma mensagem de cidadania para o leitor. Na história, somente Chico Bento frequenta a escola. Ainda assim, a utilização incorreta da língua portuguesa é a principal característica do “caipirinha” dos quadrinhos (PARRILLA, 2006).

Além dos escritos literários, o cinema e as telenovelas também trataram (e tratam) o assunto por outras perspectivas, tanto pelo âmbito da vida rural quanto pela tradição oral. No cinema, a figura do caipira ganhou destaque com *Mazzaropi*, que eternizou o modo de vida do *Jeca Tatu* em vários filmes. Outro filme que também trata da representatividade caipira é *A Marvada Carne*, do diretor André Klotzel, que

trata com outro olhar a identidade rural, seguindo a tradição oral, explicitada por meio de contos populares. As telenovelas, *Cabocla* e *Sinhá Moça*, também retrataram o assunto de forma ilustrativa. Recentemente exibida na mesma emissora, *Eta mundo bom* conta ora a história de uma família que mora na roça, ora dá enfoque no modo de vida urbano.

Tanto *Jeca Tatu* e *Jeca Tatuzinho*, quanto a permanência desta caricatura em *Chico Bento*, levam-nos a pensar que há uma representação do caipira no imaginário brasileiro que sobrevive, com todos os elementos que esta representação comporta. Dentro destas referências, retomamos a discussão sobre o termo “mameluco” que aponta para uma discussão sobre a forma de pensar o homem do campo como portador de uma natureza preguiçosa e fora dos padrões civilizatórios. Segundo esta perspectiva, o encontro étnico-cultural entre europeus e índios teria resultado no surgimento dos mamelucos, união entre os colonizadores e índias, o que dava o direito do senhor europeu sobre a índia escrava. Nessa discussão introduzida por Bosi, Enid Yatsuda aponta que:

Um dos suportes para assegurar o funcionamento do sistema colonialista, isto é, submissão do colonizado – passada a fazer do emprego da força -, é a fabricação e difusão da ideologia do colonialismo. Basicamente, o conteúdo expressa a superioridade do colonizador: é dinâmico, sensato, trabalhador, verdadeiramente cristão, participa de uma civilização superior, e seu meio de expressão, sua linguagem, é instrumento de elaboração de alta literatura. Por oposição, o colonizado é marcado negativamente, através de um mecanismo diabolicamente simples: o que é atribuído cultural, o colonizador transforma em elemento essencial. Assim o nativo torna-se, por natureza, um indivíduo preguiçoso, indolente, incapaz, idiotizado, sujeito, violento, usando um falar rude que não pode exprimir com precisão conhecimentos mais refinados e sentimentos mais nobres. Uma linguagem inadequada à literatura. (Bosi apud YATSUDA, 1992, p. 104)

Nas pesquisas científicas, Antonio Candido (2010) se destaca quando organiza na obra *Os Parceiros do Rio Bonito* investigações realizadas a partir dos meios de vida num agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP) nos anos de 1948 e 1954. Neste estudo, o autor faz referência às descrições feitas por Cornélio

Pires (1921)<sup>7</sup> das variadas representações do que vem a ser o caipira. Pires elaborou significados e levou em conta os diversos tipos étnicos da cultura rústica paulista da época, tornando-se referência no estudo da identidade caipira. Em suas análises, Antonio Candido aponta que:

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua./ Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar acaipiramento, ou acaipiração, e que os investigou de fato num conjunto bastante homogêneo. (CANDIDO, 2010, p. 27)

Dentro destas variadas representações do caipira, uma das questões principais diz respeito à disponibilidade de terras. Seja em razão de situações favoráveis, nas quais o homem do campo dispõe de terras razoavelmente produtivas, ou em situações difíceis, quando mesmo possuindo um pequeno pedaço de terra, próprio ou apossado, vive para garantir a subsistência. Neste último caso, a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras o coloca em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo – e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil.

Na condição de “agregado”, ou posseiro, o caipira acabou sendo “empurrado” para áreas cada vez mais despovoadas, sendo representado como um sujeito às margens da história, como nos lembra Antonio Candido (2010, p. 102). Com sua herança econômica, social e cultural, ficou para o caipira as marcas da inadaptação para o esforço intenso e contínuo, ou para o trabalho racionalizado e voltado para o mercado, levando o mundo urbano e moderno a responsabilizá-lo por um suposto baixo nível de vida.

Ainda hoje, nos bolsões rurais, restam pequenos proprietários que possam

7 Cornélio Pires ofereceu grande importância ao tema em sua obra *Conversas ao pé do Fogo* (1921). Visto que já havia uma preocupação do autor sobre o que vem a ser o “caipira” enquanto identidade paulista, procurou dividir por categorias cada tipo de caipira que surgiu e que trouxe uma nova perspectiva sobre a estrutura da vida do campo da época, sem deixar de lado a identidade. Pires se inspirou no poema *O Poema da raça caipira* (1953) de Alberto Rovai, que faz referência à expressão da cultura caipira. Cornélio Pires também foi jornalista, músico e compositor, e um dos percussores da música do gênero caipira na indústria musical brasileira. É possível até dizer que foi ele um dos criadores da música sertaneja. A importância de suas obras passou a ser reconhecida quando faz citações aos e é citado nos estudos de Antonio Candido.

ser chamados de caipiras típicos, isto é, que ainda não abandonaram suas raízes. A diferença campo/cidade é o elemento que os distingue. A urbanização tratou de escrever e caracterizar seu próprio espaço, sendo, portanto, um espaço de referência que serve como exemplo de “progresso” ao sujeito que insiste em viver no “atraso” do campo. Sobre esse ponto, Parrilla discorre:

Nesse sentido, poderíamos inferir que ao definir o rural o cidadão promove, por distinção, uma caracterização do seu próprio espaço. Esta diferenciação entre os dois ambientes se faz não apenas físico-geograficamente, mas por vários aspectos como: costumes, valores, vestuário, linguagem. O “caipira típico”, assim como o espaço que ele habita, é caracterizado pela diferença: ele representa o “outro”, tanto em relação àquele que produz história, uma vez que a cidade é o espaço de referência para a elaboração dos enredos [...] (PARRILLA, 2006, p. 146)

É possível dizer que a cultura caipira expressa uma forma de identidade do morador do campo. Suas vivências estão relacionadas ao tempo cronológico da terra, contado em dias, meses e anos a partir do período apropriado para certas culturas (cultura aqui como agricultura, o que é escolhido para se plantar em um determinado período). É partindo desta premissa que o camponês desenvolve sua rotina, diferenciando-se do indivíduo urbano. O ritmo é modificado pelo fato de ter outro tempo cronológico, que não é semelhante ao tempo do operário (oito horas trabalhadas por dia). Portanto, lembra-nos Antonio Candido:

A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela a continuidade impressionante, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície que não atingem o cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser. (CANDIDO, 2010, p. 97)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS TRANSFORMAÇÕES E OS NOVOS OLHARES NA DINÂMICA RURAL

Para este artigo foram analisados oito entrevistas com sítiantes da zona rural do distrito de Frutal do Campo (SP). Nesta região, segundo os entrevistados, atualmente vivem cerca de vinte e cinco famílias em toda a extensão dos córregos Taquaruçu e Taquaruçuzinho. Membros de algumas famílias, porém, já não residem mais no campo, devido à venda da propriedade, porque os filhos que casaram foram para a cidade, porque já não possuem familiares morando por perto ou, ainda, porque apenas voltam para o sítio nos finais de semana. Dois dos entrevistados moraram

parte da vida no campo e resolveram tentar a vida na cidade. Um já não possui nenhuma propriedade na região e o outro ainda mantém a herança deixada pelos seus pais: cinco alqueires de terra com uma casa (este disponibilizou um mapa da região que consta nos documentos das suas terras). Os outros cinco são moradores e possuem uma pequena propriedade mantida com o auxílio da família.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, em *Etnicidade e Multiculturalismo* (2006, p. 35), as mudanças culturais na sociedade não levam a uma mudança identitária. Cultura e identidade são relevantes para a investigação, especialmente se nelas estiverem expressos valores. O autor apresenta uma análise sobre a identidade indígena, mas deixa em aberto a discussão sobre o multiculturalismo presente em nossa sociedade, elemento que possibilita pensar a representação destes moradores e não-moradores rurais; a figura e a forma de viver em um momento histórico diferente daquele dos antigos moradores rurais, bem como as novas significações do mundo globalizado no meio rural.

Segundo José Carlos Sebe Meihy (2002), no livro *Manual da História Oral*, as experiências de cada um são autênticas. A cultura de um grupo perpassa pelas memórias culturais de cada indivíduo mesmo que estes sejam moldados pelo meio social que os rodeiam. O ato de pensar jamais deixará de ser pessoal. Portanto, para Meihy:

Toda a narrativa é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões. Portanto, como discurso em eterna elaboração, a narrativa para a história oral é uma versão dos fatos e não os fatos em si. Convém lembrar que por mais parecidas que sejam as narrativas dos mesmos fatos, todas às vezes reditas carregam diferentes significativas [...]. A história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento. (MEIHY, 2002, p. 50 e 51)

A História Oral permite uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado, garantindo o sentido social à vida dos entrevistados e a sua compreensão diante dos contextos em que vivem. A presença do passado no presente permite que a história de um povo continue viva. (MEIHY, 2002)

A festa foi objeto de estudo de diversos autores com perspectivas e aspectos diferentes. Élen Ângela Silva (2014), na dissertação de Mestrado *A festa do encontro, festa dadivosa: a trezena franciscana na região rural de Tabocas em Abaté/ MG*, busca trazer elementos tanto em seus aspectos sociológicos quanto nos leva a pensar a memória enquanto memória de grupo, memória coletiva. Considerando aqui as entrevistas

feitas, a lembrança da festa está presente nas falas. Elas tornaram-se memórias dos lugares, da infância, presentes tanto na fala dos moradores quanto na fala dos que moraram na roça. Um tempo em que todos estavam no mesmo lugar, vivenciando o grupo. Élen A. Silva (2014) aponta para um duplo movimento: o sentido de se reconhecer algo que remete a um grupo e não somente a um indivíduo, “*muito mais um nós do que um eu*”, e também um sentido de pertença: tornar real o sentido de grupo, de coletividade.

O significado da festa em Tabocas para Élen A. Silva (2014) possibilitou a compreensão das motivações que levam a festa a acontecer. As diferenças na forma como os participantes, os devotos e os festeiros sentem a festa é diferente da forma como a sentem os fiéis do lugar e da região rural.

Élen A. Silva (2014) nos lembra ainda outra análise realizada por Duvignaud em *Festas e Civilizações* (1973), obra em que autor classifica as festas em duas perspectivas: a Festa de Participação e a Festa de Representação. A Festa de Participação abrange toda a comunidade local no fazer da festa, organizando e participando nos preparativos. Já a Festa de Representação está voltada para o lazer e o entretenimento dos consumidores, ou seja, com atores valorizando mais o espetáculo do que o valor de pertença ao lugar.

É nesta “festa do interior”, como coloca Luciana de Oliveira Chianca no artigo *Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa* (2008), que se dá o momento de recuperar socialmente o que “ficou pra trás”. Um tempo de recordar e superar momentos vivenciados no caminho, criando a sensação de retorno ao lugar de origem. É nesse período também que a identidade rural ganha legitimidade. Esse descanso nas diferenças, no entanto, não oferece a igualdade social entre o rural e o urbano.

O “Campo” e “Cidade” carregam historicamente generalizações e emoções diversificadas. Com essas cristalizações o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida, de paz e modo de viver simples, enquanto a cidade passou a ser o centro das realizações, do saber e das comunicações. Raymond Williams no livro *O Campo e a Cidade na história e na literatura* (1989) nos lembra da significativa experiência inglesa nas transformações que ocorreram entre campo e cidade. Para Raymond Williams, a Revolução Industrial não transformou somente a cidade, mas produziu um modo capitalista de pensar o campo, um capitalismo agrário altamente desenvolvido que resultou no desaparecimento do campesinato tradicional, transformando em quase nula a agricultura doméstica. No entanto, mesmo sendo predominantemente urbana, durante uma geração a literatura da sociedade inglesa

continuou basicamente rural. (WILLIAMS, 1989, p.11 e 12).

A influência do “aqui” (cidade) e o que isso traz de movimento para “lá” (campo), pensando nas contribuições de Raymond Williams (1989), é o modo como as pessoas se referem ao campo como saudade, um tempo em que a cidade não tinha tamanha importância na vida rural, um tempo onde a comunidade permanecia unida. Com todas as transformações que ocorreram no campo, o sentimento de pertença ainda guia a vida rural. Mesmo que ocorra o deslocamento (do campo para cidade), as experiências vivenciadas na cidade se tornam somente experiências; o sentimento de pertença e identidade com o local de origem se tornam mais fortes.

O campo está em processo de transformação tanto das atividades econômicas quanto das realidades sociais e culturais. Segundo Maria José Carneiro, no artigo *Ruralidade: novas identidades em construção* (2007), tornou-se difícil aplicar uma definição uniforme sobre a noção de rural, em que de um lado do debate fala-se sobre uma possível extinção da tradição cultural fundada na prática agrícola (o agricultor familiar ou o camponês), destruída pelo desenvolvimento capitalista, e de outro, sobre o pensar a ruralidade como uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades que não são homogêneas e que não estão necessariamente associadas à produção agrícola. (CARNEIRO, 2007, p.72)

A reestruturação dos elementos da cultura rural está incorporando releituras da cultura urbana, trazendo para o mundo rural possibilidades de manter viva a cultura local e contribuindo para alimentar e reforçar os vínculos com o campo. Estudos recentes como o de José Graziano da Silva, no artigo *Velhos e novos mitos do rural brasileiro* (2001), apontam que o emprego de natureza agrícola vinha decaindo em todo país nos anos de 1992-1999, mas que a população residente no campo voltou a crescer – ou, segundo o autor, parou de cair. Este cenário é explicado em parte pelo incremento do emprego não-agrícola no campo (SILVA, 2001, p. 6).

No trabalho de José Eli da Veiga, *A dimensão rural no Brasil* (2004), é discutido o processo de urbanização do Brasil considerando urbano todo município (cidade) e seus distritos (vilas), sejam quais forem suas características estruturais e funcionais. São nestes estudos que podemos compreender o debate sobre a condição plural que temos sobre o campo hoje. Tanto na visão dicotômica entre campo e cidade, quanto nas discussões sobre um continuum, como apontado por José Graziano no artigo *O Novo rural Brasileiro* (1997), as diferenças entre rural e urbano tornaram-se cada vez menos importantes. Ao invés de diluir estas diferenças, o caminho vem sendo o de propiciar o reforço da identidade e o sentido de pertença da localidade, possibilitando uma integração entre o rural e o urbano, ao mesmo tempo em que se mantém

uma lógica que garante ao indivíduo a identificação com o lugar onde se vive.

Nessa perspectiva, como lembra Maria José Carneiro (2007), as transformações da comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano não resultam na descaracterização do indivíduo e na mudança de hábitos, costumes e percepção de mundo. Não implica, portanto, uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social. A diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora” (p.58).

Os efeitos modernizadores que incidem sobre a agricultura, nos moldes da produção urbano-industrial, demonstram implicações sobre a população que está no campo. A expansão da “racionalidade urbana”, como aponta Maria José Carneiro (2007), provocada pela forma de trabalho e da produção capitalista, leva a questão da necessidade de romper com a referência da cultura urbano-industrial e não congelar o conceito de “camponês” como “modo de vida”, uma vez que tal distinção acaba por reduzir a compreensão da dinâmica social (CARNEIRO, 2007, p.55).

Entender o crescimento da população rural<sup>8</sup>, novas dinâmicas, ou a criação de municípios que tem mais de rural do que necessariamente urbano, também nos leva a pensar os problemas frequentes de moradores que perderam sua propriedade por conta de dívidas. Graziano no artigo *O Rural Paulista- muito além do agrícola e do agrário* (1996) sinaliza problemas nas receitas e despesas agrícolas em análises feitas com dados do IBGE sobre juros e despesas bancárias, que aumentaram de 5% para 15,3% no período de 1985-1993 devido à grande estabilidade financeira. Os setores que tiveram queda por conta destes aumentos foram maquinários, equipamentos, impostos e taxas, pagamentos de serviços, arrendamento e parceria - pagamento de renda da terra. (SILVA,1996, p.66)

Um dos itens com maior crescimento no período analisado, de 1985 a 1993, foi, segundo Graziano (1996), os serviços terceirizados, representando 10% no ano de 1993. As atividades não-agrícolas no Estado de São Paulo que vêm se “proliferando” são conhecidas como sítios de recreio, serviços destinados ao lazer (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, spas) ou atividades produtivas com considerável valor comercial, como é o caso da produção de flores, hortaliças e pomares domésticos

---

8 Segundo José Graziano da Silva (2001), em suas análises da PNADs, o Estado de São Paulo teve o dobro do crescimento populacional no campo (3% a.a contra 1,5% a.a) no ano de 1999. O autor também analisa o crescimento da população rural em outros estados e constata que somente na região Sul do país houve sinais de queda nas áreas rurais. (SILVA, 2001, p. 4)

próximos das cidades. O *part-time farmer*<sup>9</sup>, como lembra Graziano (1997), constitui os agricultores em tempo parcial, que desenvolvem além das atividades tidas como agrícolas, pecuária, agricultor, etc, outras atividades não-agrícolas no meio rural, não sendo, portanto, apenas um fazendeiro, mas também um trabalhador autônomo.

A pluriatividade<sup>10</sup> tornou-se uma forma nova de compreender as transformações no mundo rural e de entender que elementos heterogêneos vindos da sociedade urbana se encontram hoje no campo. O desaparecimento da fronteira entre “rural” e o “urbano” está associado às relações e organizações sociais e não mais a um caráter natural, como aquele visto nos anos de 1950. Tais transformações, entretanto, não implicam obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais, mas possibilitam uma reelaboração de identidades sociais no campo com base no sentimento de pertencimento da localidade (CARNEIRO, 2007, p.73).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADUB. Katia Maria. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In FERREIRA, A.C (org.) **Encontros de História**. EDUNESP/FAPESP/ANPUH. São Paulo, 1999.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. [organizador Paulo Geiger]- Lexikon. Rio de Janeiro, 2011.

AURÉLIO. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3ª Ed., Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1993.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra, ponto de partida, ponto de chegada: um estudo de identidade do trabalhador rural na luta pela terra**. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara. Araraquara São Paulo, mimeo, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Ed. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2010.

9 Este conceito de *part-time farmer* foi trabalhado e analisado no artigo O Novo Rural Brasileiro (1997), e refere-se ao novo ator social consolidado no paradigma da sociedade “pós industrial”, que vê nestes novos atores características de pluriatividade, isto é, que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. Para o autor, as cidades estão cada vez mais parecidas com o campo e vice-versa. (SILVA, 1997,p. 4)

10 Idem, p.4.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Texto publicado nos **Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**. Natal, agosto, 1997.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. "Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa". In: **Sociedade e Cultura**, v 10, n 1, jan/jun 2007, p. 45-59.

MARTINS, José de Souza. A Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 6. Universidade de São Paulo. São Paulo 1969.

\_\_\_\_\_. **A luta pela terra**. Ed. Paulus. São Paulo, 1997.

MATOS, Odilon. **Café e Ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Pontes. Campinas, São Paulo, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual da História Oral**. 4ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.

MELO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, Fernando. **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONBEIG, Pierre. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Armand Colin, Paris, 1952. Tradução de Ilse Hildegard Haupt da Motta "Pioneiros e Plantadores de São Paulo" [s.l, s.n] [s.d].

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1994.

OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. **O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de São Paulo, mimeo, São Paulo, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a Razão Dualista**. O ornitorrinco. São Paulo. Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo. Ed. Unesp. Brasília. 2006

PARRILLA, Aline Franciele. **Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?**: a representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000) Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, mimeo, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Odirlei Dias. **No rádio e nas telas**: o rural da musica sertaneja de sucesso e sua versão cinematográfica. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus Marília, mimeo, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Campesinato Brasileiro**. Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2a edição. Vozes. Petrópolis, 1976.

\_\_\_\_\_. **Bairros Rurais Paulistas**. Dinâmica das relações bairro rural-cidade. Ed. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1973.

SILVA, Élen Angela. **A festa do encontro, festa dadivosa**: a trezena franciscana na região rural de Tabocas em Abaté/ MG. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências- UNESP- campus Marília, mimeo, 2014.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, vol.15 n. 34. São Paulo, sept./dec, 2001.

\_\_\_\_\_. O Novo rural brasileiro. Publicado na revista **Nova economia**, Belo Horizonte. 7(1): 43-81, (maio de 1997).

\_\_\_\_\_. O Rural Paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, 10(2), 1996.

SILVA, Luciana Meire. **O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 e 1930**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP campus Marília, mimeo, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 14a Ed. Record. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Sergio. **A expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. Editora Alfa Omega. São Paulo, 1976.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. **A Longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão**. Dissertação de Doutorado pelo Departamento de Geografia Humana –FFCH-USP, mimeo, São Paulo, 1999.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

VEIGA, José Eli. A Dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 12, n.1, p.71-94, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. Companhia de bolso, Rio de Janeiro, 1989.

YATSUDA, Enid. O Caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. Editora Ática, São Paulo, 1987.

# MST E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO BURGUEÊS

**Rafael de Almeida Andrade**

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - Marília) e integrante do Grupo de Pesquisa vinculado ao Cnpq "Organizações e Democracia", no qual é bolsista de iniciação científica da FAPESP. Email: rafinha\_fut9@hotmail.com

## RESUMO

O presente artigo pretende colocar em debate a atualidade do marxismo e de sua ontologia para a análise dialética do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e das relações de trabalho cooperativo adotadas pelo MST a partir do governo Lula, com a inserção de políticas públicas denominadas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No que se refere à produção e comercialização, é importante observar como se configura a luta e a resistência

dos assentados após a conquista da terra, através da cooperação (espontânea) e do cooperativismo (institucionalizado) como instrumentos para a construção de novas formas de organização do trabalho no meio rural. Dessa maneira, o estudo que se segue é uma análise dessas políticas públicas e de seu processo contraditório nos assentamentos rurais, tanto como forma de desmobilização, neutralização e institucionalização do movimento, quanto como de crescimento econômico das famílias assentadas.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo é parte de uma pesquisa maior financiada pela FAPESP e intitulada “Cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Centro-Oeste Paulista” que segue ainda em fase de construção. As problemáticas colocadas nessa pesquisa, dado o momento histórico em que vivemos - de avanço das forças produtivas, reestruturação e super-exploração do proletariado, trabalho infantil, miséria, desemprego estrutural e da contradição do trabalho imposta pelo grande capital -, trazem a pertinência deste artigo, dada à complexidade do assunto e a contraditoriedade a que se submete tal tema. Neste artigo nos debruçamos em dois pontos essenciais, em uma perspectiva dialética e de totalidade: compreender o movimento das relações de trabalho e do MST dentro de um complexo que se insere nas formas de luta de classe, bem como suas mediações.

Dessa forma temos como ponto de partida o desenvolvimento de dois eixos temáticos, que nos parecem ser os pontos estruturais da questão. Pretendemos apresentar aqui ainda, de forma embrionária, os questionamentos colocados sem resultados fechados. Vejamos os eixos temáticos do artigo:

1) O Estado burguês como reprodutor da desigualdade, bem como instrumento de repressão, dominação e neutralização dos movimentos sociais;

2) Cooperativismo e as Políticas de Compras Públicas - o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como forma de política pública e institucionalização das lutas dos movimentos camponeses implantados no governo Lula, com continuidade no governo Dilma.

### A ESSÊNCIA DO ESTADO BURGUES

A sociedade burguesa marca o surgimento de uma nova forma de relação entre os homens<sup>1</sup>, isto é, no modo de produção capitalista as relações sociais são antes

---

1 Homem aqui é usado no sentido de espécie humana

de tudo um instrumento de enriquecimento privado. Essa é a essência do individualismo burguês, inerente à sociabilidade permeada pelo capital. (LESSA; TONET, 2011)

[...] Aqui no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categoriais não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do existir, determinações da existência. (LUKÁCS, 1978, p 2-3)

Pois bem, dessa forma o capitalismo se desenvolveu como produto do trabalho humano. Os homens transformam a realidade por meio do trabalho, mas ao modificarem a base material os homens se modificam e se constroem ao mesmo tempo. O homem produz um ambiente cada vez mais desenvolvido e favorável para sua existência num processo bastante complexo de ideia (prévia-ideação) e causalidade que são dois objetos distintos da nossa consciência. Assim, cada ato humano possui uma ação de retorno sobre o indivíduo que o fez, e também sobre a sociedade, o que denominamos como a categoria de totalidade. (LESSA; TONET, 2011).

A necessidade histórica, entretanto, não é e nunca foi uma força *independente* da vontade dos homens. Os homens – os indivíduos – agem, cada um perseguindo seus próprios fins. As ações individuais, todavia, na medida em que alcançam repercussão na história coletiva não são puramente casuais, arbitrárias, porque partem de desafios concretos, objetivos, colocados pela situação material em que vivem os homens de cada época, de cada povo, de cada classe social. (KONDER, 2009, p 49, grifos do autor)

Desse modo, o processo de desenvolvimento dos homens é sempre contínuo, em uma constante absorção de novos conhecimentos derivados de objetivações passadas e de novas necessidades concretas. Assim, segundo Lessa e Tonet (2011), é por meio desse processo dialético que os homens desenvolvem suas forças produtivas.

O desenvolvimento das forças produtivas não acarreta uma evolução automática das formas de organização social e das relações de produção instituídas com base em um determinado estatuto de propriedade. O desenvolvimento das forças produtivas não gera, necessariamente, um equivalente de desenvolvimento social. Desta maneira, o capitalismo se desenvolve no seio de uma contradição permanente entre detentores de determinada forma de propriedade e não detentores espoliados. É o fenômeno da luta de classes. (KONDER, 2009)

O modo de produção capitalista, assim, lança à humanidade um período de

desenvolvimento das forças produtivas nunca antes presenciado na história. Essa sociedade capitalista, entretanto, é fundamentalmente uma sociedade alienada. O desenvolvimento das forças produtivas sob o capital significa a intensificação da capacidade dos homens produzirem cada vez mais e em menor tempo, mas na verdade as relações desumanas são ampliadas. O desenvolvimento tecnológico e a miséria são dois pólos indissociáveis do desenvolvimento do modo de produção capitalista. (LESSA; TONET, 2011)

Lessa e Tonet (2011) afirmam que esse desenvolvimento das forças produtivas está longe de ser harmônico. A forma individualista, privada, e de acumulação de riqueza, que caracteriza o capitalismo, faz com que esse pleno desenvolvimento seja apenas aproveitado pelas classes dominantes e negado aos trabalhadores. Essa sociabilidade gera, como colocamos anteriormente, uma permanente contradição, pois o desenvolvimento das forças produtivas significaria objetivamente que os homens trabalhariam menos e produziram mais. Se analisarmos de maneira lógica, isso acarretaria em maior tempo livre para os indivíduos, pois a produção aumentaria e o tempo necessário de produção cairia decorrente do salto tecnológico. Sabemos, no entanto, que isso não acontece. O que ocorre é uma maior exploração do trabalhador, pois como já declaramos acima, o que interessa para a burguesia é a riqueza pessoal, privada, e o aumento de lucro. Os resultados do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, a introdução de tecnologias avançadas gerou resultados cada vez mais perversos para a classe trabalhadora, como por exemplo, a crescente taxa de desemprego e conseqüentemente o aumento do “exército industrial de reserva”, que amplia a concorrência e a pressão entre os próprios trabalhadores. Os indivíduos entram em choque constante devido à ideologia burguesa que paira sobre a reprodução social, o que se explicita com o individualismo burguês e o egoísmo. Outro exemplo desse processo foi o aumento da jornada de trabalho em ritmos cada vez mais frenéticos, bem como a redução real dos salários impulsionada pela própria concorrência entre os trabalhadores. Assim, as contradições entre a produção social da riqueza em uma escala crescente de produtividade e a apropriação privada dela é a essência de uma sociedade burguesa madura e consolidada.

A essência antagônica que faz parte da vida cotidiana do capitalismo floresce, pois, apenas quando se vive em coletividade, pois podem os indivíduos acumular suas fortunas, e, como salienta os autores, “suas misérias, no caso dos trabalhadores” (LESSA; TONET, 2011, p 83). Dessa maneira, a vida coletiva, ou seja, essa sociedade fragmentada por interesses antagônicos de classes e também de cada indivíduo, se produz e se reproduz de forma a tirar proveito do outro. Para enriquecer deve-se

explorar o trabalho alheio. Os homens se constroem cotidianamente como imagem do capital, onde todas as relações sociais são permeadas pelo capital. Dessa forma, aquelas prévias-ideações, que eram antes pautadas em necessidades humanas, não existem mais. Agora, essas necessidades brotam da própria dinâmica de reprodução do capital, sempre sujeito aos interesses particulares da burguesia. (LESSA; TONET, 2011)

Para uma sociedade que é pautada na disputa entre os homens, e não na cooperação livre entre os indivíduos, o Estado se põe como instituição reguladora dos interesses de apropriação privada de classe, como afirmam os autores:

[...] para que essa disputa não degenerem em guerra civil, o que significaria desorganizar a produção e interromper a acumulação capitalista, é necessário que ela seja organizada de forma aceitável à reprodução capitalista. Uma dessas formas decisivas de organização dessa disputa segundo a necessidade do capitalismo é a democracia burguesa. (LESSA; TONET, 2011, p 83-84)

Qual é, então, o papel do Estado nesses múltiplos complexos que integram uma sociedade de classes? Em que momento a instituição Estado, que representava os ideais da Revolução Francesa em 1729, - de igualdade, liberdade e fraternidade -, entra no processo de expropriação crescente do trabalhador?

#### A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Segundo Sampaio Jr (2013), a raiz das desigualdades sociais no Brasil, caracterizando essa sociedade como uma das mais injustas do mundo, dá-se pela estreita relação entre concentração da propriedade fundiária e o enorme contingente de desempregados, formando um gigantesco exército industrial de reserva permanentemente marginalizado do mercado de trabalho. Dessa forma, o bloqueio do acesso à propriedade da terra impossibilita a organização de um mercado de trabalho baseado em uma correlação de força equilibrada entre capital e trabalho.

O latifúndio brasileiro constitui-se, em última instância, como a base social e territorial, exercendo também o seu controle sobre o Estado. Esse é um dos elementos estratégicos de que a burguesia brasileira dispõe, através da monopolização da produção e conseqüentemente dos excedentes econômicos que determinam seu poder político. Desse modo, a reforma agrária é um elemento estratégico de luta do povo brasileiro, para que possa suprimir as relações internas e externas responsáveis pela articulação de um regime burguês e um capitalismo selvagem. Assim, a tarefa primordial da reforma agrária é romper com a propriedade privada

dos meios de produção, isto é, do monopólio de terras, criando condições objetivas e subjetivas para que o campesinato possa dispor em condições de relativa igualdade dos produtos do desenvolvimento das forças produtivas. (SAMPAIO JR, 2013)

A forma que caracteriza o latifúndio brasileiro é parte fundante do padrão de acumulação e do padrão de dominação do capitalismo dependente. O desequilíbrio entre capital-trabalho é a premissa fundamental da superexploração do trabalho. A correlação de forças entre proprietários e não proprietários é o pilar estrutural que sustenta o Estado autocrático burguês. (SAMPAIO JR, 2013)

O problema da democratização da terra é, portanto, um problema que afeta o conjunto da burguesia brasileira e não pode ser dissociado dos condicionantes mais gerais que determinam o desenvolvimento capitalista. [...] A reforma agrária polariza a luta de classes entre dois polos opostos: de um lado, o latifúndio e seus aliados incondicionais – as burguesias brasileiras, o imperialismo e todos os segmentos da pequena burguesia que se beneficiam de privilégios aberrantes; do outro, os pequenos proprietários, os arrendatários pobres, os posseiros, os trabalhadores assalariados, os trabalhadores temporários, os sem-terra, enfim, todos os homens do campo que vivem de seu próprio trabalho e seus aliados – os trabalhadores urbanos, empregados e desempregados. Em suma, a luta pela terra é um problema de classe. (SAMPAIO JR, 2013, p 204)

Dessa forma podemos dizer que o Estado é a expressão máxima dos interesses da própria burguesia. O Estado faz da reforma agrária uma política de assentamentos. Essas políticas não têm o mínimo interesse em romper com tais estruturas historicamente criadas e socialmente aceitas. O monopólio das terras e a superexploração do trabalho se naturalizaram, deixando de serem problemas históricos para tornarem-se problemas conjunturais, que teriam como premissa respostas meramente “reformistas”, uma vez que uma reforma agrária, isto é, o rompimento com uma sociabilidade pré-estabelecida, comprometeria irremediavelmente qualquer possibilidade de um capitalismo fundamentado na exploração do trabalho (SAMPAIO JR, 2013)

O Brasil apresenta uma das maiores taxas de concentração latifundiária do mundo. Essa taxa tende a aumentar, pois o Brasil ainda possui uma imensa reserva de terras públicas no Cerrado e na Amazônia que não foram incorporadas ao sistema produtivo capitalista. Durante os governos FHC e Lula a concentração latifundiária continuou a crescer. A distribuição de terras para o latifúndio seguiu crescendo enquanto as terras de assentamentos seguiram estáticas ou em decréscimo. Segundo Christoffoli (2012), esse movimento de grandes concessões de terras para o latifúndio brasileiro se deu pelo processo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro,

com a internacionalização dos financiamentos e a apropriação dos excedentes pelo capital financeiro por meio da venda de *commodities* (matéria prima). Ao revitalizar o agronegócio como força motriz do padrão de acumulação capitalista, o campo brasileiro foi ajustado aos imperativos da ordem global, o que reforçou o papel do latifúndio como base material do capitalismo dependente. Assim, o agronegócio atingiu um novo patamar de exploração do território, intensificando a agricultura itinerante e, tendo como uma de suas consequências, a abertura de novas frentes de expansão do latifúndio. Essa modernização indiscriminada sob o patrocínio de grandes multinacionais que monopolizam e controlam todo o pacote técnico e biotécnico da exploração do campo pelo capital, implica a eliminação de grande contingente de trabalhadores no campo. (SAMPAIO JR, 2013)

Dessa forma, o novo contexto histórico-estrutural levou a uma elevação dos antagonismos entre o latifúndio e os pequenos e médios proprietários, arrendatários, posseiros e trabalhadores sem-terra. Ao elevar a subordinação da agricultura brasileira aos interesses do capital financeiro, forma-se um novo processo que combina a reconcentração de terras, o maior controle direto ou indireto do imperialismo internacional sobre a exploração agrícola, novas formas de grilagem de terras e a superexploração do trabalho (SAMPAIO JR, 2013).

Nesse sentido, dá-se a importância do MST e de seu surgimento, em um período de avanço do neoliberalismo no país - que ganha impulso nos anos 1980 e 1990 -, dando nova materialidade ao meio rural por meio da conquista de terras e da formação de assentamentos por todo o país. A contradição é que essa massa de assentados se constitui de forma social e materialmente precária. Isso ocorre devido não a uma reforma agrária, mas às políticas sociais ou políticas de assentamentos rurais, uma vez que a reforma agrária se constituiria por meio de uma mudança estrutural na sociedade, que romperia com a soberania do capital sobre a terra. Essas políticas sociais pontuais de criação de assentamentos são apenas respostas às pressões sociais por meio do MST. (CHRISTOFFOLLI, 2012)

O conservadorismo e a não assistência aos assentados fez com que o movimento criasse vários mecanismos para tentar obter alguns benefícios. A luta foi encaminhada de duas formas: através do ativismo, indo para as ruas e pressionando o governo, e da capacitação de seu quadro com qualificação técnica, formação política e ideológica, onde o movimento começou a se autnutrir, melhorando suas capacidades de organização com as já experiências acumuladas e melhorando a criatividade e estratégia do próprio movimento. (CARTER, 2008)

Segundo Chirstoffolli (2012), no governo FHC a repressão contra os

movimentos sociais foi duríssima, com o assassinato de centenas de trabalhadores rurais e com bloqueio da reforma agrária (ou seriam políticas sociais de assentamentos?). Fernando Henrique foi pontual na criminalização da luta pela reforma agrária em uma série de medidas para desmobilização do campesinato. Programas como o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) foram desmantelados, restringindo os recursos que irrigavam os assentamentos e davam força política ao MST. Já no governo Lula se reacendeu a chama da esperança. Segundo o autor, cerca de 200 mil famílias sem-terra partiram para a ocupação de latifúndios só nos primeiros meses do governo. A esperança, no entanto, logo se foi. A classe trabalhadora e a luta pela reforma agrária tomou um grande banho de água fria. Nos oito anos de governo petista (e nos outros quatro que viriam de Dilma até o golpe) a questão agrária foi “jogada para escanteio”, com a política de reconciliação de classe levada adiante pelo governo petista, isto é, de aliança com setores da burguesia industrial, latifundiária e financeira, que fazia parte da composição ministerial de Lula e Dilma.

A conquista de assentamentos se dá, portanto, como resposta ao tensionamento social causado pela luta e sofrimento de centenas de milhares de famílias espalhadas por ocupações de terra e acampamentos nas beiras das estradas do país, mas não altera fundamentalmente o status quo no campo brasileiro. (CHRISTOFFOLLI, 2012, p 125)

Nesse sentido, o autor ainda ressalta que o desenvolvimento dos assentamentos, ou seja, das forças produtivas, demandariam ações por parte do Estado, como a transferência patrimonial para esses setores reformados e um amplo programa de desenvolvimento rural com bases distintas do modelo dominante da agricultura brasileira.

Nessa conjuntura em que se encontra o país, a reforma agrária se encontra impossibilitada de avanços. Um dos grandes problemas é a dimensão territorial do Brasil, e o outro está relacionado às áreas remotas com pouca possibilidade de desenvolvimento econômico, onde se encontram os assentamentos. Em outras palavras, os assentamentos estão em áreas de pouca ou nenhuma possibilidade de circulação das mercadorias. Esse é o grande dilema dos assentamentos no Brasil, pois a criação dos mesmos sempre se deu historicamente em áreas marginais, de baixa produtividade e distante dos centros de consumo. (CHRISTOFFOLLI, 2012)

Isso se dá, como dissemos anteriormente, pelo conservadorismo agrário que impossibilita a reforma agrária e as poucas medidas de políticas de assentamentos, restritas em seu alcance. Essa reforma vem para tentar acalmar os conflitos rurais e

não para romper com a estrutura social, tornando a reforma agrária pontos isolados e marginalizados, de maneira que não alteram de modo algum a estrutura fundiária existente. (CARTER, 2008)

O cooperativismo surge no MST em um período de repressão aos movimentos sociais e de estagnação das políticas públicas para os assentamentos. Dessa forma, o movimento passou a entender o assentamento como extensão da luta pela terra, direcionando os esforços para a organização e a administração dos assentamentos. O MST via na cooperação a principal saída para a organização do trabalho e para a viabilização econômica da produção. Segundo o autor, essa concepção de organização foi fundamentada nas concepções kautskianas, o que culminou na criação de diversas cooperativas pelo país. O cooperativismo adotado pelo movimento pressupunha a construção de uma nova relação de trabalho, suprimindo as formas tradicionais da exploração capitalista e construindo uma nova sociabilidade pautada no coletivismo para a viabilização econômica dos assentamentos. (BORGES, 2010)

Ele ainda afirma que o cooperativismo do MST estava alicerçado na produção em larga escala, para uma inserção no mercado capitalista por meio da concorrência com os grandes proprietários de terras. Assim, o cooperativismo estava pautado em uma organização político-organizacional orientada para a minimização da pobreza no campo, bem como para o rompimento das antigas relações de trabalho.

O MST sempre esteve ciente das dificuldades que seria estabelecer um assentamento dentro do capitalismo, onde deveria achar soluções para a manutenção das milhares de famílias em níveis elevados de miséria e também para barrar a apropriação por parte do capital, centralizando as pequenas unidades de produção em uma reconcentração de terras (o que significa que a reforma agrária sem uma crítica feroz à estrutura do capital torna-se apenas a fragmentação da grande propriedade privada em pequenas propriedades privadas). O MST viu na cooperação uma forma defensiva contra o avanço do capital, permitindo minimizar a pobreza e, em áreas próximas a centros urbanos, entrar na disputa contra a pequena burguesia agrária e pequenos agricultores, isto é, o MST via na cooperação a saída para os dilemas enfrentados após a conquista da terra e para a formação de uma nova sociabilidade pautada no socialismo. (CHRISTOFFOLLI, 2012)

#### **COOPERAÇÃO, COOPERATIVISMO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMERCIALIZAÇÃO**

Nesse momento já pudemos constatar os limites de uma reforma agrária conservadora, isto é, de políticas de assentamentos dentro de um Estado burguês, fundamentado na monopolização da terra e na exploração do trabalho. Dessa forma, os poucos assentamentos criados são feitos para não darem certo e fragmentar a luta

popular do MST pela reforma agrária. Os assentamentos em sua grande maioria são constituídos em lugares a esmo, sem o mínimo de infraestrutura e políticas públicas básicas, como água, energia, saneamento, saúde e educação. Nesse sentido, a constituição de um assentamento não é o final da luta, mas apenas o começo dela.

As cooperativas significam uma ampliação das capacidades de sobrevivência, isto é, juntar pequenas forças em uma grande força. Elas trazem crescimento econômico, renda monetária direta ou indireta e diminuição nos custos de produção. Por outro lado, as cooperativas explicitam para nós a diversidade sociocultural e a heterogeneidade de trabalho e de vida, nos mostrando ainda a predominância dos valores individualistas na sociedade burguesa. Fora do trabalho, contudo, no cotidiano das famílias, a cooperação espontânea dá continuidade ao movimento político. A cooperação entre vizinhos e familiares forma redes de convivência que favorecem a resistência e a permanência dentro dos assentamentos. (SCOPINHO, 2007)

Dessa forma, a cooperação se manifesta na vida cotidiana das pessoas e nos evidencia uma tendência dos assentados em refutar as cooperativas como forma organizacional do assentamento, ocorrendo, assim, uma fuga da institucionalização sob a alegação de uma burocratização e da retirada de autonomia dos trabalhadores rurais. Scopinho (2007) nos traz uma reflexão sobre o associativismo institucionalizado como forma de o Estado controlar e legalizar os assentamentos.

O cooperativismo tem sido visto como mecanismo de modernização da agricultura, crescimento econômico e mudança social. Outro olhar sobre o assunto, no entanto, nos mostra o duplo caráter que o cooperativismo pode assumir: tanto de transformação social, quanto de agravamento da exploração capitalista, como meio de acumulação de capital. Assim, o cooperativismo pode adotar tanto uma ideologia conservadora, quanto uma ideologia transformadora das relações sociais. Essa distinção vai depender do tempo histórico em que elas aparecem e também de uma análise dialética dos complexos da sociedade (SCOPINHO, 2007). Estudos da década de 70 e 80, que coincidem com a “modernização” da agricultura sob a política da revolução verde, mostram-nos como as cooperativas foram usadas para favorecer os grandes proprietários, minimizando os fatores de descapitalização. De outro lado, as cooperativas transformadoras, isto é, de experiências autônomas que se constituem para superar as dificuldades econômicas e políticas, explicitam-nos a contradição do tema. (SCOPINHO, 2007)

Podemos, então, fazer uma distinção entre a cooperação e cooperativismo (institucionalizado). Nesse momento, ainda seguimos em correspondência com a

autora, mas acrescentamos ao cooperativismo (institucionalizado) o despotismo, para caracterizar as cooperativas criadas nos assentamentos por meio das políticas públicas do Estado (SCOPINHO, 2007). O que colocamos aqui como políticas públicas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No início do governo Lula, os assentamentos ganharam um novo fôlego, criando-se medidas pontuais de reconstituição de programas de apoio aos assentados (cabe salientar que essas medidas eram pontuais e não estruturais). No governo Lula se implementou o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), consolidando-se políticas públicas de compra de alimentos da agricultura familiar e da reforma agrária. Essa experiência, segundo Christoffolli (2012), é limitada, porém, sinaliza um tipo de política pública que estimula a cooperação e um modelo produtivo diversificado e agroecológico.

Nesse sentido, o PAA e o PNAE incorporam mecanismos que direcionam parte do poder de compra do Estado para segmentos da agricultura familiar e reforma agrária, através de procedimentos desburocratizados e descentralizados, direcionando importantes recursos públicos para a compra de produto do campesinato. Com isso, afirma o autor, houve uma dinamização e um fortalecimento do campesinato que até então se encontrava marginalizado do mercado. (CHRISTOFFOLLI, 2012)

O autor coloca um estímulo à cooperação, mas de que cooperação estamos falando? O PAA e PNAE são políticas públicas que estimulam um cooperativismo institucionalizado despótico, isto é, um cooperativismo impositivo por parte do Estado. Como falamos anteriormente, com uma reforma agrária conservadora, que não muda as bases de sociabilidade e faz dos assentamentos pontos marginalizados no circuito de comércio e zonas de miséria, é impossível a organização de uma produção autônoma e auto-organizada. Os assentamentos automaticamente se submetem à lógica do Estado - lembrando sempre que estamos falando de um Estado classista.

Desde o início do governo Lula, em 2013, um novo tema foi colocado em debate: o das políticas públicas de desenvolvimento rural, e a construção de mercados institucionais para o campesinato. O PAA foi criado em 2003, como parte do programa Fome Zero. O PAA articula a compra, por parte do Estado, de alimentos produzidos pelos pequenos agricultores e assentados (SMITH; GRISA, 2003, p 233 apud DELGADO, CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2005). O Estado compra esses alimentos com a dispensa da burocracia de licitações, e esses alimentos são

distribuídos para pessoas em situação de vulnerabilidade social, escolas públicas, instituições de assistência social etc.

[...] o PAA possibilita: (i) o estímulo a redes locais de produção e distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar para populações em insegurança alimentar; (ii) a regulação de preços por meio da compra de produtos específicos destinados à formação de estoques públicos; (iii) a aquisição de alimentos e formação de estoques pelas próprias organizações sociais (associações e cooperativas), visando sustentação de preços e agregação de valor; (iv) a compra e doação de leite a famílias em situação de vulnerabilidade social por meio de um circuito público de distribuição; e (v) o abastecimento de hospitais, presídios, restaurantes universitários e outros estabelecimentos públicos com produtos da agricultura familiar. (SMITH; GRISA, 2003, p 234)

O PNAE é uma das políticas públicas com uma longa trajetória. Suas raízes estão na campanha de merenda escolar de 1955 e sua institucionalização se deu em 1979. O PNAE, como conhecemos hoje, teve seu início em 2009, a partir da lei nº 11.947 de 16 de junho. Por meio dela, o governo federal juntou a alimentação escolar do ensino médio e a educação de jovens e adultos com a agricultura camponesa local e regional. O repasse mínimo era de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as secretarias estaduais de educação e prefeituras para a aquisição de alimentos produzidos diretamente pelos pequenos agricultores e assentados. (SMITH; GRISA, 2003)

Trata-se da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o atendimento da alimentação das escolas públicas. Essa mudança veio a somar na construção de mercados institucionais para a agricultura familiar, contribuindo igualmente na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil. (SMITH; GRISA, 2003, p 235)

As autoras ainda ressaltam que tais relações entre Estado e sociedade - a instituição de políticas públicas -, não são meros instrumentos neutros, mas portam valores de determinada classe e de concepções sobre a resolução de tais problemas, enquadrando e nutrindo um tipo de interação social.

Um dos dirigentes do MST ressaltou que essas políticas públicas são também resultado das lutas dos movimentos sociais por meio da pressão social, mas essas políticas públicas têm limites, pois, por mais importante que sejam, elas são totalmente desproporcionais aos incentivos para as grandes corporações agroindustriais. Dessa maneira, para resolver os problemas e mudar a lógica de produção, seria preciso uma ampla reforma agrária, criando empregos no campo e mudando as relações de trabalho, pois com um Estado burguês, a produção camponesa é

absorvida pelo modelo de produção de *commodities* (MST, 2014).

Assim, o Estado realiza tarefas necessárias para a perpetuação da acumulação e reprodução do capital. Essas tarefas são definidas e orientadas pelas diferentes frações burguesas que fazem parte do poder estatal: burguesia industrial, burguesia fundiária e a burguesia financeira. (NOVAES, 2015)

Tais políticas públicas têm um forte componente ideológico, e se apresentam como uma alternativa capaz de superar a alienação capitalista e até mesmo a exploração do trabalho, promovendo uma manipulação ideológica como forma de garantia do consentimento e da legitimação. Os valores humanistas e morais a que tais políticas públicas estão vinculadas seduzem a tal ponto que a crítica da realidade se torna prejudicada. (CARVALHO, 2014)

Dessa forma, as políticas públicas implementadas pelo governo Lula e levadas adiante no governo Dilma fazem parte de um projeto político-ideológico de institucionalização e passivação da luta pela reforma agrária, criando o aumento de renda ao mesmo tempo em que estagna a luta pela terra. Isso faz parte de um projeto político pautado no aumento produtivo de *commodities*, ampliando a inserção do Brasil em um capitalismo global e dependente, com a manutenção da superexploração do trabalho, assim como a indução alienante das classes pobres a bens de consumo. Segundo Novaes (2015), as políticas públicas são em sua maioria ínfimas e marginais, ou seja, essas políticas são feitas de tal maneira a contribuir com as condições gerais de produção e reprodução do capital financeiro.

Assim, tais políticas públicas de certa forma incentivam o cooperativismo (institucionalizado) e o associativismo dos trabalhadores, fazendo parte de um projeto político-ideológico funcional à atual fase do capital financeirizado. Tais empreendimentos atuam na franja do modo de produção dominado pelas grandes corporações transnacionais. O projeto de governo Lula-Dilma está alicerçado na reprodução do capital financeiro, expropriação das riquezas nacionais e na implementação de programas sociais tópicos, isto é, políticas sociais pontuais para amortecer a miséria e evitar ou minimizar os conflitos sociais. (NOVAES, 2015)

De certa forma desde os períodos anteriores a ditadura-burgo-militar, as cooperativas agrícolas já eram utilizadas pelo Estado como instrumento de modernização capitalista no meio rural, como estrutura para as condições sociais de implementação da chamada “revolução verde”. Assim, muitas corporações cooperativas agrícolas cresceram utilizando-se de mão-de-obra camponesa para obtenção de apoio estatal, momento em que o processo de acumulação e expropriação via cooperativas se deu juntamente com a expulsão dos camponeses do meio rural

pela expansão das áreas de produção do latifúndio modernizado e já incorporado à produção e exportação de commodities. (NOVAES, 2015; NOVAES; CHRISTOFFOLLI 2014)

Podemos ver o embrião do atual modelo produtivo, baseado na destruição dos recursos naturais, uso indiscriminado de transgênicos e agrotóxicos, tendo seu início na implementação do cooperativismo como “braço” do Estado burguês e do capital industrial nos anos da ditadura-burgo-militar. Essa mesma estrutura foi utilizada pelo governo Lula, com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP), o que caracterizaria as políticas do PT como políticas liberais, ao assumir uma aliança com o capital agrário produtor de commodities. (NOVAES, 2015)

Por fim, nessa complexa relação entre Estado, políticas públicas e movimentos sociais, o governo petista abandonou qualquer iniciativa pela reforma agrária, adotando um discurso ideológico e retórico de qualificação e melhoria gradual dos assentamentos já conquistados por meio de muita pressão social, bem como o sucateamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O PT não fez a reforma agrária, nem em quantidade, muito menos em qualidade, e vem de forma crescente entregando as políticas para os setores latifundiários que barram qualquer avanço progressista de políticas sociais estruturantes no Brasil. (NOVAES, 2015)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o Estado é essencialmente constituído de forma a privilegiar os interesses das classes proprietárias. Dessa forma, o Estado capitalista afirma de modo abstrato a igualdade dos indivíduos por meio da esfera jurídica e política, com o objetivo de legitimar a dominação burguesa sobre os trabalhadores. No Brasil, esse poder da burguesia sobre o Estado se dá pela concentração da propriedade fundiária, formando um grande contingente de desempregados. O latifúndio se constitui como base social e territorial do país, o que caracteriza o seu controle sobre o Estado. A luta pela reforma agrária, assim, deve ser uma luta de todos os trabalhadores, para suprimir a sociabilidade existente e pautada na propriedade privada e na exploração do homem pelo próprio homem. O PAA e o PNAE se constituem como políticas públicas contraditórias no meio rural, pois ao mesmo tempo em que promovem a inserção de famílias em um mercado consumidor, fazendo com que se eleve a renda dos assentamentos, tais políticas públicas se internalizam dentro dos movimentos sociais de forma ideológica, promovendo uma estagnação da luta pela

terra e uma acomodação das famílias para romper com o que é central na questão agrária: a propriedade privada e o monopólio da terra. Tais políticas públicas tiram dos movimentos sociais a autonomia de articulação e de criação de suas cooperativas.

As experiências de trabalhos autogeridos como cooperativas, fábricas recuperadas, associações de produtores etc., não podem ser tomadas *a priori*, ou seja, o que vai definir se tais experiências são ou não são mecanismo da lógica de acumulação capitalista serão, justamente, seus referenciais teóricos e ideológicos, bem como a sua inserção em uma luta anti-capital mais ampla. Dessa forma, Carvalho (2014) alerta para a apropriação por parte do capital de formas não industriais de produção como o trabalho escravo, doméstico, cooperativo etc. Ainda assim, ressalta que tais experiências anticapital ainda dependem do mercado capitalista. O que determinam essas experiências, ainda que nas atuais condições adversas, são a sua capacidade de resistência e a mobilização dos trabalhadores em torno de novas formas e práticas de sociabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Juliano. L. Bases históricas do cooperativismo no MST. **Revista fatos & versões**, 2010, nº3, v 2. p 157-173.

CARTER, Miguel. A luta na terra: Fonte de crescimento, inovação e desafios constantes ao MST. In: \_\_\_\_\_. (Org) **Combatendo A Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária No Brasil**, São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 287-330.

CARVALHO, Keila L. Para além da Política Pública: reflexões em torno de uma experiência de Economia Solidária. Campinas: **Revista Idéias**, n. 9, nova série, 12º semestre 2014, p. 217-236.

\_\_\_\_\_. **Autogestão do conceito alternativo à economia solidária em tempos de “fim de alternativas”**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 194f, 2011.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: BENINI, Edi; FARIAS, Maurício Sardá; NOVAES, Henrique Tahan; DAGNINO, Renato (Org). **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária**, volume II, São Paulo, Outras Expressões,

2012, p. 121-152.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. São Paulo: **Revista Temas**, v4, p 1-19, 1978.

MARX, Karl. Emancipação política e emancipação humana. In: NETTO, José Paulo (Org). **O leitor de Marx**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012, p. 49-72.

MST ORGANIZAÇÃO. **MST considera 2013 o pior ano para a reforma agrária**. Página eletrônica [São Paulo], 7 de Janeiro de 2014. Disponível em: <[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6975:mst-considera-2013-o-pior-ano-para-a-reforma-agraria&catid=1:popular](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6975:mst-considera-2013-o-pior-ano-para-a-reforma-agraria&catid=1:popular)>, acesso em dezembro de 2016.

NOVAES, Henrique. Os limites das políticas públicas de economia solidária diante da ofensiva do capital financeiro: notas sobre o Brasil e outros países da América do Sul. IPEA, **Mercado de Trabalho**, São Paulo, n 58, p 81-89, 2015.

NOVAES, Henrique; PIRES, João; SILVA, Douglas. Cooperação e cooperativismo do MST de São Paulo: uma análise das ações do Estado capitalista que bloqueiam o potencial educativo do trabalho associado In: NOVAES, H. T.; PIRES, J.H.; MAZIN, A. D. (orgs.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**, volume 2, São Paulo: Outras expressões, 2015, p. 99- 134.

SAMPAIO JR, Plínio de A. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, João P (Org). **A questão agrária no Brasil**, volume 8, São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189- 240.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicol. Soc.** [online]. 2007, vol.19, p. 84-94.

# RESENHAS



# O MOVIMENTO PUNK NA CIDADE DO RIO: IMPRESSÕES METODOLÓGICAS DA ETNOGRAFIA URBANA

**Henrique Almeida Forini**

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: [forini.henrique@gmail.com](mailto:forini.henrique@gmail.com)

**CAIAFA, JANICE. O MOVIMENTO PUNK NA CIDADE DO RIO: A INVASÃO DO BANDO SUB. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1985.**

Esta resenha crítica tem como objetivo discutir questões de cunho etnográfico, à luz dos diferentes métodos empregados durante a análise da obra *O movimento punk na cidade: a invasão do bando sub*<sup>1</sup>, da antropóloga Janice Caiafa. O presente texto, então, apresenta primeiramente um panorama geral do objeto de pesquisa (o movimento punk), para posteriormente partir para uma análise mais focada no movimento punk do Rio de Janeiro e na metodologia utilizada pela pesquisadora. Por fim, a discussão se voltará para uma ponderação do trabalho como um todo.

Como produto da dissertação de mestrado da autora, a obra em análise traz uma investigação, como o próprio nome já revela, sobre a organização do Movimento Punk. Caiafa o faz de uma maneira minuciosa em capítulos que tratam dos espaços frequentados pelos punks, do comportamento desse grupo social, e de sua abordagem metodológica. Em *Notas sobre o movimento* – trecho da obra que funciona como capítulo introdutório – a autora delinea o seu corpus ao contextualizar o movimento.

O punk, não somente como estilo musical, mas também um modo de vida, surgiu com as bandas inglesas nos anos de 1976/77. Com o som simples e rápido, o punk ficou marcado pela atitude musical e política. Bandas como Sex Pistols possuíam letras agressivas que faziam denúncias políticas, o que levou o rock a se apoiar em um novo tipo de plateia – participante e com um visual contundente. Tal fenômeno causou um impacto tão grande que influenciou outras bandas a produzirem esse “desconcerto”. The Clash, The Damned, The Jam, Eddie and the Hot Rods, The Vibrators, foram algumas bandas que sacudiram o cenário do rock Europeu e mundial durante muito tempo.

É importante ressaltar que o punk apareceu no momento em que as bandas de rock expressavam toda sua complexidade musical e material, desde a elaboração das músicas (os rifss, ritmos e solos) até os equipamentos mais sofisticados. As variantes do rock, como o hard rock e o heavy metal, eram vistas como o produto de muitos

---

1 Essa obra é considerada uma das referências para muitos trabalhos sobre o movimento punk, e outros grupos urbanos marginalizados Assim, autor da presente resenha achou relevante fazer uma análise da obra, principalmente no que diz respeito às teorias e métodos.

anos de trabalho e dinheiro investido, e ficaram marcadas tanto pela estética como pelo som. Tendo em vista que o rock tinha e ainda tem alcance internacional, proporcionando o contato com diferentes ritmos, causando modificações do equilíbrio anterior<sup>2</sup>, e com um potencial de inserir algo novo em diferentes culturas, o ritmo articulava uma língua universal, tornando-se, portanto, um princípio político em si.

No entanto, o rock passou a perder sua função política. Com o passar dos anos o ritmo se encontrou entregue a uma situação de comércio, banalizando-se ao se tornar mera mercadoria e uma moda pronta para o consumo. Foi a partir deste contexto que o punk conseguiu resgatar uma força política do rock, pois trazia consigo não somente um “som”, mas uma intervenção no cenário musical, através das letras e atitudes. A autora exemplifica, “e enquanto as estrelas do rock privavam os reis (é quando o rock perde sua força de contestação), Jonhny Rotten aparece com dentes estragados (e seu vulto frágil) – uma atuação que contaria com essas desvantagens para agir” (CAIAFA, 1985, p. 9).

A cidade do Rio de Janeiro é o laboratório social utilizado por Janice Caiafa para compreender a organização do Movimento Punk. Ela afirma que o movimento apareceu concomitantemente à reativação do rock na cidade, e que a partir daí muitas bandas se formaram e casas de rock encontravam-se abertas a esse ritmo. A Lapa e a Cinelândia são alguns dos locais investigados pela pesquisadora, dado que ela observa que esses polos sociais funcionam tanto como um ponto de encontro como um ponto de “atrito”, devido aos enfrentamentos entre os grupos que nesses locais se entrecruzavam, como os punks, os trabalhadores, os camelôs, os “boys”, entre outros.

Ao utilizar alguns métodos muito habituais à pesquisa antropológica, como a etnografia e a observação participante, a pesquisadora consegue elaborar relatos extremamente detalhados dos locais onde os punks se encontravam, como os subúrbios da cidade, os shows e as ruas marcadas pelos encontros – os denominados *points*. A estética do movimento também foi levada em consideração pela autora. Em sua obra há uma descrição, por exemplo, do visual dos integrantes do movimento, a saber: roupas negras cheias de pregos e pinos, cabelos coloridos com corte moicano, às vezes um jeans acompanhado de cintos e coleiras de couro, botons de bandas como “Black Flag”, “The Exploited”, “UK Subs”. Portanto, ela certifica que:

Os punks são jovens entre 15 e 22 anos que se deslocam em bando e não é difícil perceber que estão juntos e algo os une. Não só o visual mas a

2 Esse argumento refere-se ao impacto causado pelo movimento punk dentro de um cenário fortemente assinalado por outros gêneros musicais como o hard rock, heavy metal, etc.

atitude; eles têm a inquietude e a dispersão dos grupos sem líder; quando caminham eles se propagam, o bando se expande pelas ruas sem gregarismo, mantendo contundo a mesma maneira de enfrentar as coisas e as pessoas, num atrevimento tranquilo e sem revide (CAIAFA, 1985, p. 14).

O *point* relatado pela pesquisadora em diversos momentos não é considerado um lugar fixo, mas um local de reunião que pode variar constantemente. Por exemplo, ocasionalmente as reuniões ocorriam na Cinelândia às sextas-feiras, sucedidas por shows de punk rock. Nota-se, portanto, que a partir de aplicações metodológicas, Caiafa faz descrições fundamentais dos acontecimentos que envolvem o grupo, construindo assim um mapa urbano. Segundo ela, “aonde os punks iam, por onde passavam – isso dava um mapa” (CAIAFA, 1985, p. 16).

Desse modo, é possível depreender a necessidade da metodologia etnográfica para analisar este grupo social. Tendo em vista que eles são praticamente um fenômeno urbano, a antropóloga utiliza dos métodos descritivos para organizar as informações e seus detalhes. Compreender os punks permite levantar diversas questões a respeito da sociedade moderna e industrializada, dado que esse movimento é estigmatizado por ser uma subcultura imersa em seu contexto social. Em vista disso, métodos, como os abordados pela Escola de Chicago, são referências para a Antropologia Urbana. Isso acontece, pois tais métodos exploram procedimentos de pesquisa realizados entre categorias sociais marginalizadas, delinquentes e rebeldes, que por conta de tal realidade buscam criar sua própria maneira de se organizar, interpretar e interagir no mundo em que vivem. Assim, a autora relata “o cansaço urbano que via neles, sua movimentação em quase fúria, sua inquietude me colocavam no encaçado da cidade, a me perguntar como funcionaria esse bando. A invasão já havia começado” (CAIAFA, 1985, p. 15).

A antropóloga recorre a alguns textos filosóficos ao passo que emergem diversas questões: qual a relação entre a atitude punk com a música? O que faziam os punks? O subúrbio? A violência? O protesto? O visual? Dessa maneira, ao problematizar tais questões, Caiafa menciona como Michel Foucault trata as questões simbólicas para compreender esse movimento, afirmando que não existe símbolo primário, passivo, a espera do esclarecimento, mas sim a interpretação de outros símbolos. O movimento de interpretação se fundamenta no apoderar-se de uma resistência, ou seja, são interpretações de interpretações. Portanto, o que existe são produções de diferentes tipos e com diferentes efeitos (CAIAFA, 1985). Em suma, os punks criaram e criam um modo de vida que se baseia na percepção que eles têm da sociedade e deles mesmos como um coletivo, que por fim produz e reproduz a

própria cultura através do seu cotidiano.

A metodologia empregada por Janice Caiafa baseia-se na observação e registro dos fatos. Entretanto, ela também participou de muitos dos acontecimentos (às vezes de maneira tímida) que relata em seu trabalho. O contato criado com membros do movimento, como com Lucio Punk e Flávio, por exemplo, foi muito significativo, pois ambos contaram a ela toda a história do movimento na cidade do Rio antes da chegada da pesquisadora. No entanto, durante o diálogo com os punks, ela percebe um uso específico das palavras, e que segundo a antropóloga, só pode ser entendido junto a todos os movimentos realizados pelo bando, o que incluía a dança, a música, o visual e os gestos. Desse modo, abordando como uma observação metodológica, o interacionismo simbólico<sup>3</sup> traz concepções relevantes para compreender os diversos comportamentos e linguagens utilizadas pelos punks, uma vez que as palavras são símbolos usados pelos indivíduos para estabelecer comunicações, e tais símbolos fazem parte de um processo de construção social, podendo ser ressignificados conforme a interpretação da situação. Afirma Blumer (1977, p. 39):

Devem-se também observar as condições em que atuam tais autores. A primeira condição a preencher é que a ação se desdobre em função da situação. Qualquer que seja o ator – um indivíduo, uma família, uma escola, uma igreja, uma empresa, um sindicato, um parlamento etc. – toda ação particular é formada em função da situação em que se situa. Isto leva a tomar em consideração a segunda condição importante, a saber, que a ação é concebida ou construída, interpretando a situação.

Entretanto, a pesquisadora também busca outras fontes, como artigos de revistas para ter uma perspectiva mais ampla sobre o movimento, afirmando ter encontrado uma visão muito negativa a respeito do punk, o qual aparece como o produto de uma crise econômica, resultado da negligência dos governos. A autora menciona:

Por exemplo, o artigo da revista Time de outubro de 83, “The tribes of Britain”, em que as tribos aparecem como resultado de um fracasso das instituições em assimilarem a juventude, produzindo *uma geração de jovens alienados que se voltou pra o tribalismo a fim de dar sentido às suas vidas* (24 de outubro de 1983, p.31). Nesse mesmo artigo, as “tribos” aparecem retratadas como tipos ou categorias: os “punks”, os “mods”, os “bikers”, os “skinheads”, etc (CAFAIA, 1985, p. 19).

3 Metodologia que tem como foco os processos de interações sociais que são mediados por relações simbólicas.

É evidente que averiguar essas outras fontes possuem finalidade metodológica, pois é substancial para obter uma orientação mais adequada dos eventos estudados. Assim, o processo de investigação antropológica se enriquece ao passo que se logra de diferentes perspectivas, informações e provas que fundamentam a pesquisa. O método de observação participante, por exemplo, e suas ponderações, são substanciais para desenvolver a pesquisa científica de maneira eficaz.

A pesquisadora menciona a situação do antropólogo que, estudando em sua própria sociedade, se depara com a questão da distância cultural, pois, partindo da premissa de que uma pesquisa é objetiva e isenta de valores, esta se encontraria comprometida pela familiaridade com os padrões culturais. Caiafa cita Gilberto Velho para discutir a questão do estranhamento cultural que, segundo esse autor, não passa de uma distância física. Ela se apoia na afirmação de Velho de que cada indivíduo tem suas experiências e vivências particulares vindas de trajetórias particulares. Logo, alega-se a noção de uma sociedade não homogênea, revelando um meio urbano repleto de diferenças culturais internas. A pesquisadora explica que a própria posição do antropólogo já é recortada por diferenças e descontinuidades (CAIAFA, 1985). O pesquisador pertence a certa cultura e classe, que marcam sua compreensão das práticas não habituais a ele. Dessa maneira, ele precisa ter comprometimento com seu objeto de pesquisa, tendo em vista que o estranhamento é de antemão um estranhamento consigo mesmo.

A autora se prolonga com essa problemática metodológica e discute sobre como ela busca lidar com essas questões, descrevendo alguns pontos que são retomados ao longo da obra. Segundo a antropóloga, o pesquisador precisa trabalhar num movimento interno de reflexão para relacionar os conceitos teóricos com a situação vivenciada em meio aos grupos estudados. O estranhamento mencionado já era tratado por Gilberto Velho como peculiaridade do ofício antropológico, ou seja, sua “especificidade”. Portanto, seria o uso dessa distância cultural uma “ferramenta” que atravessaria a posição do pesquisador, tornando possível a realização de qualquer pesquisa em qualquer lugar. Caiafa afirma falar sobre os punks por vezes de dentro, de fora e posteriormente em outros lugares, pois ela acompanhava os movimentos deles com intuito de captar os detalhes, constatando que um de seus objetivos é situar seu trabalho na área da antropologia urbana. Assim ela o fazia ao sondar principalmente a especificidade do trabalho em campo – visto que desse modo era possível conhecer a prática social dos punks de dentro, compreendendo seu mecanismo de funcionamento.

É relevante, por uma questão de apreciação metodológica, fazer uma

comparação com um pesquisador muito influente na investigação urbana, W. Foote Whyte, que trouxe uma grande contribuição para a pesquisa qualitativa em Antropologia e Sociologia urbana, especialmente no que se refere ao método de “observação participante”. Em sua obra *Sociedade de Esquina* (pesquisa desenvolvida nos anos de 1930), Whyte estudou diversos grupos sociais de um bairro pobre (Corneville) da cidade de Boston, como famílias de imigrantes italianos e gangues formadas por jovens, filhos desses imigrantes – os rapazes de esquina e gângsteres. Ele passou quatro anos morando nesse bairro, onde vivenciou diversas experiências com esses grupos, participou de discussões e problemas, evidenciando uma composição social profundamente organizada, dado que dentro daquele bairro havia uma sistematização social hierarquizada com normas internas. Portanto, um ponto significativo da obra, a respeito dos métodos investigativos, é a necessidade de se ter em mente que o pesquisador precisa negociar sua inserção no grupo e local de estudo – o que demanda certo tempo na maioria das vezes. A análise presume a interação entre o antropólogo e os pesquisados, sendo imprescindível estabelecer a relação com um ou mais intermediários durante a observação participante, uma vez que esse processo permite abrir caminhos pra esclarecer dúvidas, assegurar novas relações e avançar com a pesquisa (VALLADARES, 2007). Destarte, aponta o autor:

Se os pesquisadores estão em busca de generalizações que possam ser submetidas a testes científicos, então temos que focalizar certos elementos dentro da cultura que possam ser direta ou indiretamente observados e medidos. Foi isso que fiz nos estudos de gangues de esquina. Não posso afirmar que tenha produzido qualquer interpretação abrangente da cultura total de Corneville. Quase não trabalhei com os papéis das mulheres e com a vida familiar, nem com o papel da igreja. Na realidade, abandonei a meta de fazer um estudo abrangente para me concentrar em áreas sobre as quais eu tinha uma quantidade substancial de dados sistemáticos: gangues de esquina e suas relações com as organizações mafiosas e políticas. Os métodos que usei e as conclusões a que cheguei podem ser ampliados e melhorados pelos que hoje estudam a organização de comunidades (WHYTE, 2005, p. 361).

Apesar da discrepância cultural presente no caso da pesquisa de Whyte em relação ao trabalho de Caiafa, fica notável a influência de *Sociedade de Esquina* no processo de desenvolvimento e aplicação do método de “observação participante” em contextos urbanos. Isso ocorre pois os pesquisadores não só realizam descrições detalhadas dos acontecimentos e espaços que analisam, mas também, no período de realização de suas pesquisas, se envolveram com seu o “objeto” – isto é, os membros do movimento. Os punks do Rio de Janeiro se organizam de um modo *sui generis*,

da mesma maneira que os imigrantes e gangues em Corneville. Esses grupos se encontram à margem da sociedade e constroem seu cotidiano de maneira particular devido à exclusão a que estão submetidos. Por conseguinte, aplicar os métodos de maneira semelhante parece ser um modo eficiente de alcançar resultados pertinentes, indispensavelmente pela adaptabilidade prática que a metodologia oferece ao pesquisador.

No capítulo *Nômades e Vagabundos*, Caiafa retoma a discussão que considera o punk como resposta à crise de um sistema e/ou de uma cultura. A pesquisadora afirma que os indivíduos descobrem o mundo como destinação do homem. Entrar na vida é constatar que não se pode nunca deixar de responder à sociedade, pois o indivíduo está situado em uma cultura, sexo, gênero, categoria social etc. Assim, a rebeldia faz parte da construção de uma identidade social, e a pesquisadora, portanto, menciona que Howard S. Becker soube lidar com essas categorias (os jovens delinquentes, os rebeldes, os “desviantes”) ao contextualizar o processo pelo qual são criados esses grupos sociais.

A conduta dos punks pode ser concebida como “desviante”, dado que seu comportamento se encaixa na circunstância de “subcultura” ou “contracultura”. Na obra *Outsiders – Estudos de sociologia do desvio*, Becker apresenta questões relevantes sobre os grupos que são rotulados como desviantes. Tais grupos, que vão desde os usuários de drogas até os homossexuais, passam por processos semelhantes no que se refere à construção identitária de um indivíduo considerado subversivo. Segundo o sociólogo, os grupos sociais criam o desvio ao estabelecer as regras, cuja infração também se constitui como um desvio. Aplicando-as a pessoas particulares, marca-as como *outsiders*. Dessa maneira, o ato desviante não é uma qualidade em si ou, e tampouco, está no ato dos agentes, mas no resultado da aplicação de regras e punições ao “transgressor” por outros (BECKER apud VELHO, 2003, p. 23-24). Caiafa acompanhou o show de uma banda punk muito conhecida na cena local, a Coquetel, presenciando a postura “desviante” do bando durante o evento no Circo do Rio de Janeiro. Assim relata a antropóloga:

O Coquetel não toca para agradar ninguém, não há sequer um movimento de reverência a quem assiste, nem preocupação de que o público se divirta. Eles não procuram um lugar para poderem ser acolhidos uma próxima vez. Interessa tão somente provocar explosão agora, aproveitar o momento para o máximo de intensidade. Isso produz um grande contraste com o rock que se faz no Rio, bandas que também se apresentam no Circo – cujo som quando não é sobretudo leve e divertido, é sempre dançável e conta com a simpatia da plateia para cantar junto ou recebê-los como músicos. O Coquetel sobe no palco. “Violência urbana”, “Ódio às tevês”, “Capital-

ismo religioso”, “Assim na terra como no inferno”. Tatu tira a camisa, exausto no esforço do grito. Um (A)<sup>4</sup> na fivela do cinto e um lenço de onça no pescoço (CAFAIA, 1985, p. 66).

Logo, depreende-se que esse movimento punk se construiu em torno de suas particularidades, e os integrantes por não estarem totalmente dentro das normas do status quo, são julgados como marginais, loucos, rebeldes. É preciso observar esse grupo como uma configuração coletiva (semelhante às gangues)<sup>5</sup>. A pesquisadora afirma que para compreender o funcionamento do grupo é necessário “acompanhar o investimento do bando num agenciamento coletivo”, ou seja, testemunhar o exercício do grupo, suas estratégias de organização e experimentação dentro do meio urbano, que é o seu lugar (CAIAFA, 1985).

Em vista disso, Caiafa observa a influência da condição social dos punks em sua conduta. A maioria deles é pobre, mora nos subúrbios da cidade do Rio, utiliza transportes urbanos precários e frequentemente tem de fazer coletas de dinheiro para alguém conseguir voltar para casa. Eles pulam os muros ou passam pelo buraco das cercas quando vão aos shows, sempre juntos tentando viver em meio ao caos da cidade. Como consequência, aflora a rebeldia, a violência, a marginalidade e a divergência com outros grupos. Por exemplo, entre os “boys” e os punks há um atrito de classe e estilo de vida, já que os “boys” se encaixam nos padrões da cultura dominante. Com os “heavy” (os metaleiros), por sua vez, o conflito também reside na ideologia, mas são considerados pelos punks como vendidos ao sistema, auxiliares no processo de mercantilização do rock. Dessa forma, o punk se encaixa perfeitamente na perspectiva abordada por Gilberto Velho (2003), que estabelece que “o ‘desviante’ (...) é um indivíduo que não está fora de sua cultura mas que faz uma ‘leitura’ divergente”, isto é, há áreas de comportamento em que eles agirão como os “normais”, mas em outras eles divergirão sem hesitar dos valores vigentes.

Por fim, a obra de Caiafa pode ser considerada uma referência para a compressão da pesquisa etnográfica. A antropóloga utiliza métodos que englobam grandes áreas, como a Antropologia Urbana e a Sociologia. No entanto, essas “ferramentas” são complementos ao trabalho de campo, tendo em vista que a etnografia tende a ficar enriquecida cada vez que mais teorias-metodológicas forem

4 Na obra original a autora utiliza o símbolo anarquista remetente à letra (A).

5 É interessante comentar que Gallo, no artigo *Por Uma Historiografia do Punk*, busca uma abordagem mais historiográfica, utilizando métodos que se baseiam em diversas bibliografias sobre o tema. Um dos focos de análise dessa pesquisadora é o punk da cidade de São Paulo, mais especificamente em uma ocupação urbana em que grupos anarcopunks tiveram participação fundamental. O interessante, portanto, é observar como a abordagem de Caiafa, que analisa os punks como indivíduos que são socialmente marginalizados, é influente, e contemplada pela perspectiva apresentada por Gallo.

utilizadas pelo pesquisador. O levantamento de dados qualitativos através de entrevistas e descrições se torna mais precioso para o antropólogo que se envolve, aprendendo os costumes e gírias da comunidade ou grupo pesquisado.

Os fenômenos sociais são complexos, e as Ciências Sociais se encarregam de desvendar os processos que constituem esses fenômenos em seus diversos âmbitos: político, econômico, urbano, rural etc. Desse modo, se deduz que o pesquisador tem de ter em mente a necessidade de um repertório teórico vasto e diversificado, pois somente assim será capaz de alcançar seus objetivos. O movimento punk, observado durante meses por Caiafa, foi compreendido em seus símbolos, “papel”, comportamento e localização social. Os relatos da pesquisadora foram realizados de maneira minuciosa, porém, foi fundamental também o contato com literaturas anteriores que a orientaram durante o trabalho. Portanto, *O movimento punk na cidade – a invasão dos bandos sub*, pode vir a ser utilizado também como um excelente material teórico para a pesquisa de subgrupos urbanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BLUMER, H. A sociedade concebida como uma interação simbólica. In: BIRNBAUM, P; CHAZEL, F.(orgs). **Teoria sociológica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977.

CAIAFA, J. **O movimento punk na cidade – a invasão dos bandos sub**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GALLO, I. Por uma historiografia do punk. **Revista PUC: Projeto História**, nº41, São Paulo, 2010.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 22 nº 63, p. 153-55, 2007.

VELHO, G. **Desvio de divergência – uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WHYTE, W.F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

# ÁFRICA INSUBMISSA: CRISTIANISMO, PODER E ESTADO NA SOCIEDADE PÓS-COLONIAL

**Vinícius Venancio de Sousa**

Graduando em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade de  
Brasília (UNB). E-mail: vini.venancio2@gmail.com

**MBEMBE, ACHILLE.** *ÁFRICA INSUBMISSA: CRISTIANISMO, PODER E ESTADO NA SOCIEDADE PÓS-COLONIAL.* MANGUALDE; RAMADA: EDIÇÕES PEDAGO; LUANDA: EDIÇÕES MULEMBA, 2013. (1ª EDIÇÃO: PARIS: KARTHALA, 1988).

Achille Mbembe é um cientista político camaronense que possui vasta obra acerca dos estados e sociedades africanas após o colonialismo. Seu livro “África Insubmissa: Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial” foi lançado originalmente em 1988 e traduzido para língua portuguesa em 2013, visto a importância da sua produção acadêmica no debate sobre pós-colonialismo no continente africano. Esta obra representa um salto em sua produção, tendo em vista que ele sai do âmbito nacional, focado na República dos Camarões, para tratar da África de forma ampla, além de seu caráter inovador por tratar do processo pós-colonial a partir do próprio palco do colonialismo.

A obra se trata de um processo de desmistificação do que é apresentado na história “oficial” eurocentrada – que permeia o senso comum – sobre a colonização europeia no continente africano, com ênfase na inserção do cristianismo no continente e sua busca por hegemonia. O primeiro fator que chama atenção desde o prefácio da obra é a substituição do termo “nativo”, tão comum na escrita antropológica, por “indígena”, denotando um não-sujeito e aproximando-se da significação de autóctone. O autor traz esse termo a fim de determinar quais eram as sociedades sobre as quais o catolicismo teria tentando estabelecer hegemonia e, assim, facilitar o contraste entre elas: os colonizadores e os Estados pós-coloniais que surgiram após o processo de neocolonialismo.

Para o autor, o fator de mais relevância que ocorreu durante o acontecimento pós-colonial – conjunto de mudanças que ocorreram após a independência dos países na África – foi “o regresso ou a redescoberta das sociedades enquanto agentes centrais do presente e do futuro de África” (p. 79), dando a centralidade aos agentes internos, não aos elementos externos.

O foco principal da obra é compreender a forma com que se deu o encontro entre as sociedades indígenas e o cristianismo. Segundo o autor, o evento foi marcado por violência de ambos os lados, e em especial pelo comportamento agressivo das sociedades indígenas que não pretendiam se submeter à dominação europeia. A indisciplina e indocilidade demonstram a não passividade.

No primeiro capítulo, Mbembe apresenta duas hipóteses para o cristianismo nunca ter atingido a hegemonia - que se concretiza também pela coerção simbólica - no continente africano: o problema da definição de “Deus”, que difere entre os cristãos e os indígenas, e a falta de adesão dos próprios africanos às religiões cristãs. Contudo, isso não significa a ausência de conversões, e sim que elas não foram totalmente impostas pelo colonizador. As conversões se deram em cada comunidade de modo a satisfazer os interesses locais e particulares, invertendo o pensamento ocidental que apresenta os indígenas como passivos à ação colonial.

Ao contrário do exposto pelos países que estavam em posição de colonizadores, o autor afirma que estes foram incapazes de subjugar os povos colonizados e se impor hegemonicamente em território africano. Por este motivo, a ordem era mantida graças à transformação de crenças pagãs em heresia. Conquanto, o paganismo - “entendido como conjunto das práticas e dos saberes religiosos autóctones” (p. 140) - mantinha-se intrínseco às relações sociais e, por isso, o campo religioso e simbólico fazem-se tão importantes para a realização de uma análise social e política. Por isso, o autor argumenta que o fator religioso é um meio de mediar conflitos, legitimar novas formas de poder e autoridade e construir a ordem social.

Ao longo do segundo capítulo, Mbembe discorre acerca do papel da Igreja ao lado do poder colonial e da convivência dela com o mesmo, além de expor como essa situação auxiliou a perda de credibilidade no cristianismo no continente africano. O Ocidente, no papel de colonizador, ordena que o resto do mundo ressignifique os seus saberes, embora não exista forma de começar tudo do zero, subordinando os saberes produzidos e, então, garantindo a sua supremacia. A universalização a qual a Igreja se pautava não era a sua compreensão por todas as pessoas de todos os lugares do mundo, mas sim uma universalidade a partir da mudança radical do outro. “Com base na repetição dos modelos, saberes e símbolos ocidentais, estes (...) eram tomados abusivamente por ‘universais’” (p. 141).

Portanto, Mbembe diz que o processo de propagação da fé cristã não foi pacífico, marcado pelo jogo de soma-zero, no qual para o catolicismo vigorar era necessário acabar com as divindades indígenas, já que a proposta cristã divergia consideravelmente do pensamento (ou inteligência, como o autor usa) africano. Para tal, o processo de evangelização se deu a partir da teologia da maldição, que apresenta o continente africano enquanto terra maldita que precisa buscar a salvação em Jesus.

A Igreja Católica contribuiu com o estabelecimento do aparato colonial devido ao seu posicionamento ambíguo, que ora colocava os indígenas como parte da humanidade perante Deus, ora apresentava o *modus operandi* europeu como a

única forma dos indígenas alcançarem o status de sujeito. Apesar de o catolicismo remeter primordialmente a sua raiz ocidental, Mbembe ressalta que em cada região do mundo em que ele é implantado, valores locais são inseridos, tendo a Igreja sido africanizada pelos indígenas.

Em “O crepúsculo da ordem ancestral”, o papel dos etnólogos – tanto não-africanos quanto africanos – é visto de forma dúbia por causa da relação deles com a situação colonial. Ao mesmo tempo em que os antropólogos viam as sociedades africanas como estáticas, pagãs, selvagens e primitivas, foi por causa deles que se tornou “possível conservar e reunir inúmeros materiais” (p. 48), já que durante o período pós-colonial cresceu o movimento de resgate da tradição africana.

O anti-intelectualismo durante o acontecimento pós-colonial surge em resposta ao trabalho que os antropólogos africanistas desenvolveram no continente, já que as várias décadas de etnologia e africanismo acabaram por fazer crer que o africano é incuravelmente religioso, sendo este o quesito utilizado para justificar o “atraso” dos países na África em comparação às economias centrais.

A partir da retomada da inteligência ancestral, que também estava inserida em um campo de forças, os indígenas iniciaram o processo de inculturação da fé católica, no qual tanto o cristianismo quanto a inteligência africana se influenciaram, embora as significações antigas não operem atualmente da mesma forma que operavam em seu contexto histórico. Com isso, diferentes sistemas simbólicos estavam em jogo e as pessoas transacionavam entre eles da forma que melhor conviesse, sempre visando a sobrevivência da pessoa que estava em negociação, já que a vontade de viver é apresentada como imperativo supremo nas sociedades africanas.

Na tentativa de compreender o cristianismo através de sua face popular, Mbembe apresenta, na quarta parte do livro, a ideia de que “a inteligência teológica africana resume a memória indígena do cristianismo a uma memória da derrota, o que é um ponto de vista simplista” (p. 64), já que várias – e diferentes – leituras devem ser feitas sobre a inserção do cristianismo na África. O fato de manterem o uso das línguas maternas representa que, se houve derrota, ela não foi total.

Ainda, o autor afirma que “a ‘conversão’ dos africanos à proposta cristã não foi integral nem definitiva, foi sempre susceptível de ser renegociada” (p. 69), ao contrário do que a história oficial costuma narrar. Grupos, ao perceber a dimensão que o governo colonial adquiria e sua irreversibilidade, aprimoram sua capacidade de negociação com o governo para que os seus respectivos sistemas de pensamento sobrevivessem, assim como houveram chefes de comunidades que adotaram a nova

fé em prol de benefícios econômicos e políticos. Ainda, houve indígenas que usaram o cristianismo para reduzir as clivagens sociais. Os rumores de profecias e curas ajudaram a dar visibilidade e trazer adeptos para o cristianismo, que foi recebido como uma nova forma de magia.

Contudo, a aliança não garantia a proteção deles pela repressão que a máquina colonial causava. Por essa via eles conseguiram manter seus mitos, crenças e outros. Os indígenas negociaram tudo que poderia ser negociado, até o nível que não ameaçasse a sua sobrevivência.

Em “Precariedade material, piedade popular e narração simbólica”, o foco é dado à efervescência religiosa, que ganhou força na África após a descolonização, e ao modo como as religiões do “Livro” influenciaram, a partir de suas visões de verdade, a sustentação do colonialismo. A Igreja Católica não conseguiu acompanhar a dinâmica das sociedades indígenas, em especial no que tange ao (re)aparecimento de religiões, sendo várias delas resgatadas da inteligência ancestral, chamadas pejorativamente de seitas pelos colonizadores. Com a dinamização da piedade popular africana, os sonhos e visões oníricas voltam a receber papel de destaque, assim como o misticismo que envolve a noite e o invisível. Esses acontecimentos demonstram a impossibilidade de o cristianismo reinar enquanto religião soberana.

Durante o período de pós-dependência, ao mesmo tempo em que os estados nacionais buscavam reavivar as especificidades culturais das sociedades africanas, gerava-se o risco de vê-las inertes, já que ao resgatar as “tradições” não se podia modificá-las. Com isso, corre-se o risco de voltar a visão estatizante, atemporal e homogênea dessas sociedades, características fortemente refutadas por Mbembe ao longo de sua obra.

Segundo a ótica do autor, a retomada das modalidades ancestrais vem da tentativa de reaver a ordem, rompida outra vez pelo “fim” do colonialismo. A dinâmica de transformação da ordem só é possível pela capacidade de a identidade cultural estar permanentemente em mudança. A partir deste gancho, o Estado pós-colonial, enquanto Estado teológico, entra em disputa com os grupos religiosos na luta pelo monopólio da versão da verdade, que ao invés de gerar estabilidade, acaba por provocar mais conflitos. Os Estados Teológicos – que continuavam a operar de acordo com o sistema lógico e os paradigmas do sistema colonial – visavam instituir a visão legítima e, a partir dela, construir a identidade nacional, fazendo uso dos mitos. Os mitos seriam histórias que aconteceram no passado, sob um ponto de vista específico, que justificariam o atual funcionamento da sociedade em questão.

Com influência da instabilidade gerada pela disputa pelo papel de porta-voz

da “história verídica” da nação, a governabilidade se torna um problema latente nas nações africanas, que assim se formam a partir da lógica ocidental. Países com partido único e poder centralizado proliferam-se neste período, muitos deles por causa de golpes de Estados, embora o autor frise a tradição autoritária é apenas mais uma das múltiplas formas de governo presentes na África.

O poder político na África, de acordo com o autor, difere-se consideravelmente da visão ocidental. Para os indígenas, um líder deve cuidar de seu povo, protegê-lo de seres maléficos, tanto dos visíveis quanto dos invisíveis (para os ocidentais), além de fazer com que todos sob seu manto se sintam de alguma forma ligados à sua figura. Contudo, dentro do contexto de globalização e hegemonia do sistema ocidental, o poder só era visto como possível – e legítimo – se viesse de um aparato estatal tal qual o modelo ocidental. Por este motivo, o autor critica a forma como se deu a implantação desse modelo de Estado em contextos africanos, que, por ser um produto importado, não se encaixa tão bem à(s) realidade(s) local(is) quanto era desejado. Assim, para garantir a estabilidade dos Estados, os governantes dos países na África cerceavam as liberdades individuais em prol de “um bem maior”: a homogeneização dos países para gerar a identidade nacional.

Nos dois últimos capítulos, Mbembe retorna aos impactos gerados que podem surgir da difusão do cristianismo em território africano. Pelo primeiro ponto, é mostrada a forma como os grupos religiosos advindos dos países centrais desprezam a vida do indígena, importando-se apenas em congregar mais almas para o seu rebanho. O desprezo é muito caro a ele, já que, no momento de escrita do trabalho, o conflito da fome dilacerava as, por ele denominadas, sociedades da miséria, que pautavam as relações sociais pela busca por alimentos e foram pouco ajudadas por quem tanto defendia o amor ao próximo. Ainda, o autor apresenta como o cristianismo era dividido em classes, separando as pessoas por renda.

Ao final de sua obra, Mbembe crítica a visão etnocêntrica e preconceituosa de que os fatores religiosos, que auxiliam a reger as sociedades indígenas, as tornem piores que as demais, tendo em vista que a origem do catolicismo é europeia. O que no ocidente “se denomina abusivamente ‘o regresso do religioso’”, não passa do resultado “da crise da razão e das ideologias, que também faz parte dos desafios culturais que a Europa deve revelar no seu próprio território” (p. 154). Por fim, o autor aponta a censura realizada pela Igreja aos itens pagãos das sociedades indígenas a fim de tentar se tornar hegemônica, fato este não alcançado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mbembe, Achille. **África Insubmissa: Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial.** Mangualde; Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013. (1ª Edição: Paris: Karthala, 1988).